

FPA | Discute



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

01

maio de 2013

Fundação Perseu Abramo - Partido dos Trabalhadores

Classes Sociais no Brasil de Hoje

Expediente

Esta é uma publicação da Fundação Perseu Abramo.

Diretoria Executiva

Presidente

Marcio Pochmann

Vice-Presidenta

Iole Ilíada

Diretoras

Ariane Leitão, Fátima Cleide

Diretores

Artur Henrique, Joaquim Soriano

Conselho Curador:

Hamilton Pereira (presidente), André Singer, Eliezer Pacheco, Elói Pietá, Emiliano José, Fernando Ferro, Flávio Jorge Rodrigues, Gilney Viana, Gleber Naime, Helena Abramo, João Motta, José Celestino Lourenço, Maria Aparecida Perez, Maria Celeste de Souza da Silva, Nalu Faria, Nilmário Miranda, Paulo Vannuchi, Pedro Eugênio, Raimunda Monteiro, Regina Novaes, Ricardo de Azevedo, Selma Rocha, Severine Macedo, Valmir Assunção

Sumário

Apresentação, Rui Falcão	04
Debatendo classes e luta de classes no Brasil, Wladimir Pomar	05
O PT e as classes sociais no Brasil: reflexões após dez anos de “lulismo”, Josué Medeiros	51
O fenômeno político do lulismo e a construção de uma nova classe social, Jean Tible	68
A política da cultura e a cultura com política – notas sobre novos atores e o debate acerca do “vazio da cultura”, Paulo Ramos	79
Nova classe trabalhadora: enigmas?, Marilena Chaui	85
Estudantes universitários e luta de classes no Brasil (1960-2012), Carlos Henrique M. Menegozzo	94

FPA Discute

O FPA Discute é a mais nova publicação no Portal da Fundação Perseu Abramo (FPA), que será organizada por temas relevantes, selecionados pela diretoria da FPA. Para cada tema serão convidados autores e autoras, cujos textos serão publicados em forma de caderno, com possibilidade de manutenção do debate, de forma interativa.

Autores e autoras que desejem encaminhar uma nova contribuição, ou um comentário aos textos já publicados, poderão fazê-lo por email para fpa_discute@fpabramo.org.br. Os textos e contribuições deverão conter uma breve apresentação do autor(a) e telefone para contato, e devem ter formato de ensaio curto, com limite máximo de 40 mil caracteres.

Nova classe trabalhadora: enigmas?, da filósofa Marilena Chaui, professora aposentada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP; e *Estudantes universitários e luta de classes no Brasil (1960-2012)*, de Carlos Henrique M. Menegozzo, sociólogo e bibliotecário, especialista em arquivologia, são as contribuições acrescentadas ao Caderno FPA Discute - Classes Sociais.

O ensaio de Marilena Chaui foi roteiro do debate sobre Classes Sociais, em 8 de agosto de 2013, realizado pela Fundação Perseu Abramo, e aborda entre outros aspectos os dez anos dos governos Lula e Dilma, e as manifestações iniciadas em junho.

Também com o objetivo de contribuir na reflexão das classes sociais, a partir da participação da juventude, o documentalista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo e integrante da Comissão da Verdade da UNE, Carlos Henrique M. Menegozzo, nos propõe um olhar sobre a história da esquerda e dos movimentos de juventude no Brasil.

Boa leitura!

Apresentação

As profundas transformações pelas quais o Brasil vem passando na última década, particularmente na estrutura social, têm motivado análises, estudos e publicações voltadas para tentar explicar o fenômeno da chamada mobilidade social (horizontal e vertical), ou, como é mais usual, da ascensão social.

As mudanças promovidas pelos governos Lula e Dilma, com a elevação do poder de compra dos salários – particularmente do salário mínimo; com a geração de empregos formais; com os programas sociais de distribuição de renda – em resumo, todas as políticas públicas de inclusão colocaram na ordem do dia a necessidade de se conhecer melhor a configuração da sociedade brasileira em seu conjunto.

A elevação do padrão de consumo de milhões de brasileiros (as), o ingresso no ensino superior de outros tantos, melhor qualificação profissional, abertura de oportunidades, novas aspirações, novos valores teriam provocado o surgimento de uma “nova classe média”.

Voz corrente entre jornalistas, sociólogos, economistas e marqueteiros de eleição, a existência desta “nova classe” é questionada pelos que entendem ser equivocado pautar a análise exclusivamente pelo nível de rendimento e consumo, ou, ainda, por um simples tratamento estatístico da realidade.

Seja como for, desde o início do governo Lula o PT deixou de examinar, com mais atenção, o desenho das classes sociais, sua estrutura e contradições – algo que fizera anteriormente, embora de forma superficial, em alguns encontros e congressos. Urge, agora, quando o PT vai completar 33 anos, e o modo petista de governar, dez anos presidindo o país, atualizar o nosso conhecimento da realidade brasileira, aí incluída a estrutura de classes – até para deixar mais nítido quem o PT representa e a quem se opõe, tendo em vista a consecução do nosso projeto.

Como uma primeira contribuição, entre as muitas que esperamos difundir ao longo de uma discussão certamente complexa e polêmica, nas instâncias partidárias, nas pesquisas da Fundação Perseu Abramo e em outros fóruns, apresentamos aqui o ensaio do companheiro Wladimir Pomar. Ao debate!

Rui Falcão
Presidente nacional do PT
Dezembro de 2012

Debatendo classes e luta de classes no Brasil

Wladimir Pomar

Em termos internacionais, o debate sobre as classes sociais voltou à tona desde que foi desencadeado, a partir de Seattle, um movimento internacional de forte viés anti-capitalista, com desdobramentos diversos, incluindo a realização dos fóruns sociais mundiais e regionais.

No Brasil, porém, o que despertou os estudiosos para o assunto foi a emergência de um amplo setor da população, antes afastada do mercado, que conquistou certo poder de compra, ao ser beneficiada pela criação de novos empregos, pela elevação do salário mínimo e pelos programas de transferência de renda do governo Lula.

Essa emergência conquistou *status* de assunto acadêmico e midiático, a partir de agosto de 2008, com a publicação, pelo Centro de Políticas Sociais do Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas, de um estudo intitulado “A Nova Classe Média” (vide www.fgv.br/cps/classemedia), onde se afirma que a renda da chamada classe C das pesquisas mercadológicas subira 22,8% de abril de 2004 a abril de 2008, enquanto a renda das classes A e B se elevara 33,6%.

O sociólogo Rudá Ricci afirmou que a emergência dessa *nova classe média* era o maior fenômeno sociológico do Brasil, concordando explicitamente com o fato do estudo da FGV partir de duas perspectivas na classificação das classes.

Uma perspectiva consiste na análise das atitudes e expectativas das pessoas, baseada em George Katona, psicólogo behaviorista, para quem o combustível seria o anseio de subir na vida, e o lubrificante seria o ambiente de trabalho e de negócios. Neste sentido, reconhecia que o Índice de Felicidade Futura (IFF) seria alto no Brasil.

A segunda perspectiva na definição das classes seria seu potencial de consumo. O critério utilizado no Brasil para verificar tal potencial tem sido o acesso e número de bens duráveis (TV, rádio, lava roupa, geladeira e freezer, vídeo cassete ou DVD), banheiros, empregada doméstica e nível de instrução do chefe de família. Nesse sentido, desde 2002, a probabilidade de ascender da classe C para a classe A nunca teria sido tão alta, e a de cair para a classe E nunca teria sido tão baixa.

Para Ricci, a classe C seria a classe central, abaixo da A e B e acima da D e E. Essa classe C, no Brasil, teria subido de 42% para 52% da população, estando compreendida na faixa de renda entre R\$ 1.064 e R\$ 4.561 reais. Embora reconheça que os critérios internacionais sobre o limite superior mensal de classe média variem entre US\$ 6 mil a US\$ 300, Ricci se deu por satisfeito porque o limite superior da classe C brasileira estaria dentro de tais limites. Desconsiderou, portanto, a diferença entre *renda nominal e renda real*, que depende do custo de vida de cada país.

Segundo ele, o que importa compreender é que grande parte dessa nova classe C emergente é oriunda de famílias tradicionalmente pobres, que não possuem a mesma lógica, representação e imaginário dos tradicionais “formadores de opinião”. Tais famílias leriam pouco, desconfiariam dos jornais e revistas e seriam muito pragmáticas, isto é, “pouco filosóficas ou ideologizadas”.

Nessas condições, a compreensão desse fenômeno sociológico brasileiro seria o tema mais importante deste início do século para os sociólogos.

O economista Marcelo Neri, então chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, tendo por base o estudo realizado por sua instituição, lançou o livro *A Nova Classe Média: O Lado Brilhante da Base da Pirâmide*.

Neri, que se tornou presidente do IPEA após a saída de Marcio Pochmann, é de opinião que a emergência da nova classe C é um fenômeno complexo, cujo entendimento é recente. As estruturas da sociedade não seriam mais as mesmas, a desigualdade teria mudado e quem estaria subindo na vida no Brasil seriam as mulheres, os negros, os nordestinos, e as pessoas que vivem nas periferias e no campo.

Essa classe C seria bastante heterogênea, formada por pessoas que subiram na vida e que esperam continuar subindo. Seria uma classe positiva com relação ao seu futuro, mais até do que o futuro do próprio país, com capacidade de exportar gente para a classe AB. Por suas estimativas, em 2014, mais de 74% da população brasileira, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, deverão estar nas classes ABC. Tendo como grande símbolo o emprego com carteira assinada, essa nova classe média teria triplicado o consumo de produtos de turismo, diárias de hotéis e passagens aéreas. E, desde 2003, seus produtos de maior consumo teriam sido os materiais de escritório e artigos de comunicação e informática, mostrando que sua grande demanda seriam os serviços produtivos que permitam a seus membros continuarem subindo na vida.

A partir de 2010, o grande divulgador da emergência da *nova classe média* passou a ser a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR). A distribuição de renda no Brasil teria passado por transformações extremamente marcantes na última década. Cerca de 15% da população, ou 30 milhões de pessoas, que viviam em famílias com renda per capita abaixo de R\$ 250, teriam passado a viver com rendimentos maiores. Em vista disso, as políticas públicas não poderiam mais se limitar apenas às linhas de extrema pobreza e pobreza. Haveria um novo segmento a ser atendido, que chegaria a 54% da população brasileira em 2012. Assim, para propor políticas que atendam à realidade atual da classe média brasileira, seria necessário defini-la com clareza.

Foi o que procuraram fazer o ministro Moreira Franco e seu secretário de Ações Estratégicas, Ricardo Paes de Barros, em artigo no *Valor Econômico*.

Eles optaram por considerar três segmentos de classe baixa, três de classe média e dois de classe alta. Além disso, tomaram em conta a existência de pelo menos três alternativas para definir tais classes.

A primeira consistiria em observar como as famílias utilizam sua renda, buscando dividir a população por semelhanças como consumidores, baseando-se no comportamento. A segunda consistiria em observar como a renda das famílias é gerada, buscando similaridade nas oportunidades. A terceira consistiria em observar as famílias por suas perspectivas sobre o nível futuro de renda, privilegiando uma repartição baseada na homogeneidade de anseios, receios e expectativas para o futuro.

Para eles, embora a classe média se diferencie da classe baixa e da classe alta por seu padrão de consumo, mais balanceado entre necessidades e bens supérfluos, talvez sua diferença mais marcante esteja na perspectiva do futuro. Os pobres não veriam grandes chances de saírem da pobreza, enquanto os imediatamente acima da linha de pobreza temeriam voltar a ser pobres, adotando padrões de consumo, inserções no mercado de trabalho e estratégias de sobrevivência defensivas. Os que alcançaram nível de renda bem acima da linha de pobreza se sentiriam seguros de que não mais voltariam a ser pobres e começariam a buscar caminhos de ascensão social. Realizariam investimentos em sua qualificação no mundo do trabalho e no desenvolvimento de suas crianças, adolescentes e jovens.

Para Franco e Barros, a linha divisória entre a busca pela sobrevivência e a busca pela ascensão social surgiria, como ponto de início para a classe média, quando uma família da classe baixa alcançasse uma renda per capita de R\$ 291 (0,46 salário mínimo). O ponto de início para a classe alta aconteceria quando a renda familiar per capita alcançasse R\$ 1.019 (1,6 salário mínimo). Em 2012, o segmento chamado de baixa classe média uniria as famílias com renda per capita entre R\$ 291 e R\$ 441, ou 18% da população brasileira. O segmento intermediário reuniria as pessoas com renda per capita entre R\$ 441 e R\$ 641, ou 19% da população brasileira. O segmento chamado de alta classe média somaria as famílias com renda per capita entre R\$ 641 e os já definidos R\$ 1.019, ou 17% da população. A classe média, portanto, reuniria 54% da população brasileira, enquanto a classe baixa comportaria 26% e a classe alta 20%.

A nomeação de Marcelo Neri para a presidência do IPEA certamente fortalece essa linha de pensamento e de ação da Secretaria de Assuntos Estratégicos, embora a tabela de renda utilizada pelo IBGE para 2012 (salário mínimo em R\$ 622) dê um quadro mais complexo de valores, como pode ser visto abaixo, e estabeleça limites diferentes para aquela transição proposta por Franco e Barros.

CLASSE	SALÁRIOS MÍNIMOS (SM)	RENDA FAMILIAR (R\$)
A	Acima 20 SM	R\$ 12.440 ou mais
B	10 a 20 SM	De R\$ 6.220 a R\$ 12.440
C	4 a 10 SM	De R\$ 2.488 a R\$ 6.220
D	2 a 4 SM	De R\$ 1.244 a R\$ 2.488
E	Até 2 SM	Até R\$ 1.244

Ou seja, para uma família com renda per capita até R\$ 1.091, ela precisaria ter pelo menos 3 membros trabalhando para situar-se na faixa de renda inferior da classe C, ou ter 5 membros trabalhando para situar-se faixa de renda superior da classe C.

Se levarmos em conta a assertiva da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), de que as pessoas, em especial os pobres, declaram ao IBGE rendas superiores às que realmente auferem, além do fato dos ricos jamais declararem suas rendas reais, nem mesmo para a Receita Federal, o

que levou aquela associação a adotar outros critérios de aferição de renda, as dúvidas sobre os números de Franco e Barros crescem.

Apesar disso, os cientistas políticos Amaury de Souza e Bolívar Lamounier não se furtaram de debater o tema em seu livro *A Classe Média Brasileira – ambições, valores e projetos de sociedade*.

Segundo Lamounier, no último quarto de século, a exemplo do que teria ocorrido em praticamente todos os países emergentes, houve um intenso processo de mobilidade social vertical.

Não só a mobilidade individual, que constituía um campo tradicional de estudo dos sociólogos, mas também a mobilidade estrutural, de toda uma camada, em decorrência de processos econômicos poderosos, como a abertura das economias, uma fase de vigoroso crescimento da economia mundial e, no caso brasileiro, o controle da inflação e a conseqüente expansão do crédito.

Enquanto os integrantes da classe média tradicional apenas almejavam reproduzir o *status* dos pais, num universo mais ou menos estático, os da "nova" classe média teriam a ambição de "subir na vida", viver melhor, consumir mais e, portanto, aprender e se qualificar a fim de gerar a renda consentânea com essa forma de viver.

É verdade que, em contraponto, Amaury de Souza perguntou se seriam sustentáveis esses índices de crescimento dessa *nova classe média* no Brasil.

Para ele existiriam boas razões para pensar que ela se defrontaria com problemas bastante graves. Tanto assim que teria havido um receio generalizado, com a crise financeira de 2008, de que o mau momento poderia arrastar uma boa parte dessa nova classe C de volta à linha de pobreza. Na verdade, na busca de brechas ou deficiências nas políticas que sustentam a incipiente melhoria das condições de vida de uma parcela da população brasileira, Amaury de Souza se viu obrigado a reconhecer que estamos diante não de indivíduos cuja renda cresceu, mas de indivíduos que pertencem a classes ou frações de classes sociais, cuja participação na distribuição social da riqueza depende muito mais dos problemas que afetam a classe ou a fração de classe como um todo, do que aos indivíduos, tomados separadamente.

Para Jessé de Souza, por outro lado, o valor básico da *nova classe média* seria a transmissão familiar da importância do trabalho duro e continuado, mesmo em condições sociais muito adversas. Seria a ética do trabalho. De modo geral, a *nova classe média* adviria de família estruturada, com a incorporação de papéis familiares tradicionais. Até poucos anos atrás, depois de quitadas as contas do mês, essas pessoas não tinham um centavo sobrando para consumir mais do que os itens da cesta básica. Hoje, colecionariam sapatos, teriam acesso à tecnologia, frequentariam faculdades, comprariam o primeiro carro zero e construiriam a casa própria.

Graças a mudanças profundas na economia, que elevaram a renda dos brasileiros, essa camada da população estaria crescendo cerca de 4% ao ano, tendo um aumento superior a 40% em sua renda familiar, nos últimos sete anos, que injetou na economia mais R\$ 100 bilhões desde 2002. O aumento de emprego e os reajustes nos salários, ainda segundo Jessé de Souza, teriam contribuído para o crescimento dessa *nova classe média*, a maior novidade econômica, social e

política do “Brasil bem-sucedido” dos últimos anos, mas ainda pouco conhecida em virtude dos preconceitos em relação a ela, como em geral em relação aos setores populares no Brasil.

Aspecto importante desses estudos, opiniões e notícias sobre a nova classe C é que ela não estaria restrita às áreas urbanas. Teria surgido também, de acordo com o estudo *Pobreza e a Nova Classe Média no Brasil Rural*, coordenado por Marcelo Neri, uma *nova classe C rural*, cuja renda domiciliar variaria de R\$ 1.126 a R\$ 4.854 por mês, passando a dominar o cenário ao expandir-se 72% desde 2003.

Neri sustenta que esse estrato social somava 20,6%, em 2003, passando a 35,4% da população rural em 2009, quando possuía 9,1 milhões dos 25,7 milhões de habitantes rurais. Nessas condições, a redução da desigualdade teria sido mais forte e mais rápida na área rural, sobretudo nas regiões mais pobres.

O ex-ministro de Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, também concordou como relevante a mudança de padrão na redução da desigualdade da área rural, com a ascensão das classes D e E para uma classe C forte, mais homogênea.

Segundo Cassel e Neri, o movimento de ascensão social no campo deveria continuar, com a zona rural brasileira cumprindo a chamada *Meta do Milênio*, um conjunto de oito compromissos de avanço social. Na redução da extrema pobreza, cuja meta prevê reduzir pela metade essa condição até 2015, o Brasil já teria atingido 43% do objetivo em seis anos, o avanço sendo muito mais rápido nas áreas rurais. A classe D ainda somaria 30,2% da população rural e 23,6% dos habitantes urbanos, com a perspectiva de 7,8 milhões de brasileiros do campo se tornarem classe média em breve.

O sócio-diretor da empresa de pesquisa Data Popular, Renato Meirelles, afirmou que a forte mobilidade social no Brasil estaria provocando mudanças profundas no perfil dos jovens trabalhadores da classe C.

Com nível de escolaridade superior ao dos pais, eles ingressariam no mercado desempenhando funções menos tradicionais e que pagam salários melhores, conforme estudo elaborado pelo instituto que dirige. A pesquisa comprovaria que cada ano de estudo até o ensino superior significa 15% a mais de rendimentos. Pela pesquisa, apenas 26% da atual geração de pais pertencentes à classe C concluíram o ensino fundamental, contra 65% dos filhos.

Na maioria das famílias de classe média brasileira, os pais ainda seriam mecânicos, pedreiros, empregadas domésticas, cozinheiras. Os filhos, vendedores de lojas, operadores de telemarketing, recepcionistas. De modo geral, nessas famílias quem comanda tem uma escolaridade baixa. Porém, seus filhos já estão seguindo outro rumo. 68% dos jovens da classe C estudaram mais que seus pais. Nas classes A e B esse percentual não passaria de 10%.

Os dados revelariam a importância que o estudo tem na vida dos futuros chefes de família da classe que mais cresce no país. Hoje, o sonho de muitos desses jovens não é apenas o carro zero e o celular de última geração. O diploma de ensino superior e o MBA teriam se tornado mais importantes do que qualquer outro produto disponível no mercado. Meirelles também sustenta que os jovens da classe C, mais educados e conectados, seriam os atuais formadores de opinião na

família e na comunidade e que a *nova classe média* não deseja o estilo de vida das elites e prefere produtos que valorizam a sua origem.

A atual linha de muitos dos programas e novelas das televisões brasileiras refletem essas ideias e percepções sobre a ascensão social, ideias e percepções alimentadas pelos números publicados nos mais diferentes meios de comunicação, repisando a ocorrência da grande mobilidade social dos últimos anos. Entre 2004 e 2010, 32 milhões de pessoas teriam ascendido à categoria de classes médias, aqui consideradas as classes de renda A, B e C, enquanto 19,3 milhões teriam saído da pobreza.

Em 2009, Neri afirmou que 94,9 milhões de brasileiros comporiam a nova classe média, correspondendo a 50,5% da população. Portanto, ela seria dominante do ponto de vista eleitoral e do ponto de vista econômico, detendo mais de 46% do poder de compra e superando os 44% das classes A e B e os 9,5% das classes D e E. Entre 2002 e 2010, os eleitores de nível universitário na classe C teriam saltado de 6 milhões para 9 milhões, devendo chegar a 11 milhões em 2014. Incluindo os eleitores com ensino médio, a classe C terá 52 milhões de votantes em 2014. Em 2009, a classe C teria sido responsável por 881 bilhões de reais dos gastos com consumo, a maior fatia do total dos 2,2 trilhões de reais do país. Só na área de educação, com pagamento de escola, material escolar e livros, o consumo teria sido de 15,7 bilhões, quase nove vezes os gastos idênticos em 2002.

Ainda de acordo com dados do Data Popular, a classe C seria responsável por 78% do que é comprado em supermercados, por 60% das mulheres que vão a salões de beleza, por 70% dos cartões de crédito no Brasil e por 80% das pessoas que acessam a internet. A nova classe média movimentaria R\$ 273 bilhões na internet por ano somente com seu salário e, se considerarmos o crédito disponível a ela, esse montante dobraria.

Com emprego garantido e mais renda, os brasileiros teriam migrado dos serviços públicos de educação e saúde para as redes privadas. O objetivo seria conseguir um melhor atendimento, só que agora é o setor privado que não consegue dar conta da demanda e manter a qualidade. O Brasil viveria um ciclo de crescimento e uma das conquistas mais desejadas seria um plano de saúde. Em 2010, o número de usuários do sistema privado de saúde teria crescido 9%, o dobro do crescimento médio anual desde 2000. Segundo a Anahp, hoje 24% dos brasileiros são atendidos na rede particular. A migração de pessoas do setor público para o privado que ocorre na área de saúde também se daria na educação. Em 2003, 11% dos alunos matriculados nos ensinos fundamental e médio frequentariam escolas privadas. Esse percentual estaria hoje em 16%, devendo chegar a 20% em cinco anos.

A essas vozes que proclamam a emergência de uma *nova classe média*, incluindo a maior parte da população brasileira, se contrapõem outras, como a de Jorge Cláudio Ribeiro, que aparece no site da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência.

Ribeiro afirma que o conceito de classe média não se resume ao nível de renda. As classes sociais seriam definidas por outros critérios, como a sua forma de ver o mundo, sua cosmovisão, sua atitude perante a vida, suas memórias, sua história. Esses fatores, um pouco mais qualitativos, não teriam sido pesquisados.

Portanto, essa “nova classe média” seria nova, mas não seria média, pelo menos do jeito como se conhecia a classe média convencional, que desenvolvia e estimulava o esforço pessoal, que tinha um mundo amplo, tinha escolaridade tradicional na família.

Para Ribeiro, a *nova classe média* se restringiria a fatores ainda referentes à situação anterior. Ela teria mais renda, mas continuaria “espiritualmente” a mesma. Pode fazer mais o que já fazia antes, mas não houve ainda uma ruptura muito pronunciada. Seriam pessoas que fizeram um esforço pessoal gigantesco, mas que valorizariam apenas as realidades mais próximas de si.

Podemos dizer que todas estas análises são influenciadas, consciente ou inconscientemente, por duas concepções.

De um lado, o paradigma norte-americano, segundo o qual a suposta estabilidade econômico-social dos EUA resultou da existência e preponderância de uma forte classe média, uma maioria silenciosa que determinaria tanto o êxito quanto o rumo político centrista da sociedade americana, em décadas anteriores. Os adeptos desta linha de interpretação vão ressaltar os aspectos político-ideológicos e o consumismo dos setores emergentes, que os aproximariam de um comportamento padrão, esperado. Outra concepção deita raízes no imaginário social da suposta classe média tradicional, sedimentada por um padrão superior de renda e de educação, embora sem propriedade de meios de produção e obrigada a trabalhar como assalariada. Ao aceitar a classificação por renda, e não pela relação com a propriedade dos meios de produção, aquela suposta classe média tradicional se considera agredida ao ver os setores sociais emergentes serem classificados na mesma categoria. E reclama a adoção de critérios diferenciadores.

Num caso ou noutro, análises que partem do nível de renda acabam tendo que responder a questões político-ideológicas bastante complexas, que as diferenças de renda são incapazes de explicar. Nos remetendo para estudos que abordam o tema de outra forma. É o caso de Márcio Pochmann.

Numa linha divergente, tanto de Ricci, Neri, Lamounier, Amaury de Souza, Meirelles, Jessé de Souza, Franco e Barros, quanto de Ribeiro, aparece o livro *Uma nova classe média?* de Márcio Pochmann, que foi presidente do Ipea.

Num estudo detalhado dos empregos gerados entre 2000 e 2010, que chegaram a 21 milhões, ele mostra que mais de 19 milhões, ou seja, 95% do total, estiveram relacionados a postos de trabalho cujos salários eram inferiores a 1,5 salário mínimo. E, ao contrário de Franco e Barros, Pochmann não aceita a sugestão de que R\$ 291 *per capita* sejam piso sequer de pobre. Portanto, embora ainda restrito ao critério de renda, ele coloca em dúvida que tais rendas classifiquem alguém como classe média.

Ele também mostra que, em 2009, a composição ocupacional da população economicamente ativa do Brasil compreendia 11% com renda não declarada, 47,8% com renda até 1,5 salário mínimo, 25% com renda entre 1,5 e 3 salários mínimos, 9% com renda entre 3 e 5 salários mínimos e 7,2% com renda acima de 5 salários mínimos. Se somarmos a renda não declarada, em geral de trabalhadores terceirizados de baixa remuneração, com a renda de até 1,5 salário mínimo, teríamos 58,8% ainda na faixa de renda E do IBGE. E, se considerarmos que 3 salários mínimos

ainda permanecem na faixa de renda D do mesmo instituto, no total teremos cerca de 83% da população brasileira vivendo abaixo da chamada classe C de renda.

Pochmann também mostra que o crescimento das rendas do trabalho (basicamente salários), que haviam sido reduzidas em 9% entre os anos 1994 e 2002, cresceram 10,3% entre 2004 e 2010. Por outro lado, as rendas da propriedade (lucros, juros, renda fundiária, aluguéis), que haviam crescido 12,3% entre 1994 e 2002, caíram 12,8% entre 2004 e 2010. Embora esses números pareçam promissores na redução das desigualdades, a participação da propriedade nas rendas do PIB cresceu de 4%, em 1995, para 14% em 2009. Em outras palavras, a tendência predominante do crescimento econômico no sistema capitalista consiste em elevar a lucratividade e, portanto, a concentração de riqueza no polo da propriedade. Em tais condições, se não tivesse havido um esforço continuado do governo, através da elevação do salário mínimo e dos programas de transferência de renda, aquela desigualdade entre as rendas da propriedade e do trabalho seriam ainda maiores.

Pochmann não aceita, portanto, que o aumento das rendas dos pobres tenha significado a formação de uma *nova classe média*. Utilizando-se do número de empregados domésticos, um dos critérios para definir o poder de consumo da classe média, Pochmann mostra que apenas 12% das famílias brasileiras, ou cerca de 6 milhões de famílias, englobando no máximo 24 milhões de pessoas, possuem um a dois empregados domésticos. Isto é, têm condições de renda para empregar até dois empregados domésticos, tornando-se assalariados que empregam assalariados. Nessas condições, na melhor das hipóteses, o que se poderia chamar de classe média brasileira deve girar em torno desse montante.

Não deixa de ser paradoxal que parte dessa camada de 24 milhões de brasileiros não tenha propriedade de meios de produção, seja assalariada, empregue outro assalariado para ajudar na reprodução de sua força de trabalho e, com isso, se sinta parte da classe média. Ou que, com o crescimento econômico e a geração de empregos, uma parte desses assalariados, empregados por outros assalariados, tenha se transformado em assalariada do capital e, por isso, seja considerada *nova classe média*, por uns, enquanto outros não aceitem tal classificação. O que, no final das contas, apenas confirma os limites do critério de renda para a definição de classe.

Por outro lado, Pochmann também mostra que 600 mil famílias, ou algo em torno de 2,4 milhões de pessoas, têm renda com poder de empregar 20 ou mais empregados, um breve indicador do fosso existente entre a alta classe proprietária e as classes média e baixa. Assim, utilizando-se apenas dos critérios de renda e poder de consumo, Pochmann acaba colocando em xeque não só a existência de uma *nova classe média*, mas também dos critérios que definem a *antiga classe média*, ao mesmo tempo que aponta como um dos motivos de toda a publicidade em torno desse assunto a promoção de planos privados de saúde e de educação, e do consumismo. E reitera que as características do baixo salário se mantêm, e se manterão, enquanto a *força de trabalho sobran*te for uma necessidade indispensável ao capitalismo brasileiro.

Todo esse debate em torno de uma possível *nova classe média* tem o mérito de trazer novamente à tona a discussão sobre as classes sociais, discussão que estava enfurnada em caixas relativamente herméticas.

Ribeiro, embora tenha destacado apenas os fatores subjetivos da classe média tradicional, lembrou que a renda não pode ser o único critério de definição de uma classe social. Pochmann, ao fazer distinção entre o *mundo do trabalho* e o *mundo da propriedade* também colocou em pauta a necessidade de considerar outros fatores, além da renda, do poder de consumo e do behaviorismo, na definição das classes sociais.

Não parece haver dúvidas de que a elevação dos índices de emprego e de renda das *classes baixas*, segundo a classificação de Franco e Barros, está promovendo mudanças na economia brasileira e na mobilidade das classes sociais do país.

Lamounier, sem poder refutar essa realidade, prefere inserir tais mudanças num contexto global favorável e como resultado das políticas neoliberais, embora tenha se visto obrigado a usar uma linguagem cifrada.

Neri, ao concordar com a emergência e constante ampliação de uma *nova classe C rural*, que se teria expandido em 72% desde 2003, passando a 35,4% da população rural em 2009, só faltou acrescentar que não há mais qualquer motivo para se falar em reforma agrária ou assentamentos de sem terra. Bastaria continuar com tal expansão para resolver o problema agrário e a segurança alimentar do povo brasileiro.

Em geral, os promotores da *nova classe média* pretendem convencer a todos que, sendo a maioria, tal classe merece prioridade nas políticas governamentais, algo que fica patente no texto de Franco e Barros. Dessa forma, as implicações relacionadas com a possível emergência de uma *nova classe média* são, por si sós, suficientemente fortes para justificar a necessidade de uma análise atualizada da estrutura de classes sociais existentes no Brasil, incluindo sua mobilidade histórica e sua posição na sociedade, as relações e problemas internos de cada uma, e as relações de cada classe com as demais classes e com as instituições políticas. Vejamos como evoluiu a estrutura de classes da sociedade brasileira, ao longo do século passado.

A emergência histórica dos conceitos de classe social

Pelo menos desde os anos 1920, seja sob o impacto das *greves operárias*, que colocaram no cenário de várias cidades brasileiras o proletariado como um novo ator social, seja pela emergência do *movimento tenentista*, que exprimia as aspirações democráticas radicais das camadas médias das populações urbanas, seja ainda pelas notícias que falavam da *revolução "maximalista"*, que havia colocado o operariado no poder da antiga Rússia tsarista, o debate sobre a divisão da sociedade em classes passou a fazer parte da pauta de debate de diversas correntes políticas.

Esse debate seguiu caminhos inusitados. Os grandes proprietários fundiários não se reconheciam como classe latifundiária, mas como classe produtiva agrícola, enquanto os industriais não se reconheciam como burguesia, mas como classe produtiva industrial.

Uma parte dos latifundiários, a exemplo do presidente Washington Luiz, não reconhecia os trabalhadores industriais como uma classe social e considerava que qualquer manifestação deles não passava de caso de polícia. Por outro lado, uma expressiva parcela dos latifundiários gaúchos não só reconhecia a existência de uma *nova classe trabalhadora fabril*, mas supunha indispensável tratá-la de forma adequada, combinando repressões localizadas a um processo de concessões e

acomodações, que evitassem qualquer tipo de levante comunista no Brasil.

Os comunistas, por seu turno, também seguiram um caminho tortuoso na análise de classes da sociedade brasileira, em certa medida porque estavam muito influenciados pelo exemplo da revolução russa e combinavam métodos de análise positivistas e marxistas relacionados com outras sociedades.

Tornou-se comum, entre eles, considerar a classe operária apenas aquela fração da classe dos trabalhadores assalariados que trabalhavam na indústria. Os trabalhadores assalariados que trabalhavam no comércio, nos serviços, e mesmo na produção agrícola, ficavam num limbo social indeterminado. A burguesia, por outro lado, era vista como um corpo unificado, às vezes integrando a classe dos latifundiários, às vezes separada dela, mas subordinada.

Mais tarde, influenciados pelos processos revolucionários das colônias, e também pela crescente penetração do capital estrangeiro na economia brasileira, os comunistas estabeleceram uma divisão entre a burguesia estrangeira e a burguesia nacional, muitas vezes dando a esta o *status* de revolucionária, em contraposição tanto à burguesia estrangeira imperialista, quanto ao latifúndio feudal ou semifeudal.

Já nas classes médias, os comunistas integravam tanto os trabalhadores assalariados de média e alta renda, quanto os pequenos industriais e comerciais e o campesinato, embora colocassem o campesinato num pedestal especial.

Esse quadro das classes sociais desenhado pelas comunistas foi, de certo modo, o centro de todo o debate que se desenvolveu a respeito até os anos 1980.

No entanto, as mudanças estruturais ocorridas no Brasil durante os anos 1960 e 1970 haviam transformado a maior parte da classe dos latifundiários, esvaziado o campesinato, aumentado a quantidade de trabalhadores assalariados na indústria, no comércio, nos serviços e na agricultura, e criado uma força industrial de reserva anormal nas grandes e médias cidades. Foi com esse novo quadro que se defrontaram os trabalhadores metalúrgicos, mecânicos e de material elétrico do estado de São Paulo, em janeiro de 1979, quando realizaram seu IX Congresso.

Na tese então aprovada, que foi o ponto de partida para a fundação do Partido dos Trabalhadores, eles reconheceram formalmente a existência das classes sociais e de suas lutas ao afirmarem que “enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existem neste país, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político”.

Ao chamar os trabalhadores a construir o *seu partido*, a tese afirmou a necessidade de que tal partido “seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões”. Em outras palavras, a tese reconheceu apenas a dualidade conflituosa entre trabalhadores e patrões. Entre os trabalhadores, não fez distinção entre os que eram totalmente desprovidos da propriedade de meios de produção e os que possuíam alguns meios de produção. E, entre os patrões, não fez distinção entre os que eram apenas capitalistas e aqueles patrões que eram, ao mesmo tempo, também trabalhadores.

A Carta de Princípios do PT, de 1º de maio de 1979, faz menção ao “operariado”, “setores proletarizados”, “patrões”, “trabalhadores” e a uma “composição social essencialmente contraditória, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis”. Apesar disso, durante vários anos, o senso comum dentro do PT é que no Brasil existiriam apenas duas classes, a dos patrões e a dos trabalhadores.

Em documentos posteriores, formulados durante seus Encontros, o PT começou a fazer referência a “setores burgueses”, “temores da burguesia”, e ao poder das “classes dominantes”.

Em 1986, o 4º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores afirmou que “os problemas postos pelo processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil”, cujo “estágio”, “formação das classes sociais” e “grau de luta entre elas” “apresentam as condições necessárias para as lutas que permitam um acúmulo de forças e ampliem o espaço democrático”, embora a “existência de milhões de pequenos produtores e pequenos proprietários não permita estatizar ou coletivizar imediatamente seus meios de produção”.

Em outras palavras, o Encontro reconheceu a necessidade de distinguir a existência de uma classe intermediária de “milhões de pequenos produtores e pequenos proprietários” de meios de produção, que só se engajariam numa luta de transformação da sociedade se seus direitos de propriedade fossem respeitados.

Essa necessidade foi reiterada no 5º Encontro, em 1987, que reafirmou um possível “consenso de que a burguesia era a inimiga principal”, mas voltou a reconhecer que muitos colocavam no campo da burguesia “os pequenos e microempresários e mesmo as camadas assalariadas que não trabalhavam diretamente na produção fabril ou agrícola”.

O 5º Encontro também sustentou que, ao tomarem a classe burguesa como inimiga estratégica, muitos militantes opunham-se ao “aproveitamento das contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia”. Colocavam-se “contra qualquer aliança política, tática ou pontual, com algum desses setores”. Em outras palavras, o Encontro afirmou que a burguesia não deveria ser vista como um bloco homogêneo, mas sim como um bloco formado por diferentes frações, cujos interesses particulares geravam contradições entre elas e as dividiam na disputa social e política.

Por outro lado, quando o Encontro formulou que apenas “uma aliança de classe, dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo”, teria “condições de se contrapor à dominação burguesa no Brasil”, ele na verdade também se contrapôs à possibilidade de aliança com frações da burguesia para derrotar a fração hegemônica.

Por isso, o Encontro rejeitou também a formulação de “uma alternativa nacional e democrática, porque o nacional, nessa formulação”, indicava “a participação da burguesia nessa aliança de classes”. Apesar do avanço na análise das classes realmente existentes, utilizar aberta e explicitamente as contradições entre as frações burguesas ainda estava fora da estratégia e da tática do PT. E quando se tornasse parte, o faria de maneira no mínimo polêmica.

No seu 6º Encontro, realizado no curso da campanha presidencial de 1989, o PT constatou que, “enquanto a burguesia estava fragmentada na busca por diferentes saídas para a crise e formas de enfrentar a candidatura Lula”, os trabalhadores já haviam construído “um instrumento capaz de disputar a hegemonia com os partidos burgueses”. Porém, durante a campanha eleitoral de 1989, o PT se deu conta da existência dos *marginalizados*, chamados por Collor de “descamisados”, e que Frei Beto mais tarde cunhou como *pobretariado*, que constituíam uma vasta camada social, com características tão próprias e específicas, que deveriam ser encarados praticamente como uma classe social.

Uma análise crítica mais profunda da campanha eleitoral de 1989 teria permitido delinear com mais clareza os diversos interesses de classe em jogo, e chegar a uma definição mais aproximada da estrutura de classes realmente existente. No entanto, a essa altura, o partido já vinha sendo atropelado pelas transformações econômicas, sociais e políticas que o capitalismo dos países avançados impunha ao mundo e à sociedade brasileira. Nessas condições, ganhou foros de verdade a suposição de que a fragmentação da classe trabalhadora, gerada pelo desemprego tecnológico, era um fenômeno universal, não restrito aos países capitalistas avançados.

A ideia da morte do proletariado, juntamente com a ideia de um mundo de sociedades pós-industriais, passou a fazer parte do senso comum de amplos setores do partido. Muitos intelectuais petistas sequer se deram conta de que estávamos diante da desindustrialização dos países desenvolvidos, cujas corporações industriais, na busca de elevação de sua lucratividade, transferiam suas plantas produtivas para países agrários de força de trabalho mais barata, matando a classe operária de seus países de origem, mas recriando-a em outros países.

Sequer se aperceberam que o pós-industrialismo não passava de uma justificativa para a segmentação produtiva internacional e, no Brasil, embarcaram na canoa furada da submissão neoliberal.

O programa de reformas na China e o fim da União Soviética foram encarados como mais uma comprovação da inevitabilidade do pós-industrialismo e do fim da classe operária, contribuindo ainda mais para o abandono da análise de classes no Brasil.

Foi nessas condições que amplos setores da esquerda adotaram o conceito de *excluídos sociais*, cunhado por Robert Owen para as camadas dos expropriados ingleses dos séculos anteriores à revolução industrial, relegando o conceito de *classe trabalhadora*, sem levar em conta que no Brasil as forças produtivas e, portanto, as forças de trabalho assalariado, ainda tinham um grande espaço para desenvolver-se, desde que o país não seguisse o receituário neoliberal.

O I Congresso do PT, realizado em 1991, avaliou que “o novo padrão de desenvolvimento tecnológico capitalista” desarticulava “o núcleo do trabalho operário na indústria”, fragmentava “a classe trabalhadora, gerando desemprego tecnológico e estabelecendo novos paradigmas para a luta sindical e política”.

O 11º Encontro, por sua vez, constatou que a “implementação do projeto neoliberal por Fernando Henrique” atingia “em cheio o padrão de vida das classes médias” e levava “à falência setores da média burguesia”.

Ou seja, as resoluções partidárias adotadas no início dos anos 1990 insistiam em lugares-comuns, não superando os esforços positivos de análise da formação social brasileira e suas classes sociais, feitos em encontros anteriores do PT. Ao contrário, as resoluções citadas contribuíram para o abandono da preocupação com o tema, e a uma busca em torno de novos paradigmas de luta, dissociados das classes.

Paralelamente a isso, de forma aparentemente paradoxal, o PT avançou em conquistas táticas sucessivas durante a segunda metade dos anos 1990, em grande medida em virtude das divisões entre as diversas frações da burguesia e da pequena burguesia, diante da destruição neoliberal e em contraste com a industrialização dos países asiáticos e com a transferência do eixo econômico do Atlântico para o Sudeste do Pacífico.

Essas divisões, em especial na burguesia, se tornaram especialmente evidentes após a crise financeira e econômica de 1998-99, colocando o PT como única alternativa viável de superação do caminho neoliberal. A ampliação do leque de alianças do PT tornou-se não só viável, como desejada pelos tais aliados, o que consistia uma novidade em relação ao que ocorria com a esquerda comunista nos anos 1950, que clamava por alianças com uma burguesia que lhe repudiava.

No entanto, por falta de um conhecimento consistente das classes e frações de classe em disputa, e também devido a algumas opções estratégicas e programáticas equivocadas, o PT no governo passou a enfrentar crescentes dificuldades para administrar os interesses díspares nas alianças com setores da burguesia e da pequena burguesia.

A retomada do crescimento econômico, associada a programas de transferência de renda e elevação do salário mínimo, fizeram reemergir uma nova classe trabalhadora assalariada, tanto industrial, quanto comercial e de serviços, e pusesse à mostra a presença de uma classe trabalhadora assalariada rural.

A classe operária não havia morrido, e o Brasil apresentava um vasto mercado para a reindustrialização e para o desenvolvimento econômico e social, acompanhando a corrente dos países em desenvolvimento da Ásia, da África e da América Latina, na contracorrente dos Estados Unidos e da Europa.

O reconhecimento dessa nova situação, em que parte do *exército industrial de reserva*, *pobretariado ou excluídos*, se transformou em classe trabalhadora assalariada, proletariado, podendo se tornar uma classe consciente de seus próprios interesses, passa a ser um problema econômico, social e político para todas as classes e frações de classe presentes na sociedade brasileira. E um problema ainda mais vital diante do fato do PT e outros partidos de esquerda estarem no governo central.

Nesse sentido, a discussão em torno da existência de uma *nova classe média* é uma das expressões da disputa ideológica e política em torno desse ressurgimento da classe trabalhadora como força social e do que isso pode representar na luta econômica, social e política brasileira.

Apesar de suas contradições internas, a burguesia compreendeu rapidamente que estava diante de um desafio de múltiplas facetas e tomou a iniciativa de pautar a discussão a partir de seus

próprios interesses, que vão bem além da venda de mercadorias, seguros e planos de saúde. Ao insistir na tese de que se trata de uma nova classe média, o que a burguesia pretende é que não se comportem como trabalhadores, em particular como os trabalhadores se comportaram durante os anos 1980.

Os diferentes conceitos de classe social

Para analisar a estrutura de classes na sociedade brasileira é essencial estabelecer alguns critérios para a definição das classes sociais. O que inclui considerá-las uma criação histórica antiga, em especial porque muitos estudiosos que tratam do assunto as consideram uma classificação estritamente marxista.

A classificação dos seres humanos conforme sua posição na divisão social da propriedade e no processo produtivo surgiu no escravismo antigo, como parte das constituições legais das sociedades humanas em formação.

Embora excluindo as principais forças de trabalho, os escravos, por serem considerados simples instrumentos de trabalho, mesmo falantes, essa classificação sempre tomou como critério básico a propriedade, ou as relações de produção. Senhores, aristocratas, patrícios, chatrias, brâmanes, lordes, ou qualquer outra denominação dos diversos povos em que o sistema escravista era dominante, eram aqueles que detinham a propriedade do solo e dos principais meios produtivos, incluindo gado e escravos, e a correspondente riqueza em bens fixos e mobiliários.

Comerciantes, camponeses e artesãos, também sob diferentes denominações, existiam como classe naquelas sociedades escravistas em que parte dos homens livres possuía a propriedade de pequenas parcelas de terra e de instrumentos de trabalho, incluindo alguns escravos. Eram proprietários de meios produtivos secundários que, pelo menos por um tempo considerável, não lhes permitiu amealhar riqueza suficiente para ombrear-se com os aristocratas.

Plebeus, demos, pobres, ou outras denominações, constituíam a classe dos homens livres sem qualquer propriedade de meios de produção. Vivendo em sociedades em que o trabalho era abominado como algo próprio de *animais falantes*, viam-se constrangidos a caçar, trabalhar como lavradores em terras comunais, ou como proletários (segundo o termo romano) nas fábricas imperiais de armamentos, ou a engajar-se no exército, em troca de soldo.

Quando ganharam força social, estes setores jogaram-se na luta para obter que as riquezas produzidas pelo trabalho escravo também fossem distribuídas entre eles, de modo que não precisassem submeter-se à *vergonha do trabalho*. No caso dos plebeus romanos, só colocaram a reforma agrária em sua pauta de luta quando o escravismo já entrara em decadência.

Embora a maioria dos livros sobre a história não dê muita atenção ao estudo dessas estruturas de classes da antiguidade, eles não podem se furtar de explicitá-las porque a luta de classes entre a plebe não-proprietária e a aristocracia proprietária promoveu alguns dos conflitos e acontecimentos históricos mais importantes daquele período, paradoxalmente muito mais transformadoras do que as rebeliões dos escravos.

Algo idêntico ocorreu no período feudal dos povos europeus e asiáticos, em que os nobres eram aqueles que tinham a propriedade ou posse fundiária de praticamente todas as terras, os feudos.

A classe camponesa (aqui incluídos os ex-escravos) tinha passado a pertencer às parcelas que cultivavam nos feudos, mas também se tornou proprietária de seus meios de produção agrícola e artesanal. O desenvolvimento da produção agrícola e pecuária, assim como da indústria artesanal camponesa, criando excedentes, incrementou o comércio e fez ressurgir a classe mercantil, muito ativa durante o escravismo, mas estranha à autarquia feudal por algum tempo.

Reinos, monarquias, sultanatos, impérios, ou outras denominações dadas aos Estados feudais, diante da existência real das classes subalternas, tiveram que reconhecer legalmente como classes, ao lado da nobreza fundiária (que podia ser militar, eclesiástica e burocrática), aos camponeses e aos comerciantes ou mercadores, assim como a existência de cidades, comunas ou burgos, fora dos limites territoriais feudais.

Embora a maior parte dos livros de História também dê pouca atenção a essa estrutura social do feudalismo, nem sempre consegue omitir os eventos históricos que opuseram a classe dos comerciantes à classe nobre, nem o fato de que a classe mercantil, à medida que enriqueceu e conquistou poder econômico, muitas vezes se aproveitou das contradições entre as monarquias e os senhores feudais para submeter estes a seus próprios interesses, como aconteceu na revolução de Avis, em Portugal, e na República de Cromwell, na Inglaterra, antes de se transformar em classe capitalista dominante.

A maioria dos livros de História trata extensivamente do surgimento do capitalismo e da burguesia, e reconhece o surgimento de classes sociais a partir de então. No entanto, como afirmamos acima, muitos desconhecem ou rejeitam a existência e transformação das classes a partir do surgimento da propriedade privada e do escravismo.

Como é impossível desconhecer as divisões sociais das formações históricas anteriores, a maior parte dos historiadores adota a teoria da mobilidade, segundo a qual antes das classes do capitalismo, existiam os estamentos feudais, e antes deste as castas, ao invés de considerar estamentos e castas como frações específicas de determinadas classes sociais.

Os economistas clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, em sua tentativa de explicar as novas formas produtivas capitalistas, mantiveram a divisão da propriedade como base para a análise da classificação social.

Adam Smith chegou a afirmar que a riqueza não tinha origem no mercantilismo, mas no trabalho, contrariando os interesses do clero e da nobreza, que desprezavam o trabalho. Além disso, defendeu que, para o trabalhador ter um pensamento mais ágil e dar conta do processo produtivo, seria necessário investir em educação básica para todos. Em outras palavras, defendeu que a educação básica era de interesse dos proprietários capitalistas.

Segundo Smith e Ricardo, a nova modalidade de produção se confrontava com três classes de atores: a) a dos proprietários territoriais, que vivia da renda fundiária, materializada na forma de trabalho (corveia), produtos (parcela da produção), ou dinheiro (aluguéis); b) a dos proprietários capitalistas, que viviam de lucros, de juros e aluguéis; e c) a dos que não possuíam propriedades capazes de gerar rendas, lucros, juros e aluguéis, mas possuíam força de trabalho.

Essa terceira classe podia vender sua força de trabalho, por determinado tempo, em troca de salário, aos proprietários territoriais, para lavrar e cultivar a terra e colher a safra, e/ou aos proprietários capitalistas, para movimentar as ferramentas e máquinas e processar as matérias primas para produzir bens de uso.

Assim, tanto Smith quanto Ricardo, além de admitirem a existência das classes sociais, consideravam que essas classes se encontravam em relação de colaboração e luta constante. Assim, da mesma forma que, no escravismo, os senhores fundiários dependiam da existência dos escravos como força produtiva, para manter-se como classe e, no feudalismo, os senhores feudais dependiam dos servos como força produtiva, para manter-se como classe, no capitalismo os donos do capital dependem dos proletários, como força produtiva, para manter-se como classe. Não existem classes solitárias, desvinculadas das demais, muitas vezes inclusive daquelas que estão em processo de desaparecimento, tanto em oposição quanto em colaboração.

Os proprietários capitalistas dependiam dos proprietários fundiários para construir suas instalações fabris, mas se opunham a eles pela sistemática tentativa de elevarem o valor das terras e a renda cobrada. E os trabalhadores assalariados dependiam de ambos ofertarem condições de trabalho, mas se opunham a eles porque o salário recebido pela venda de sua força de trabalho mal dava para repor suas forças físicas.

Karl Marx adotou o mesmo critério histórico de classificação das classes e da relação de cooperação e luta entre elas, conforme aceita por aqueles economistas clássicos. Porém, ao contrário deles, estabeleceu que, do mesmo modo que a burguesia mercantil fora a classe que, em luta contra os senhores feudais, os superara e os liquidara como classe, o proletariado era a classe que mais fortemente se opunha ao capitalismo e estava fadada a superá-lo e liquidar não apenas a burguesia, mas também a si próprio, como classes.

Embora esta tese de Marx gere uma polêmica intensa, seu critério básico para a diferenciação entre as classes, isto é, a relação com a propriedade ou, em outras palavras, a posição que cada indivíduo ou grupo de indivíduos ocupa no processo produtivo e de troca, se mostrou a mais apropriada para a análise da estrutura de classes das sociedades.

Para Marx, no capitalismo as duas classes fundamentais seriam a classe capitalista, ou burguesa, proprietária do capital (dinheiro vivo e dinheiro materializado em meios de produção e comercialização) e a classe dos trabalhadores assalariados, ou proletários, expropriados da propriedade de meios de produção, mas proprietários de força de trabalho (força cujo valor deveria corresponder ao que seu proprietário necessita para se reproduzir como trabalhador).

A constatação dessa bipolaridade no modo de produção capitalista não significa que Marx exclua a existência de outras classes nas formações sociais capitalistas, em virtude do desenvolvimento histórico de cada uma.

O processo histórico que levou ao predomínio do modo de produção capitalista em cada sociedade determinada, muitas vezes se deu com a manutenção subordinada de outros modos de produção, dando peculiaridades próprias a cada formação social.

Isso explica porque o capitalismo na Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha, Japão e nos demais países do mundo em que é predominante, não seja exatamente igual em toda parte, embora suas leis gerais sejam as mesmas.

À medida que o capitalismo se tornou o modo predominante, inclusive absorvendo os proprietários fundiários como uma fração de sua classe, a antiga transparência legal sobre a divisão e a luta de classes foi sendo substituída por um esforço constante para realçar a igualdade, a fraternidade e a liberdade social entre os homens, com suas derivações, como a igualdade de oportunidades, a liberdade de escolha, a possibilidade de ascensão econômica e social etc.

A divisão e a luta de classes seriam não uma criação histórica de longa duração, mas uma análise social deformada, surgida a partir de Marx, o que muitos marxistas historicamente desinformados chegam a aceitar acriticamente. O que leva muitos deles a proclamarem a necessidade de *estimular a luta de classes*, como se essa luta fosse algo criado fora da sociedade, que devesse ser introduzida por revolucionários iluminados.

No entanto, como a desigualdade, a competição e a falsa liberdade fazem parte da realidade cotidiana, saltando aos olhos, a negação pura das classes e da luta de classes transformou-se numa nulidade.

Fez-se necessário tornar mais complexas as classificações analíticas, colocando em dúvida a eficácia do estudo da estrutura de classes conforme proposto pela classificação histórica, pelos economistas clássicos e pelo marxismo. Neste contexto surgem e se desenvolvem os métodos de análise por estratificação, por renda e por poder de consumo, ao mesmo tempo em que o método de análise pela divisão social do trabalho, ou pela divisão relacionada à propriedade passou a ser considerada estreita e incapaz de abarcar todos os aspectos que assemelhavam ou diferenciavam as classes sociais.

A igualdade de oportunidades se transformou no tema preferido para explicar a mobilidade e a ascensão social.

Há uma suposição generalizada de que a *mobilidade social* seria uma característica exclusiva da moderna sociedade capitalista. As antigas sociedades de castas e medievais não ofereceriam qualquer possibilidade de ascensão de classes inferiores a classes superiores. Somente as sociedades ocidentais modernas possibilitariam tal mobilidade, como consequência da maior ou menor facilidade de acesso a serviços de educação, transportes, segurança pública, saúde, habitação etc., que podem ou não ser de responsabilidade do Estado.

Portanto, de um lado, essa suposição desdenha o fato histórico de que escravos turcos puderam se tornar chefes de dinastias dominantes no Egito, Pérsia e Índia, e que servos medievais puderam se transformar em comerciantes no Japão, Inglaterra, França e outras regiões. De outro, a mobilidade social moderna é explicada como consequência de acesso a serviços, e não como mudanças na propriedade. Na teoria da mobilidade, as classes não se transformariam, seriam os indivíduos que mudariam de *status*.

Max Weber se destacou ao preferir utilizar o conceito de estratificação das classes sociais. Na estratificação social, a diferenciação entre as classes deve ser realizada conforme as características

similares apresentadas pelos agrupamentos de indivíduos. Por exemplo, negros, brancos, católicos, protestantes, homens, mulheres, pobres e ricos são agrupamentos que apresentam características similares, podendo ser classificados como classes.

Além disso, o juízo de valor que os indivíduos têm em relação aos outros e a forma como se posicionam nas respectivas classes, dependeriam do poder, da riqueza, do prestígio, da educação e de alguns outros fatores, que determinam as desigualdades dentro de cada classe. Em outras palavras, a propriedade não desempenharia qualquer papel na divisão social, já que é algo que estaria à disposição de todos.

A Sociologia, a Antropologia e outras ciências sociais em geral consideram três tipos principais de estratificação social: a) a estratificação econômica, baseada na renda ou posse de bens materiais, dividindo a sociedade entre ricos, médios e pobres; b) a estratificação política, dividindo a sociedade entre grupos que têm e grupos que não têm poder; e c) a estratificação profissional, dividindo a sociedade pelo grau de importância atribuído a cada grupo profissional. Em outras palavras, a estratificação expressa desigualdades, mas nega ou esconde que isto esteja relacionado à posição ante a propriedade.

Bem vistas as coisas, a renda está relacionada à distribuição da renda gerada pelo sistema produtivo da sociedade e à posição de cada classe nesse sistema. No sistema capitalista, os burgueses são ricos não apenas porque herdaram fortunas, mas porque transformaram tais fortunas em capital, que não é senão a relação social entre trabalho morto e trabalho vivo, entre dinheiro acumulado e força de trabalho capaz de valorizá-lo.

Por outro lado, o sistema capitalista, na busca constante de elevar sua lucratividade, transformou o dinheiro acumulado numa fonte de geração de mais dinheiro através do próprio dinheiro, criando uma fração rentista que nega a forma principal de geração do lucro através da produção, tornando o sistema muito mais instável.

No capitalismo, o poder político está subordinado tanto ao poder econômico, quanto à força social e política de cada classe. E as profissões dependem da divisão social do trabalho promovida pelo desenvolvimento técnico e científico da produção.

Nesse sentido, o Critério de Classificação da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) é adequado, até certo ponto, para medir a distribuição da riqueza social e indicar como tal riqueza é acumulada, ou não, pelas diversas classes sociais. No entanto, ela está longe de poder indicar claramente como a população brasileira está dividida em classes socioeconômicas.

Sua classificação mede o poder aquisitivo das pessoas, avaliando os bens da família e o grau de escolaridade do chefe da casa. Os itens possuídos pela família, como quantidade de banheiros na casa, TVs em cores, rádios, geladeiras e freezers, automóveis, videocassetes ou DVDs, máquinas de lavar e empregados mensalistas são pontuados e sua soma definiria a que classe a família pertence, do ponto de vista da distribuição da riqueza produzida. Por esse critério, os estratos de classificação das classes seriam 8: A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E.

Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e a Fundação Getúlio Vargas pretendem definir as classes sociais a partir, exclusivamente, de cinco faixas de renda, tendo por base o

número de salários mínimos. O mesmo pretende o Dieese, mas trabalhando com 7 faixas de salários mínimos, indo da faixa inferior a um salário mínimo até a faixa superior a 20 salários mínimos. Alguns outros institutos e consultorias privadas utilizam valores nominais de renda mensal, a menor abaixo de R\$ 200 e a maior acima de R\$ 14.400.

Uma das distorções das pesquisas com base nesses critérios é que elas não conseguem medir a renda, nem o montante de bens das classes proprietárias, embora o indicador do número de empregados domésticos possa dar alguma pista.

Outra lacuna é a ausência do que compõe a renda declarada. Salários? Lucros? Juros? Renda territorial? Aluguéis? O quê? Em outras palavras, as faixas de renda e o número de bens possuídos podem indicar o poder de consumo e dar alguma pista sobre a classe social correspondente, mas não são indicadores seguros de classificação socioeconômica.

Partindo do pressuposto que, numa formação social, existe não apenas o binômio das classes fundamentais, mas também outros binômios de classes em transição, um erro comum na análise das classes consiste em tomar cada classe de um binômio separadamente, sem ao mesmo tempo analisar seu outro polo, e as demais classes em interação.

Há especialistas estudando o mundo do trabalho, sem ao mesmo tempo estudar o mundo proprietário específico. Como há estudiosos analisando as mudanças do mundo proprietário e do mundo do trabalho dos países avançados, supondo que as mudanças que ocorrem nesses países são exatamente as mesmas que ocorrem no Brasil e nos países em desenvolvimento.

Outro erro comum no estudo das classes sociais consiste em não ir a fundo nas diferenciações dentro de cada uma delas. Em inúmeros textos acadêmicos e políticos, a burguesia aparece como algo monolítico, sem distinções e contradições internas relativamente profundas. E as confusões sobre as diferenciações internas na classe dos trabalhadores assalariados, e sobre o papel que cada uma de suas frações pode desempenhar, também são extensas.

Como também são extensas as confusões em torno da mobilidade, das transformações das classes e da persistência de classes antigas, aparentemente fora do lugar, e das classes de trânsito, intermediárias ou médias, que coexistem com as classes fundamentais. Portanto, se quisermos esclarecer esses assuntos, só nos resta a opção de estudar o processo real de vida e de ação dos indivíduos e das classes de nossa época e nas fronteiras em que atuam, em confronto com o que sabemos da vida e da ação dos indivíduos e das classes de épocas anteriores.

Evolução da estrutura de classes na sociedade brasileira

Ao ter início a colonização europeia, logo depois de 1500, no território que depois veio a ser chamado de Brasil, aqui habitavam inúmeras hordas e tribos indígenas, cuja população estimada era de mais de 6 milhões de indivíduos, espalhados desde a bacia amazônica, ao Norte, até os pampas, ao Sul. A maior parte dessa população encontrava-se dispersa pelo litoral, havendo a suposição de que a migração original se deu através da bacia amazônica e, depois, pelo litoral no rumo sul. Mas há muitos indícios de povoações indígenas no interior, anteriores à época da *descoberta*.

Enquanto as hordas vagavam na busca de campos de coleta e de caça, já existiam tribos que combinavam a caça e a coleta com o cultivo de roças de mandioca e milho. Ou mesmo tribos que, sendo coletoras e caçadoras, haviam iniciado um processo de sedentarismo pela abundância de peixes e crustáceos, seja em algumas regiões da Amazônia, seja em vários pontos do litoral Atlântico.

Nessas tribos já havia se consolidado uma divisão sexual do trabalho, os homens sendo responsáveis e tendo a posse dos instrumentos de caça, pesca e coleta, enquanto as mulheres eram responsáveis pela organização da casa e tinham a posse dos utensílios de guarda e de preparação dos alimentos, assim como do mobiliário da casa (redes, banquetas etc.). Todas as atividades em cada uma dessas divisões do trabalho eram comunitárias, e a distribuição dos resultados também era realizada comunitariamente, indicando que elas viviam no comunismo primitivo.

Sua evolução ocorria lentamente, seja porque o território não apresentava animais domesticáveis de porte, capazes de fornecer leite e carne (o que levou algumas tribos a praticarem o canibalismo, como forma de atender às necessidades de proteína), nem uma variedade ampla de cereais. Também não haviam evoluído nas técnicas de plantio, praticando a coivara e a rotação de áreas florestais, nem nas técnicas de irrigação e de aproveitamento pleno do milho e da mandioca, as únicas plantas que cultivavam. Convém lembrar que nesse mesmo período, tanto os incas, quanto os astecas, já praticavam cultivos irrigados e aproveitavam o milho para a produção de diferentes alimentos.

Desse modo, a organização tribal ainda evoluía por seleção natural, pelo processo de ramificação a partir de certo aumento da população. As novas tribos recebiam novos nomes, enquanto o tronco original conservava o nome primitivo. Eventualmente, tribos oriundas do mesmo tronco guerreavam entre si pelo domínio de campos de caça e de coleta. Os prisioneiros de guerra podiam ser transformados em alimento, se a tribo vencedora praticasse o canibalismo, serem simplesmente eliminados, ou serem incorporados à tribo por algum motivo cultural. Não havia qualquer hipótese de que algum prisioneiro indígena fosse transformado em escravo. Gonçalves Dias, apesar de seu romantismo, é bastante realista ao tratar do sistema de vida nativista brasileiro.

Esse processo de evolução foi truncado pela descoberta e invasão do território pelos portugueses. No início, na ausência de metais preciosos, ou de um projeto imediato de exploração do território, os portugueses praticaram o escambo de quinquilharias e ferramentas, que fabricavam em seu artesanato, em troca de toras de pau-brasil, que os indígenas derrubavam e carregavam até as naus lusas. No entanto, esse escambo era inconstante, porque os indígenas ainda não tinham formado qualquer tipo de sistema produtivo interessado em criar excedentes e operavam segundo o sistema do estritamente necessário. Depois, quando os portugueses começaram a implantação das *plantations* de cana, que só poderiam ter sucesso com o emprego de forças de trabalho escravas, encontraram forte resistência dos indígenas, que preferiam morrer a serem transformados em escravos.

O escravismo colonial teve que ter por base a força de trabalho africana, cujas tribos já haviam evoluído, ou estavam em processo de evolução, para o patriarcado e para o escravismo. Além disso, transportada para um ambiente que lhe era estranho, essa força de trabalho tinha menos

chances de fugir e resistir. Embora os portugueses continuassem buscando prear indígenas e transformá-los em escravos, essa prática teve maiores efeitos como forma de extermínio do que como forma de acrescentar novas forças de trabalho às *plantations*.

Paralelamente a esse processo escravocrata colonial, no Norte e no extremo Sul Brasil se instalou um modo de produção aparentemente comunitário, o das reduções indígenas, coordenado por missões católicas, tanto jesuíticas quanto franciscanas e de outras congregações. Estas conseguiram, pelo menos até 1750, a proibição formal da escravização de indígenas, colocando várias tribos sob sua proteção. Em troca dessa proteção e da distribuição aparentemente igualitária do que era produzido pelos indígenas, as reduções, em especial as da Província do Maranhão e Grão-Pará, tornaram-se grandes exportadoras de especiarias amazônicas, conformando uma sociedade híbrida, na qual os maiores descontentes eram os colonos portugueses, proibidos de trabalhar pelas instruções régias e, ao mesmo tempo, desprovidos de escravos.

Desse modo, em substituição ao comunismo primitivo esparso antes existente sobre o território, foi se formando uma sociedade que tinha por base a propriedade privada fundiária (sesmarias), onde forças de trabalho escravo produziam cana nos eitos e açúcar nos engenhos. As primeiras expressões de organização estatal, as *capitanias hereditárias*, mostraram-se rapidamente ineficientes, sendo substituídas por *governadorias gerais*, que respondiam diretamente ao reino português, e por *câmaras municipais*, que congregavam os *homens bons*, os senhores de escravos, na governança local.

Paralelamente a isso, o gado importado para moer engenhos e transportar cargas foi conquistando os campos do sertão ocidental e dos pampas sulinos, dando ensejo ao surgimento de um sistema pecuário que se diferenciava do sistema agrícola escravista por ter, como força de trabalho, homens livres que se colocavam sob a proteção de fazendeiros e se obrigavam a pagar a partilha do gado que cuidavam, e a pagar o cambão, isto é, trabalhar alguns dias da semana nas feitorias do fazendeiro, um sistema aparentado à corveia medieval. Esse sistema era quase autossuficiente, produzindo quase tudo que necessitava para sua reprodução ampliada.

A descoberta das minas de ouro e diamantes nas Matas Gerais, no final do século 17, paralelamente à crise de lucratividade das *plantations* e engenhos de açúcar, em virtude da concorrência dos plantadores antilhanos, subverteu profundamente os processos produtivos do território e também da metrópole. As minas demandavam escravos, ferramentas, alimentos, tropas de transporte, bens de consumo diversos, além de se transformarem em polos de atração de massas humanas. A coroa portuguesa teve que proibir a emigração para o Brasil, pois correu o risco de perder a maior parte de sua força de trabalho para as minas brasileiras.

Os senhores de escravos e de engenhos do Nordeste desciam em comitivas de parentes e escravos para explorar as minas. Traficantes de escravos intensificaram a preação africana e indígena brasileira, estimulando o desenvolvimento de portos e estradas por onde pudessem subir do litoral para as Gerais, de modo a suprir as demandas de um sistema mineiro no qual as peças escravas duravam no máximo cinco anos. As fazendas de gado, equinos e muarens entraram no comércio de suas tropas, abrindo estradas por onde trafegavam no rumo das minas, tanto a partir dos pampas, quanto das barrancas do São Francisco. Homens livres de diferentes origens assentaram-se como posseiros em terras do vale do Paraíba e de outros cursos d'água para

produzir alimentos vegetais. Surgiram vilas onde se assentaram comerciantes, artesãos e outros especialistas demandados pela crescente vida urbana. O comércio, antes restrito à rota monopolista colônia-metrópole, desdobrou-se por várias regiões do território colonial.

O século 18 assiste, ao mesmo tempo, às primeiras manifestações da conformação dos brasileiros como um povo diferente do povo português, e da paulatina formação de uma classe latifundiária escravista, em contraposição aos homens livres divididos em inúmeras profissões e atividades. Mas a verdadeira conformação da classe latifundiária escravista só vai ocorrer no século 19, quando a coroa portuguesa se vê obrigada a fugir para o Brasil e estabelece sua nova sede no Rio de Janeiro.

Os quarenta anos posteriores assistem às revoltas que iriam não só demonstrar a existência de homens livres plebeus, como os farrapos, balaios e cabanos, mas principalmente a conformação dos latifundiários escravistas como uma classe capaz de se articular nacionalmente para garantir seus interesses, inclusive negociando a independência da antiga colônia.

Não é por acaso, assim, que a Lei Agrária de 1850 proíbe a posse de terras por pessoas não qualificadas para tanto. Que, aproveitando-se da demanda europeia por café, ainda prolonga o escravismo por mais de quarenta anos, numa época em que esse modo de produção perdera sua capacidade econômica e em que o capitalismo já o abominava como obstáculo à formação de mercados compradores de produtos industriais. E que, na falência do escravismo, mantenha a propriedade monopolista da terra e transforme seus ex-escravos em forças produtivas através de diferentes formas de agregação e servidão consentida, na qual os servos não pertenciam à terra, mas se encontravam amarrados ao latifúndio por diversas obrigações informais.

No início do século 20, a estrutura social brasileira tem no seu topo a classe latifundiária, com suas frações cafeeira, pecuária e canavieira como as principais.

Em contraposição a classe latifundiária, há uma relativamente vasta classe de camponeses, constituindo a maior parte da população, na condição de meeiros, terceiros, foreiros, isto é, agregados aos latifúndios, e também de posseiros dispersos por várias regiões do país. Nas vilas já se encontra uma burguesia comercial, tributária dos latifundiários, enquanto nas cidades maiores a burguesia comercial tem certa independência, mas é fundamentalmente intermediária entre a burguesia industrial estrangeira e o latifúndio comprador. Para essa classe burguesa mercantil já trabalha um proletariado disperso, formado por uma parte minimamente letrada e uma parte analfabeta, em geral de ex-escravos.

Ao mesmo tempo, as novas demandas sociais fazem com que membros das famílias latifundiárias se tornem médicos, advogados e engenheiros, conformando uma burguesia de serviços com os pés na propriedade fundiária.

O artesanato, o comércio e os serviços, tanto privados como públicos, também abrem janelas para a ascensão de membros das famílias assalariadas urbanas, conformando tanto uma pequena burguesia proprietária de meios de produção, quanto um setor assalariado de salários mais elevados, cujo padrão de vida pode ser equivalente aos dos pequenos proprietários de meios de produção.

São essas classes que, nos anos 1920, assistiram aos investimentos de latifundiários e de burgueses comerciais para substituir vários produtos, antes importados, principalmente tecidos, por produtos fabricados em unidades produtivas no Brasil, dando surgimento tanto a uma burguesia industrial, quanto a um proletariado industrial, ambos incipientes. E, mais rapidamente do que se pensava, ambas trouxeram à luz suas contradições nas greves ocorridas entre 1917 e 1920. Rapidez que se deveu, em grande parte, ao fato dos operários contratados serem originários de migrações de países industrializados, já com alguma experiência de trabalho e de luta fabril.

Nos anos posteriores, em especial após 1930, tanto a burguesia industrial quanto o proletariado industrial ganharam maior musculatura, tornando-se atores ativos da vida brasileira, embora a classe latifundiária continuasse no comando da vida econômica e política nacional.

Por tudo isso, não tem sentido a suposição bastante difundida no Brasil, constando inclusive do Wikipedia, de que, embora as classes sociais sejam uma instituição literariamente conhecida há muito, elas só teriam começado a ter presença em nosso país a partir dos anos 1950; e ainda que, a partir do *boom* de crescimento econômico dessa década, que teria se prolongado até os anos 1980, teria sido criado algo até então inédito na história do país, uma classe média brasileira.

Essas suposições a-históricas se devem, em parte, a uma discussão acadêmica que só supõe a existência de classes sociais quando esses agrupamentos humanos possuem consciência de constituírem realmente uma classe, ou aquilo que denominam de classe-para-si.

Segundo tal visão, os grandes proprietários territoriais, ou latifundiários, que exerceram o escravismo nas plantações de cana e, depois, nas plantações de café, embora se considerassem os *homens bons* que podiam participar das câmaras municipais e, depois, das transações da corte, dos partidos liberal e conservador, e do parlamento imperial, não teriam sido uma classe social porque os escravos também não teriam constituído uma classe.

Os comerciantes que comandavam as exportações e importações nas relações com a metrópole e, a partir de 1808, com a Inglaterra e outras nações, embora tenham participado ativamente de alguns acontecimentos de repercussão histórica, como a Balaiada e a Cabanagem, também não teriam chegado a constituir uma classe porque seus escravos e empregados livres também não constituiriam classes sociais próprias.

Os latifundiários, que deixaram de ser escravistas e passaram a utilizar o trabalho dos ex-escravos como camponeses agregados, embora dominassem as políticas provinciais e participassem ativamente do parlamento e da divisão do poder republicano, também não teriam se formado como classe porque os camponeses não formariam uma classe, apesar de seus repentinos movimentos de rebeldia, uns sob manto religioso, como Canudos, Contestado e Pau de Colher, outros como banditismo rural, a exemplo do cangaço.

O mesmo teria ocorrido com os comerciantes e os industriais tradicionais, com seus assalariados urbanos, e com a crescente camada de funcionários de serviços públicos e privados, que aceleraram a urbanização, a partir da segunda década do século 20 e durante os anos 1930 e 1940.

Segundo a visão acima referida, que desconsidera a classe-em-si e só considera a classe-para-si, a formação das classes sociais teria se dado a partir dos anos 1950, com a formação de três classes sociais no país: uma classe mais abastada, uma classe média e uma classe baixa.

A *classe mais abastada* seria composta de quatro grupos sociais distintos:

1) *os que dirigem diretamente a maquinaria capitalista do país*: grandes empresários, grandes banqueiros, grandes acionistas, grandes fazendeiros, grandes industriais etc.;

2) *os que gravitam em torno desse núcleo principal*: diretores, assessores e gerentes de grandes empresas e indústrias em geral, e também de donos de empresas que assessoram as maiores;

3) *os altos funcionários do Estado brasileiro*: juízes, desembargadores, funcionários bem situados dentro dos três poderes, presidentes de empresas estatais, promotores, políticos, professores universitários bem graduados, funcionários estatais eleitos, militares de alto escalão etc.;

4) *os que sobrevivem dos gastos dos quatro grupos*, ou seja, aqueles que prestam serviços indiretamente ou atendem diretamente a classe mais abastada, e pelo seu ganho, pertencem a ela. Tendo suas variações, como profissionais liberais bem qualificados ou que ocupam funções políticas e/ou de direção. Composto ainda por médicos, advogados, engenheiros e arquitetos conceituados, proprietários de bares chiques, de clubes, de academias caras, de colégios particulares, de cursos de línguas conceituados, de construtoras famosas e tradicionais, especialistas etc.

Haveria exceções, em vista da existência de *famílias nobres* (elite tradicional, ilustres, que detinham grande fortuna antigamente), e também outras que também são relativamente antigas, ilustres e que detiveram grandes fortunas antigamente, mas que não são tão tradicionais (antigas) e ilustres quanto as famílias nobres. As pessoas que pertenceriam a este grupo, embora não tenham um ganho mensal altíssimo como os empresários e executivos de sucesso, viveriam na classe alta, teriam um status social elevado e, normalmente, participariam de associações elitistas.

A *classe média* seria constituída por cinco grupos distintos:

1) *os trabalhadores que prestam serviços diretamente aos grupos mais ricos*: cozinheiros-chefes, pilotos e motoristas bem qualificados, vendedores de lojas mais caras, empregadas domésticas mais qualificadas, professores doutorados de colégios e universidades particulares e de cursinhos, seguranças bem qualificados etc.;

2) *os profissionais com ensino superior empregados em funções medianas em empresas*: chefes em geral, analistas, engenheiros recém formados, plantonistas de clínicas particulares, professores sem doutorado do colegial de colégios privados etc.;

3) *os profissionais com ensino superior, funcionários públicos em empregos bem situados*: médicos do sistema público, advogados e funcionários concursados;

4) *os funcionários de escritório mais qualificados, de empresas ou do governo*: diretores e supervisores de colégios e escolas públicas, bancários de postos intermediários, delegados de polícia em início de carreira, enfermeiras experientes etc.;

5) *os trabalhadores manuais de maior qualificação e os operários especializados de indústrias públicas e privadas*: mecânicos, eletricitas e encanadores de competência e renome, metalúrgicos, fresadores, instrumentistas, inspetores de qualidade, torneiros mecânicos etc.

As *classes baixas*, por seu turno, seriam formadas por cinco grupos distintos:

1) *os que prestam serviços a baixos preços às classes médias*: empregadas domésticas pouco qualificadas, cozinheiros pouco qualificados, garçons, vendedores de lojas baratas, cabeleireiros mal pagos, pedreiros etc.;

2) *os trabalhadores industriais menos (ou não) qualificados*: outros operadores industriais;

3) *os funcionários não qualificados de escritórios*: aqueles que prestam serviços aos que trabalham dentro dos escritórios, tais como os office e motoboys e faxineiros;

4) *os funcionários não qualificados do Estado, como os faxineiros, limpadores de rua, merendeiras, jardineiros de praças públicas etc.*;

5) *os trabalhadores rurais de pequenas propriedades familiares*.

Fora da distribuição de classes acima se encontrariam aqueles que estão *desempregados* ou aqueles que não possuiriam terras, já que ambos não possuiriam renda.

A rigor, essa classificação tem por critério exclusivo a renda, dela não fazendo parte a riqueza e a propriedade, a não ser ocasionalmente. Em consequência, a *desigualdade social*, uma das mais marcantes características da sociedade brasileira, teria que decorrer exclusivamente do controle da renda disponível que, no contexto do sistema capitalista, faz parte da distribuição.

Mas se tomarmos por base da divisão social o critério da propriedade dos meios de produção, podemos reconfigurar os atores sociais acima em pelo menos três grandes classes sociais:

1) *Classe proprietária capitalista*: proprietários territoriais rurais, proprietários territoriais urbanos, proprietários industriais, proprietários de bancos e instituições financeiras, proprietários de sistemas comerciais e de serviços, proprietários agrícolas e rentistas. Nesta classe, que os marxistas e algumas outras correntes de pensamento chamam burguesia, estão incluídos fundamentalmente *os donos da maquinaria capitalista do país*, isto é, grandes e médios empresários agrícolas e pecuários, banqueiros, acionistas, industriais, comerciantes e de serviços. Donos de grandes escritórios de advocacia, hospitais, clínicas, escolas, prédios de aluguel, redes de bares, restaurantes, supermercados, assim como grande número de ações, certamente são empresários capitalistas.

Por outro lado, diretores, assessores e gerentes de grandes e médias empresas capitalistas, *altos funcionários do Estado*, juizes, desembargadores, presidentes de empresas estatais, promotores,

políticos, professores universitários bem graduados, militares de alto escalão, médicos, advogados, engenheiros, arquitetos e outros profissionais liberais, embora profissionalmente recebam salários, podem ser capitalistas e fazer parte da burguesia se tiverem a propriedade de grandes e médios meios de produção, no todo ou em parte.

Famílias ou pessoas descendentes de elites tradicionais, que detinham fortunas, podem pertencer a essa classe se tiverem aplicado sua fortuna como capital, isto é, em meios de produção e força de trabalho para a reprodução ampliada ou continuada do capital. Se não mais tiverem fortuna a ser transformada em capital, certamente não pertencem a essa classe, embora até possam pensar e agir como se a ela pertencessem.

2) *Classe de proprietários de meios de produção com capacidade de contratar poucos ou nenhum trabalhador, que trabalham com seus próprios meios de produção ou se assalariam como forma de complementar seus meios de produção*: micros e pequenos agricultores proprietários ou posseiros de pequenas parcelas, micros e pequenos industriais e comerciantes, micros e pequenos empresários de serviços, micros e pequenos rentistas.

Do ponto de vista profissional, nessa classe, que os marxistas chamam de pequena burguesia, e outras correntes de pensamento chamam de *classe média*, poderiam estar incluídos médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, professores, agrônomos, mecânicos, eletricitistas, barbeiros, chefes de cozinha e inúmeras outras profissões, desde que sejam proprietários de pequenos negócios agrícolas, industriais, comerciais e de serviços, onde trabalhem com o auxílio da família e/ou de poucos trabalhadores assalariados. Trabalhadores de pequenas propriedades familiares agrícolas, se fizerem parte da família, pertencem a essa classe e não à classe dos trabalhadores assalariados.

Somente pertenceriam a essa classe *trabalhadores que prestarem serviços diretamente aos grupos mais ricos, como cozinheiros-chefes, pilotos e motoristas bem qualificados, vendedores de lojas mais caras, empregadas domésticas mais qualificadas, professores doutorados de colégios e universidades particulares e de cursinhos, seguranças bem qualificados, profissionais com ensino superior empregados em funções medianas em empresas, profissionais com ensino superior, funcionários públicos em empregos bem situados e funcionários de escritório mais qualificados, de empresas ou do governo que, além de assalariados, possuírem um pequeno capital, isto é, meios de produção através do qual também obtenham algum tipo de lucro, juros, renda fundiária ou aluguéis.*

3) *Classe trabalhadora sem propriedade de meios de produção*: assalariados agrícolas, assalariados industriais, assalariados do comércio e dos serviços públicos e privados.

A essa classe, que os romanos antigos chamavam *proletariado*, termo mantido pelos marxistas e também por outras correntes de pensamento, pertenceriam todos os trabalhadores assalariados que não têm a propriedade de qualquer meio de produção, a não ser sua própria força de trabalho, sejam eles trabalhadores que prestam serviços diretamente aos grupos mais ricos, profissionais com ensino superior empregados em funções medianas em empresas, profissionais com ensino superior, funcionários públicos em empregos bem situados, funcionários de escritório mais qualificados, de empresas ou do governo, trabalhadores manuais de maior qualificação, operários especializados de indústrias públicas e privadas, empregadas domésticas, cozinheiros, garçons, vendedores, cabeleireiros, pedreiros, trabalhadores industriais menos ou mais

qualificados, funcionários de escritórios, funcionários do Estado e trabalhadores assalariados rurais.

Essas classes não são estáticas nem estanques. No caso específico do Brasil, o processo de transformação das antigas classes sociais, herdadas do sistema agrário, primeiro escravista e, depois, camponês agregado, promoveu duas grandes transformações sociais, aceleradas a partir dos anos 1960, ambas relacionadas com a classe latifundiária antiga, que vivia quase exclusivamente da renda fundiária arrancada do trabalho de parceiros, rendeiros, meeiros e outras categorias de trabalhadores rurais.

A classe latifundiária foi modernizada pelo Estado ditatorial, capitalizando sua maior parte e transformando-a numa *fração agrária da classe proprietária capitalista*, o que se conhece normalmente como *agronegócio*. Essa classe não vive mais apenas da renda da terra. Possui a propriedade de uma série de outros meios de produção modernos, como máquinas, equipamentos, sementes melhoradas, gado de alta linhagem etc., e emprega trabalho assalariado, tanto qualificado, como os operadores de máquinas, agrônomos, veterinários e outros, quanto não qualificado, como os cortadores de cana, coletores de algodão etc. Portanto, obtém lucro e outras rendas permitidas pela propriedade do capital.

Uma parte dos latifundiários não se modernizou e continua presente na sociedade brasileira, embora haja uma tendência crescente de que suas terras sejam apropriadas pelo capitalismo agrícola e que o restante dessa velha classe simplesmente desapareça.

A modernização capitalista da antiga classe latifundiária, por outro lado, expulsou milhões de camponeses agregados das terras em que trabalhavam, dando lugar às máquinas e a trabalhadores assalariados. Seu êxodo para as grandes e médias cidades, em busca de trabalho, num dos maiores movimentos migratórios conhecidos pela história brasileira, expandiu a favelização urbana brasileira a níveis nunca vistos. Criou-se, assim, um exército de força de trabalho de baixo custo para o chamado *milagre econômico* da ditadura militar, força de trabalho que não foi totalmente absorvida durante aquele milagre.

A partir da crise dos anos 1970 e da estagnação econômica que se seguiu, conformou-se então um imenso *exército de reserva de força de trabalho* que, na prática, pode ser considerada uma *classe lumpen, descamisada, marginalizada, o lumpesinato*.

O termo *lumpen* vem da língua alemã e tem o significado de *trapo, farrapo, degradado*. Marx cunhou o termo *lumpenproletariado* para caracterizar aquelas parcelas do proletariado jogadas no desemprego, vivendo sob condições sub-humanas. Outros autores têm utilizado o termo *lumpesinato* para designar não só as parcelas do proletariado jogadas nessa situação, mas também as parcelas do campesinato e de outras classes vivendo nas mesmas condições. É nesta acepção que usaremos este termo neste trabalho.

Em vista do exposto acima, existe a possibilidade de considerarmos, no Brasil, uma estrutura de classes sociais comportando quatro classes – burguesia, pequena burguesia, proletariado e lumpesinato, cada uma delas conformando frações que tanto cooperam, colaboram e se unem, como expressão dos interesses fundamentais de cada uma, como concorrem, competem, conflitam e se dividem, tendo em conta seus interesses particulares, ou específicos.

Como as pesquisas, em geral, não partem dos critérios de propriedade de meios de produção, mas na melhor das hipóteses de propriedade de bens de consumo duráveis, os indicadores numéricos sobre essas classes não são precisos.

O fato de que apenas 600 mil famílias possuam um número de empregados domésticos superior a 20 pode indicar que a classe capitalista constitua cerca de 1% da população total. O fato de que mais de 72% dos trabalhadores têm uma renda de até 3 salários mínimos pode apontar para o volume da classe dos trabalhadores assalariados. E os 11% que não têm remuneração podem, eventualmente, coincidir com a população urbana *lumpen*. O que nos deixaria com 16% de classe média, algo em torno de 30 milhões de pessoas.

No entanto, tal estimativa sofre do defeito de não resultar de pesquisas que apontem a relação real das pessoas com a propriedade de meios de produção e com a contratação de força de trabalho assalariada.

Esse defeito, além de haver voltado à tona com a suposição da formação de uma *nova classe média*, comporta uma série de outros fatores que incidem sobre ela.

Cabe ressaltar, em particular, aqueles relacionados com a implicação da transformação das ciências e tecnologias nas principais forças produtivas da atualidade. De instrumentos de conhecimento da natureza e da sociedade, as ciências estão se tornando ciências de resultados, portanto em tecnologias que estão revolucionando ainda mais as forças produtivas e sua produtividade. Os principais exemplos dessa transformação podem ser encontrados na Química, que hoje praticamente só se dedica em produzir substâncias novas, entre as quais podem ser incluídos os *chips* para usos em aparelhos eletrônicos.

Essas mudanças nas forças produtivas têm dado ensejo, em termos mundiais e nacionais, a fenômenos como o desemprego tecnológico e a desindustrialização relativa.

Nos países capitalistas avançados, o desenvolvimento das forças produtivas pode ter chegado perto de seu teto, com uma produtividade tão elevada que torna desnecessária a contratação de grande número de forças de trabalho. O desemprego de operários e técnicos qualificados torna-se um resultado corriqueiro do avanço tecnológico.

Esse desenvolvimento da produtividade também reduz a lucratividade, algo inerente ao desenvolvimento capitalista.

Isso tem levado o capitalismo dos países avançados a duas medidas estratégicas para compensar aquela queda da lucratividade, ou da taxa média de lucro.

A primeira é a segmentação, ou transferência de suas plantas de produção para países que ofereçam forças de trabalho mais baratas, portanto desindustrializando seus países de origem. Nessas condições, a fragilização ou desaparecimento da fração industrial da classe dos trabalhadores assalariados se acelera.

A segunda é aplicando parte crescente de seus ganhos no mercado financeiro especulativo, mesmo que isso signifique o risco desses recursos serem queimados nas crises financeiras, como ocorreu como uma série de empresas norte-americanas nas últimas crises.

Nesses países, os setores de serviços parecem conquistar a superioridade sobre os setores industriais e comerciais, pelo menos enquanto as corporações empresariais conseguem manter seus centros de desenvolvimento tecnológico no país de origem.

O problema crescente é que os países que oferecem mão de obra mais barata passaram a exigir que tais centros também sejam relocados, acompanhando as plantas industriais. Nessas condições, os serviços também se reduzem aos correntes, sem qualquer peso na geração de empregos, nem na produção de lucros. A possibilidade da fração industrial da classe operária assalariada engrossar a fração de trabalhadores nos serviços também tende a se reduzir.

A esse processo conturbado junta-se o aumento da concentração e centralização do capital, dando às corporações empresariais e a seu braço financeiro a hegemonia sobre as demais frações da classe capitalista, todas elas correndo o risco de serem arrastadas pela eclosão de crises que atingem não apenas o sistema financeiro, mas a economia como um todo, as chamadas crises sistêmicas.

A rigor, em termos mundiais, a classe capitalista nunca foi tão pequena e tão poderosa quanto agora, com um grupo de menos de 500 corporações transnacionais dominando cerca de 60% de toda a produção mundial.

Por outro lado, a segmentação produtiva dessas corporações enfraqueceu seus países de origem e fortaleceu uma série de países periféricos, inclusive tornando viáveis alguns países que eram tidos como economicamente inviáveis.

Para complicar a análise, essa expansão capitalista reduziu a participação da fração operária da classe trabalhadora dos países avançados, mas intensificou a industrialização dos países periféricos, fazendo surgir uma classe trabalhadora assalariada, com sua fração operária, muito mais extensa do que a que existira anteriormente na Europa e nos Estados Unidos. Países principalmente agrários, como a China, Índia, Vietnã, Indonésia, Tailândia, Malásia, e o próprio Brasil, estão se tornando países predominantemente industriais.

No Brasil ocorrem fenômenos idênticos quanto à hegemonia capitalista, principalmente estrangeira, mas a desindustrialização brasileira é de natureza diferente da desindustrialização dos países centrais, resultando não de um estágio elevado das forças produtivas e da necessidade do capital migrar para países que possibilitem taxas de lucro mais elevadas, mas da criminosa política de privatização e desinvestimento neoliberal.

Em outras palavras, no Brasil ainda há um grande espaço para o desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, da força de trabalho assalariado e de sua fração operária.

Desse modo, as hipóteses e linhas de pesquisa sobre a estrutura das classes sociais no Brasil terão que levar em conta esses fatores em curso, tanto internos quanto internacionais, para captar não só a situação atual, mas as principais tendências em curso.

Hipóteses e linhas de investigação sobre a estrutura de classes

No Brasil, nos últimos anos, uma série crescente de pesquisadores vem realizando estudos referentes ao proletariado, à classe trabalhadora, à classe operária, ao mundo do trabalho, assim como vários estudos e pesquisas sobre a classe média. Porém, os estudos sobre o exército industrial de reserva e o *lumpensinato*, que assumiram enormes proporções e apresentam uma diversificação interna considerável, têm sido esparsos e fragmentados. Os estudos sobre a burguesia também se reduziram, paradoxalmente à medida que essa classe se tornou verdadeiramente dominante no país. É como se ela fosse algo conhecido por princípio.

O que apresentamos a seguir são linhas gerais dos estudos referentes a cada uma dessas classes sociais e as linhas prováveis de investigação para aprofundar o conhecimento sobre elas.

1. Classe capitalista ou burguesia

No passado, destacaram-se no estudo da burguesia, e da possibilidade ou não de uma revolução burguesa no Brasil, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Florestan Fernandes.

A eles se juntaram, como representantes de correntes que podem ser chamadas “nacional-burguesa” e “nacionalista”, pensadores como Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Celso Furtado, Ignacio Rangel, Alberto Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes de Almeida, João Cruz Costa e Manuel Diegues.

Mais tarde, trataram do assunto Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins, Philippe Schmitter, Maria Antonieta Leopoldi, Ary César Minella, Sebastião Cruz, Renato Boshi, Eli Diniz e outros, mais restritos ao campo acadêmico.

Quase todos eles reconhecem a dificuldade de caracterizar com precisão a *quem* nos referimos, quando tentamos enquadrar um grupo ou classe social nos conceitos normalmente utilizados de “empresariado”, “classe empresarial”, “elite empresarial”, “classe capitalista” ou “burguesia”.

Essas classificações têm por base, em geral, figuras ou grupos mais evidentes e representativos, ou o domínio da parcela mais significativa da renda nacional.

Segundo alguns estudos, em 1980, os 10% mais ricos da população nacional, chamada de *classe alta*, controlavam 50,9% de toda a renda disponível. Se somarmos a esse contingente a parte mais rica da classe média brasileira, ou seja, outros 10% da população nacional, essa parcela de apenas 20% da população controlaria quase 67% de toda a renda nacional. Embora isso possa ser um indicador importante, ele não nos fornece informações precisas sobre quem é quem na burguesia. Um estudo mais detalhado deve apontar como a burguesia domina os vários ramos da produção e da circulação das mercadorias no país.

Por exemplo, há informações seguras de que grandes grupos capitalistas e estatais estrangeiros, sozinhos ou associados à Petrobras, possuem participação ativa na exploração e produção marítima de petróleo e gás. Alguns grupos privados nacionais, associados a fundos estrangeiros, também estão disputando a participação nessa área, especialmente tendo em vista as reservas do pré-sal. O mesmo ocorre no ramo de fabricação de equipamentos para esse setor, com várias empresas nacionais se associando a empresas estrangeiras detentoras de tecnologias, de modo a produzir equipamentos e componentes no Brasil.

Ainda na área de exploração e produção de petróleo e gás, os setores da burguesia que operam nos poços terrestres, hoje considerados marginais, são grupos de tamanho médio, associados ou não à Petrobras, cujos empreendimentos são de risco e de lucratividade muito variável, em grande parte por não contarem com equipamentos nacionais de exploração e produção, nem com sistemas de circulação adequados.

Todos esses setores da burguesia nacional e da burguesia estrangeira têm interesse em manter a exploração de petróleo e gás ainda por muitos anos, e farão o possível para evitar que outros tipos de combustíveis substituam os fósseis, ou que os preços internacionais caiam abaixo de um nível de lucratividade aceitável.

Na área de exploração e produção de minérios, a Vale e a Rio Tinto, duas das maiores corporações mundiais do setor, mantêm preponderância absoluta, especialmente quanto aos minérios de ferro e manganês.

A Vale, embora tenha uma participação ativa de fundos de pensão e de um banco nacional, tem grande parte de suas ações em poder de investidores estrangeiros. Além disso, ao conquistar a concessão da ferrovia do Atlântico, passou a exercer poder de monopólio sobre a produção e circulação de minérios das empresas mineradoras menores, tanto da Bahia, quanto de Minas, a exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional.

A burguesia envolvida nesse setor tem interesses contraditórios. Aquelas que também são das áreas siderúrgica e metalúrgica, como a CSN, Cosipa e outras, têm interesse em que os preços de produção e de transporte se mantenham baixos, tanto em termos nacionais quanto internacionais. As que destinam sua produção para os mercados internacionais, como é o caso das duas maiores, manobram sempre para manter altos os preços internacionais e evitar a entrada de novas empresas no setor, sejam nacionais ou estrangeiras, aí incluindo a instalação de empresas siderúrgicas que possam combinar a produção de gusa e aço com a exploração e produção dos minérios no território brasileiro. Paradoxalmente, elas preferem que a demanda interna não cresça substancialmente, de modo que possam manter sua posição no mercado internacional.

A burguesia do ramo siderúrgico é predominantemente estrangeira, embora nela se encontrem alguns grandes grupos nacionais, como Gerdau e Votorantim. Em termos gerais, são 8 grupos privados que controlam a produção de 27 usinas (eram 43, em 1990), cuja produção está limitada, em parte, a lingotes e laminados para atender ao mercado interno e, em parte, a produtos demandados pelo mercado externo. Essa burguesia tem interesse no crescimento do mercado interno, embora sua capacidade instalada talvez não esteja em condições, a curto prazo, de atender a uma demanda crescente e sustentada não só de lingotes e laminados, mas também de produtos especiais.

A burguesia do ramo químico, incluindo os segmentos de uso industrial; farmacêutico; defensivos agrícolas; perfumaria, higiene e limpeza; tintas, vernizes, esmaltes e lacas tem uma participação predominantemente estrangeira.

Em algumas áreas, há uma alta concentração e centralização do capital, com uma ou duas empresas monopolizando-as, como é o caso dos gases industriais, pela White Martins, dos

petroquímicos básicos, pela Braskem, do sulfato de amônia, pela Unigel, Braskem e Bunge, e dos defensivos agrícolas pela Monsanto, Dow, Basf, Cargil e Bunge.

O único grupo nacional de porte é a Braskem (Petrobras e Odebrecht), enquanto grupos nacionais de menor porte têm participação nos fármacos genéricos e plastificantes.

A tendência geral do ramo é de concentração e centralização pelos grandes grupos transnacionais, ocorrendo inclusive a transferência de plantas para outros países de mão de obra mais barata.

O exemplo mais escandaloso é a privatização da Companhia Nacional de Álcalis, que produzia carbonato neutro de sódio, e foi fechada, tornando o Brasil de produtor a importador desse produto.

O poder desse setor da burguesia pode ser medido, em parte, pela participação, em 2009, no PIB nacional (3,1%), no PIB industrial (11,2%), no emprego (quase 400 mil empregados) e no déficit de mais de US\$ 20 bilhões, que causa na balança comercial do setor (US\$ 23 bilhões, em 2008).

A burguesia nacional das montadoras de veículos, como a Gurgel e a Puma, foi liquidada há muitos anos, sendo substituída totalmente pela burguesia estrangeira. Esta opera em sistema de oligopólio, articulando-se para evitar a qualquer custo o aumento da concorrência, seja por importados, seja pela instalação de novas plantas no país, de modo a impedir a redução dos preços internos e, por tanto, das taxas de lucratividade. Com fábricas segmentadas em diferentes partes do mundo, essa burguesia utiliza o privilégio de importar componentes e veículos, em muitos casos funcionando como simples *maquiladora*, ao mesmo tempo em que utiliza sua capacidade de emprego de mão de obra para obter privilégios governamentais, como aumento dos impostos sobre importados de empresas ainda não instaladas no Brasil, e redução de impostos sobre veículos aparentemente fabricados, em seu todo, no Brasil.

O setor automobilístico inclui ainda um segmento de fabricação de componentes e peças, que inclui empresas estrangeiras e nacionais, tanto de grande, quanto de médio e pequeno porte. As fábricas de motores e de componentes tecnologicamente mais sofisticados, como Cummins, Bridgestone e outras, são de propriedade estrangeira. Mas muitas das fábricas de componentes e peças pertencem a empresários brasileiros, embora seus contratos de fornecimento com as montadoras estrangeiras sejam, em geral, sufocantes. Apesar disso, sem alternativas, essa parte da burguesia, em geral, defende os interesses da burguesia estrangeira do setor porque isso, no momento, é essencial para a sua sobrevivência.

A burguesia da produção agrícola organizada, isto é, do chamado *agronegócio*, divide-se em dois grandes grupos.

Um, dominante, que é, ao mesmo tempo, proprietária fundiária e produtora capitalista, e outro, que não tem a propriedade fundiária, arrendando ou alugando a terra para realizar a produção agrícola. Esse conjunto capitalista agrário e agrícola abrange cerca de 400 mil empresas de produção e comercialização agrícola, sendo proprietário de cerca de 180 milhões de hectares, ou 50% das terras agricultáveis. Por outro lado, só cultiva lavouras e pastos em 65 milhões de hectares. Embora tenha elevado a capacidade produtiva das terras e do gado, através de sistemas de mecanização, fertilização e uso de novas variedades, essa burguesia tem como questão

estratégica manter seu domínio não só sobre as terras apropriadas, mas não utilizadas, que abrangem cerca de 120 milhões de hectares, mas também sobre os 200 milhões de hectares de terras indígenas, da União, e de conservação. Além disso, essa grande burguesia se empenha num processo constante de expropriação, ao mesmo tempo violenta e pacífica, ilegal e legal, extra-econômica e econômica, das terras pertencentes a mais de 4 milhões de pequenos e médios agricultores, que ocupam uma área superior a 85 milhões de hectares.

O capital bancário e financeiro é outro ramo econômico onde a propriedade é altamente concentrada e centralizada, apesar da participação de bancos e empresas financeiras estatais. Três grandes bancos privados – Itaú, Santander e Bradesco – um dos quais estrangeiro, têm peso determinante na economia, detendo boa parte da dívida pública e utilizando-se dos altos juros para obter altíssima lucratividade. Outros bancos e empresas financeiras menores participam dos mesmos interesses, numa rede extremamente complexa de associações cruzadas, nacionais e internacionais, inclusive com os setores industrial, comercial e de serviços, cujo principal objetivo consiste em manter as altas taxas de lucratividades. Essas associações cruzadas tornaram hegemônicos os interesses dos setores bancário e financeiro na economia brasileira.

Recentemente, diante da crise financeira internacional e dos riscos inerentes ao dinheiro fictício (dinheiro gerado pela especulação financeira, sem correspondência com a riqueza material realmente existente), o sistema financeiro tem introduzido algumas mudanças em seus procedimentos, ampliando a criação de fundos de investimentos em processos produtivos. Nessas condições, a redução de juros pode se tornar lucrativa se for substituída por lucros crescentes na produção material. No entanto, isso não parece ser uma inflexão dos sistemas bancário e financeiro para alguma espécie de racionalidade econômica, mas apenas um movimento tático diante dos problemas atuais do capitalismo internacional e nacional.

Além dos ramos sucintamente apresentados acima, a classe burguesa presente no Brasil, tanto nacional quanto estrangeira, detém inúmeros outros, tanto na indústria e agricultura, quanto no comércio e serviços, sobre os quais se pode até ter uma informação relativamente precisa da participação de cada um na *formação bruta de capital fixo* e no emprego de trabalhadores. Mas ainda não temos ou utilizamos informações mais precisas sobre as organizações societárias utilizadas pelas empresas, seja através de suas cadeias produtivas, seja por meio de processos de centralização do capital, incluindo a produção industrial, a circulação das mercadorias e o manejo financeiro. Os dados sobre a participação nos lucros, juros, rendas e outras formas de acumulação no capital total são de difícil obtenção. Desse modo, em geral, temos dificuldade em precisar os problemas, interesses e contradições entre os diversos ramos e setores do capital, ou de apreender a dinâmica que altera a existência econômica, social e política da classe burguesa, como um todo, e de suas diferentes frações ou setores, em particular.

O que explica a dificuldade com a qual muitos estudiosos se defrontam para entender a dinâmica que levou, no Brasil, à transformação da classe dos latifundiários de velho tipo numa fração agrária e agrícola da burguesia. Ou que permitiu à fração ou setor financeiro do capital alcançar a hegemonia da classe no processo de reestruturação científica e tecnológica das forças produtivas. Ou que permitiu a transformação dos meios de comunicação de massa numa fração burguesa altamente concentrada e oligopolista, apesar da concorrência de morte em que às vezes parecem empenhadas. Tudo isso tem levado não poucos pensadores a defenderem a teoria de que, também no Brasil, ingressamos numa era pós-industrial, ou informacional, que tende a reduzir

substancialmente o papel das frações produtivas da burguesia, em benefício das frações que dominam os serviços, especialmente os financeiros.

O que nos impõe uma investigação mais detalhada da propriedade privada dos meios de produção, de seus departamentos, ramos, setores, cadeias produtivas, montante de capital constante e variável, produtividade, lucratividade e outros indicadores que nos permitam um conhecimento mais aproximado da burguesia como um todo e de suas frações, assim como de seus interesses comuns e específicos, nacionais e internacionais, e das formas de que se utiliza para justificar seu sistema como natural e o único capaz de dar oportunidade a todos.

Devemos atingir um conhecimento em profundidade dessa classe que domina a sociedade brasileira, ao ter o domínio econômico e, também, a hegemonia ideológica, na qual se insere a hegemonia cultural, e a hegemonia política.

Como vimos nos exemplos acima, os interesses da burguesia como um todo, e das suas diversas frações, aparecem na ação individual e coletiva de seus membros, permitindo vislumbrar muitas de suas contradições internas e de suas contradições com as demais classes da sociedade.

No momento, apesar do fracasso da experiência neoliberal, grande parte da burguesia continua convencida de que qualquer privatização é superior a qualquer intervenção estatal, desde que a ausência dessa intervenção não exclua os financiamentos com dinheiro público.

Embora tenha dificuldade em se colocar abertamente contra os programas de desenvolvimento econômico com redistribuição de renda, ela se empenha em monopolizar todos os projetos, na prática funcionando como um freio a tais programas e colocando em risco a redistribuição de renda.

Ela também se empenha em tornar predominante a ideia de que o chamado *Custo Brasil* está associado principalmente ao custo dos salários, procurando desregular a legislação trabalhista e aumentar as taxas de exploração da força de trabalho. Ao mesmo tempo, a burguesia também procura induzir que os problemas relacionados com a infraestrutura (um dos principais componentes daquele Custo Brasil) e com a tendência inercial de desindustrialização resultam da lerdeza e ineficiência dos governos Lula e Dilma, e não da quebradeira provocada pelos governos neoliberais, em especial do período FHC.

E, apesar de se beneficiarem de um sistema tributário que foi construído para favorecer seu oligopólio sobre a economia brasileira, estimulam o ataque a tal sistema, aproveitando-se das dificuldades do governo nessa área para obter ainda mais concessões tributárias, supostamente em benefício do mercado interno.

Além disso, a burguesia atua ideológica e politicamente em todos os campos, de modo a manter intocada sua hegemonia. No parlamento, por exemplo, a tradição guerreira e assassina do velho latifúndio pré-capitalista é revivida pelos representantes políticos do agronegócio, a *bancada ruralista*, que se tornou a tropa de choque do reacionarismo e do conservadorismo contra qualquer medida democrática e popular proposta pelo governo.

Em diferentes áreas do aparelho de Estado, experientes chicaneiros e corruptos trabalham o

tempo todo para envolver petistas em operações fraudulentas e denunciá-los à execração pública. E a grande mídia se transformou, abertamente, em órgão escrachado de propaganda *marrom*, com a revista *Veja* sendo a expressão corporativa mais evidente da hipocrisia a la Demostenes Torres.

Apesar disso, a burguesia continua politicamente dividida, porque não possui um projeto alternativo de desenvolvimento capitalista.

A grande burguesia, representada pelas corporações empresariais nacionais e estrangeiras, que conjugam interesses financeiros, industriais, agrícolas, comerciais e de serviços, pretende manter seu oligopólio sobre a economia brasileira, para impor preços administrados e obter alta lucratividade, o que, por sua própria natureza, é um impedimento a qualquer crescimento sustentado.

Setores intermediários dessa burguesia, tanto industriais, quanto comerciais e de serviços, pretendem um desenvolvimento que atenda também seus interesses de alta lucratividade e baixo risco, mas ao mesmo tempo não querem, ou temem, romper com os setores oligopólicos, a não ser pontualmente. Portanto, defendem um projeto de desenvolvimento inconsistente.

Classe trabalhadora assalariada ou proletariado

Os estudos referentes à classe dos trabalhadores assalariados já comportam uma bibliografia extensa e diversificada. Em qualquer pesquisa que pretenda apreender uma visão mais abrangente sobre a estrutura das classes sociais no Brasil, tal bibliografia precisará ser recapitulada e confrontada com os dados da realidade. Mesmo porque ela também apresenta uma enorme variedade de interpretações a respeito da realidade dessa classe social.

Alguns pesquisadores afirmam que, desde meados do século 20, essa classe vem sendo aparentemente “dissolvida através de medidas estatais de administração da luta dessa classe social contra o capital”, fazendo com que o proletariado seja “difícilmente reconhecível na superfície da sociedade atual, embora sua luta continue, mas de forma subterrânea e invisível”. Ou seja, ao estudar a classe trabalhadora assalariada isolada do estudo da dinâmica da classe burguesa no desenvolvimento das forças produtivas e da acumulação do capital, esses pesquisadores creditam ao Estado as mudanças no mundo do trabalho, desdenhando o fato de que os assalariados são irmãos siameses da burguesia.

Outros afirmam que, nos países capitalistas mais avançados, o proletariado teria um padrão de vida superior àquelas que imperavam no início da Revolução Industrial, quando as jornadas de trabalho eram extensas, inclusive para a mão de obra infantil, permitindo que hoje os órgãos estatísticos o classifiquem como “classe média”. Desse modo, não discutem o grau desse padrão de vida em relação aos lucros e ao padrão de vida da classe capitalista, o que provavelmente poderia demonstrar que a intensidade da exploração aumentou, ao invés de diminuir, em decorrência da elevação da produtividade do trabalho e das máquinas, que não são senão trabalho realizado.

Há os que partem do pressuposto de que as tecnologias da informação, em especial as redes virtuais de comunicação, têm ajudado a construir uma nova ordem econômica, na qual o conhecimento teria assumido papel primordial, redimensionaria a demanda de trabalho e afetaria

diretamente aos trabalhadores, pela intensa concorrência que se efetivaria por formas de racionalização na produção e na gestão. As ideias seriam mais valorizadas do que os ativos físicos, fazendo com que o diferencial de uma empresa não fosse mais seu avanço tecnológico, que poderia ser rapidamente copiado pela concorrência, mas a qualidade dos serviços oferecidos. A qualidade se tornaria, assim, algo imaterial, o que contradiz todo o processo de produção global dos últimos 30 anos.

Na verdade, parece ter sido a transformação das ciências e tecnologias nas principais forças produtivas, traduzindo-se no avanço tecnológico, o que teria aumentado a exigência de escolaridade para os empregos, até mesmo em atividades simples.

Não há muitas dúvidas de que a exigência do mercado por trabalhadores qualificados, com níveis médios e altos de instrução, aliada à escassez do emprego formal, acarretou mudanças significativas no mercado de trabalho, muitas vezes com preferência por trabalhadores mais velhos e mais qualificados, em detrimento dos mais jovens, sem experiência.

Alguns deduzem que são justamente essas mudanças nas exigências de qualificação que estariam reduzindo os empregos nos setores primário e secundário da produção e ampliando os empregos no setor terciário. No entanto, essa tendência não parece ser global e, onde ocorre, como nos países mais desenvolvidos, ela se dá no bojo da redução geral dos empregos.

Não são poucos os que deduzem, daí, que essas mudanças estariam tendo reflexos na educação profissional, levando à adoção de modelos baseados em competências. Não se trataria mais de qualificar o trabalhador para o trabalho em si, mas de formá-lo para uma situação em que o trabalho nem sempre seria o foco fundamental da existência. Seria necessário formar o trabalhador para que possa enfrentar tanto o emprego, quanto o desemprego e o auto-emprego, permitindo-lhe rápidas reconversões e reciclagens profissionais. À medida que o trabalhador fabril for substituído pelo trabalhador de serviços, o trabalho perderia a centralidade na organização da sociedade, sendo substituído pela centralidade da empresa. O eixo das relações de trabalho deixaria de ser o conflito entre capital e trabalho, com a introdução de uma dimensão externa, representada pelo cliente e pela opinião pública. Concluem, portanto, que seria necessário examinar essa nova realidade sob a perspectiva da complexidade, da visão sistêmica e multidisciplinar, abandonando as visões dualistas e polares.

Em geral, essas teorias não reconhecem que, usando sua terminologia, a perda da centralidade do trabalho nos países desenvolvidos resulta das mudanças estruturais do capitalismo e, ao invés de criar a centralidade da empresa, cria a centralidade do não-trabalho, conformando uma massa imensa de pessoas potencialmente capazes de trabalhar, mas sem acesso às condições do trabalho. Ao alcançar uma população de mais de 50 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, basicamente em virtude do desemprego, a sociedade norte-americana talvez seja o exemplo mais vivo dessa mudança de centralidade.

Além disso, a regressão das condições de trabalho nos países avançados, em virtude da necessidade do capital elevar sua taxa de lucro e sua capacidade de reprodução e acumulação, tem levado muitos empresários a retomar práticas comuns do início da Revolução Industrial, seja dentro de seus próprios países, com o uso abusivo de trabalhadores clandestinos, seja transferindo plantas industriais para países de força de trabalho mais barata. Por outro lado, esses

movimentos do capital dos países centrais, que os desindustrializam e aumentam seu desemprego tecnológico, são os mesmos que industrializam países periféricos e elevam o emprego de trabalhadores industriais, reforçando a centralidade do trabalho nesses países.

Assim, ao não levarem em conta o desenvolvimento desigual do capitalismo no mundo e em cada país, muitos pesquisadores fazem tábua rasa das diferenciações e tendências opostas em curso, e consideram que as iniciativas de ajuste das políticas sociais às situações de desemprego estrutural, flexibilização do trabalho, maior mobilidade, bem como diferentes arranjos de inserção no mercado de trabalho, têm a mesma natureza nos países centrais e no Brasil, o que os leva a conclusões equivocadas.

No estudo da classe trabalhadora, assim como da classe capitalista no Brasil, é fundamental distinguir a natureza das mudanças estruturais do capital nos países com forças produtivas num alto estágio de desenvolvimento, a exemplo dos Estados Unidos, Alemanha, Japão, França e Inglaterra, da natureza das mudanças estruturais do capital dos países com forças produtivas em estágios intermediários ou de baixo desenvolvimento, a exemplo do Brasil, China, Rússia, Índia, África do Sul, Coreia, Indonésia, Cingapura e inúmeros outros países, nos diversos continentes.

Em vários destes países, a industrialização ganhou impulso inusitado e transformou grandes contingentes de camponeses em trabalhadores industriais, comerciais e de serviços, com prioridade para os primeiros. Nessas condições, conformaram grandes classes trabalhadoras assalariadas, tendo como fração principal a classe trabalhadora industrial, a exemplo da China, Índia e Coreia.

O Brasil ingressou tarde nesse caminho porque, nos anos 1990, sob o domínio das políticas neoliberais, realizou um brutal processo desindustrializante, que produziu uma nefasta fragmentação de sua força de trabalho assalariada. Segundo o IBGE, o setor informal empregava, em 1997, 12 milhões de brasileiros, o que correspondia a 25% dos trabalhadores urbanos. Os índices de desemprego e de exclusão temporária ou permanente do mercado cresceram como resultado do enxugamento de pessoal, utilização de trabalhadores eventuais e terceirização de etapas do trabalho.

Apesar das mudanças ocorridas no Brasil, a partir de 2002, há certa interpretação de que a desindustrialização continuará sendo o fator estrutural determinante, o que poderia ser comprovado pelo fato de que os trabalhos nos setores de serviços, assim como os trabalhos rotativos, estariam sendo intensificados. Essa tendência pode realmente se tornar uma realidade se o país não ingressar num forte processo de reindustrialização, que possibilite não só o aumento dos empregos nos setores do comércio e dos serviços, mas principalmente nos setores industriais.

Portanto, numa pesquisa abrangente sobre o mundo do trabalho no Brasil, é fundamental articular o estudo da expansão ou contração do capital ao estudo da contração ou expansão da classe dos trabalhadores assalariados. Isso inclui a relação dos assalariados com cada uma das frações, ramos, setores e departamentos do capital, seja em termos de densidade de trabalhadores, salários, formas de organização da produção, formas de cooperação no trabalho, capacidade técnica e cultural, concorrência interna, formas de organização social e política e principais problemas.

Nos últimos anos, houve diminuição do desemprego, de 22% a uma taxa inferior a 10%, incluindo postos de trabalho formais e informais. Dependendo da região, de cada 10 postos de trabalho gerados, 7 a 9 são formais, com carteira assinada. Apesar disso, há certo consenso de que o Brasil ainda tem uma parcela muito expressiva de pessoas no mercado informal e há precariedade no mercado de trabalho. A questão dos salários e da renda também ocupa um papel crescente no debate atual, em especial com as tentativas de demonstração de que emergiu uma nova classe média, embora de baixa renda.

Em 1980, os salários respondiam por 50% da renda nacional, mas em 2000 respondiam por 38%, e hoje estão em torno de 46%. Isso ocorre porque os postos de trabalho são de baixa remuneração, na maioria de até dois salários mínimos. Em termos de valor, o salário mínimo de R\$ 622,00 continua quatro vezes menor do que o valor de R\$ 2.323,21, calculado pelo Dieese.

A terceirização é outro fenômeno em expansão, contribuindo para a precarização do trabalho nos mais diversos tipos de empresas, desde estatais, como a Petrobras, grandes empresas mistas, como a Vale, e nos sistemas bancários. Segundo vários estudiosos, a terceirização é responsável por salários 40% a 60% menores do que os de seus colegas não terceirizados, realizando as mesmas tarefas.

O Brasil também tem uma das taxas de **rotatividade no trabalho** mais altas do mundo. Estima-se que 62% dos trabalhadores sem carteira assinada mudam de posição em um período de apenas 12 meses, segundo estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV). Os trabalhadores por conta própria — cuja atividade é, na maior parte das vezes, precária — vêm em seguida, com rotatividade de 31,85%. E os funcionários com carteira assinada têm estabilidade, mas com taxa considerada acima do aceitável: 17,47%. Estudo da Universidade de Brasília (UnB) também revela que, entre 1992 e 2006, metade dos trabalhadores brasileiros do setor privado que têm carteira assinada ficou menos de dois anos no emprego.

Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais atingem anualmente cerca de 500 mil trabalhadores, com uma taxa de mortalidade de 2.500 trabalhadores. A construção civil e o setor sucroalcooleiro apresentam altas taxas de acidentes e mortes. E exposição a produtos químicos e a falta de equipamentos de segurança adequados também provoca mais de 20 mil casos de câncer, conforme registros do Instituto Nacional do Câncer (Inca).

Problemas relacionados com Acordos Coletivos Especiais, mecanismos da Participação nos Lucros e Resultados (PRL), flexibilização das relações de trabalho e outros, que envolvem estratégias organizativas e de negócios das empresas capitalistas, certamente precisarão ser enfrentados em qualquer pesquisa que diga respeito à classe trabalhadora assalariada em sua relação com a classe capitalista e demais classes presentes no universo brasileiro.

Porém, um dos aspectos menos abordados nos estudos sobre a classe trabalhadora brasileira atual diz respeito ao fato de que, no Brasil não há mais a possibilidade de transferir grandes parcelas da população rural para trabalhos na indústria, no comércio e nos serviços. Essa transferência ocorreu massivamente durante os anos 1960 e 1970, quando grandes massas camponesas que viviam nos latifúndios foram expulsas pela modernização capitalista do campo. Hoje, as forças de trabalho a serem mobilizadas para um novo processo de industrialização e

desenvolvimento já são urbanas, com visões de sobrevivência social diferentes daquelas que ainda predominam nas populações camponesas.

Essas forças de trabalho, inclusive as que foram empregadas nos últimos anos, têm o desemprego e o subemprego como seus principais problemas, uma grande parte delas vivendo no limbo entre a classe trabalhadora e o lumpesinato. São, portanto, uma classe trabalhadora nova, diferente da que foi formada nos anos 1960 e 1970. Sua experiência de vida tem os problemas urbanos como principais, embora possam ser encontradas algumas parcelas com resquícios da experiência rural. Mas ela não tem ainda experiência de luta contra o capital, corporificada na exploração direta no chão da fábrica e em outras instalações do sistema produtivo e de circulação capitalista. Ainda mais que a classe trabalhadora assalariada que restou das lutas dos anos 1970 e 1980 envelheceu, e os anos 1990 foram de profundo descenso das lutas e mobilização sociais, inclusive da classe trabalhadora. Descobrir em que medida esse novo proletariado tem avançado em ganhar consciência de sua situação de classe explorada pelo capital, e dos problemas que tal situação coloca diante dele, talvez seja alguns dos principais aspectos das pesquisas sobre o atual mundo do trabalho.

Classe média ou pequena burguesia

Nelson Werneck Sodré situa o aparecimento de uma classe intermediária entre os senhores de escravos e os escravos antes do surgimento da burguesia, ou classe capitalista brasileira, e chama a essa classe de pequena burguesia. Evidentemente, Sodré descarta os comerciantes e mercadores como uma classe capitalista, seja porque ela vivia subordinada e convivia com os escravistas, seja porque parecia não se constituir um agrupamento social com interesses próprios.

Por outro lado, da mesma forma que há uma suposição de que os conceitos de classe social, luta de classes e burguesia são criações marxistas, também há a suposição de que o conceito de pequena burguesia seja uma criação de Marx. Entretanto, todos esses conceitos surgiram bem antes de Marx aparecer na história. Essa suposição incorreta parece estar na base de certa aversão ao termo *pequena burguesia* por boa parte da intelectualidade brasileira, que prefere o termo genérico de classe média, que encobre a questão da propriedade, e é mais adaptável ao método de classificação social tendo por base a renda e o poder de consumo.

Desse modo, é relativamente fácil encontrar inúmeros estudos e trabalhos referentes à classe média, muitos dos quais dão pistas interessantes sobre a ambiguidade proprietária-trabalhadora, que caracteriza a pequena burguesia, mas que fogem de aprofundar as implicações e contradições que tal ambiguidade produz nessa classe social.

Os estudos históricos apontam que, do ponto de vista político, a pequena burguesia brasileira sempre se encontrou razoavelmente dividida entre o radicalismo democrático e o conservadorismo e reacionarismo absolutista.

Da mesma forma que uma parte da pequena burguesia deu origem ao *movimento tenentista*, de tendência democrática, uma parte dos membros desse movimento migrou com tranquilidade para a Aliança Liberal, para a substituição das antigas oligarquias fundiárias por novas oligarquias comandadas por eles, e para a ditadura varguista de viés fascista. Em todo o período posterior, não é difícil comprovar essas divisões e movimentações políticas da pequena burguesia.

Nos últimos anos surgiram estudos, por exemplo, que relacionam a classe média exclusivamente a empregos com boas perspectivas de carreira nas grandes empresas e no funcionalismo público.

Desse modo, o que caracterizaria a classe média seria a maior renda, proveniente da maior qualificação profissional.

Nos anos 1980 e 1990, em que as teorias do pós-industrialismo fizeram praça, surgiu uma literatura relativamente vasta, alertando tal classe média de que a *era do emprego* terminara, o mundo tendo evoluído para ligações tênues. À classe média restariam apenas as oportunidades dos pequenos negócios, a exemplo da comercialização de algum produto ou serviço, da fabricação em pequenas unidades caseiras, e de outras atividades produtivas ou de circulação e distribuição de mercadorias, todas elas reguladas por algum tipo de ligação com o mundo das grandes empresas.

Este ponto de ligação, na prática subordinação, à grande empresa, apesar do suposto desaparecimento do emprego, é uma contradição. Ela está presente em toda a argumentação que procura, por um lado, transformar os assalariados menos qualificados em biscateiros de baixa renda e os assalariados mais qualificados em negociantes sofisticados e, por outro lado, manter todos ligados umbilicalmente à grande empresa, supostamente a única provedora de oportunidades seguras.

Para isso, a classe média deveria convencer-se não só que a empregabilidade findara, mas também que o mundo ingressara numa dinâmica caracterizada pela mudança e fluidez constantes. Para enfrentar com sucesso essa dinâmica, a grande empresa oferecia a todos as estratégias que poderiam ter sucesso ante os erráticos desafios dos novos tempos.

Embora essas teorias tenham surgido com força nos países capitalistas desenvolvidos, como resposta às reestruturações desindustrializantes e de financeirização das corporações transnacionais, elas foram mecanicamente copiadas no Brasil, embora a crise e o desemprego aqui presentes fossem de outra natureza.

De qualquer modo, uma parte considerável de assalariados qualificados de altos salários, juntamente com suas famílias e, muitas vezes em sociedade com outros congêneres que também se consideravam de classe média, jogou-se em negócios arriscados de pequenos bares, lojas diversas e pequenas confecções, ao mesmo tempo em que outra parte se jogou em negócios supostamente seguros por estarem ligados a grandes empresas, de marketing de rede e franquias.

O desemprego, decorrente da estagnação dos anos 1980 e da desindustrialização neoliberal dos anos 1990, jogou inúmeros engenheiros, administradores de empresas, químicos e outros profissionais relacionados com a produção industrial e com a construção pesada a trabalharem com a barriga encostada em balcões de bares e de lojas, enquanto outros se dedicavam a vendas diretas a domicílio e à formação de grupos em cadeia para a multiplicação dessas vendas, como empreendedores independentes.

Nesse período, generalizou-se também a difusão das franquias como método de comercialização, no qual os licenciados aplicavam normas e procedimentos estipulados por redes empresariais já existentes, pagando-lhes *royalties* pela franquia. As estatísticas produzidas para promover esses

sistemas de emprego pretensamente independente acabaram sendo abaladas, mais tarde, pela grande rotatividade desses tipos de pequenas empresas e negócios, cujo período de vida se mostrou muito curto, torrando as poupanças de muitos empreendedores e jogando-os de volta ao mercado de trabalho assalariado ou ao desemprego.

Paralelamente a isso, uma série considerável de médias e grandes empresas industriais ingressou num processo intenso de reestruturação da organização produtiva. A linha geral foi a de criação de unidades autônomas dentro da própria empresa. Esta passou a funcionar como uma cadeia produtiva completa, em que aquelas unidades autônomas funcionavam como elos que deveriam vender seu produto aos elos seguintes. Dentro de cada unidade, ou fábrica dentro da fábrica, os problemas deveriam ser resolvidos por seus patrões (os antigos gerentes) e seus *colaboradores* (os antigos operários), de modo a obterem resultados financeiros, através das vendas às outras unidades.

Cada unidade deveria apresentar uma lucratividade que justificasse sua própria existência. A remuneração dos *colaboradores* e do *patrão* variava de acordo com tal lucratividade, impondo a cada unidade relações de mercado com as demais. A fábrica foi transformada de unidade do mercado no próprio mercado, vendo-se internamente às voltas com as leis de concorrência ou competição inerentes ao funcionamento do capital, em substituição à cooperação e colaboração que davam sinergia à empresa. Todas as suas ações internas passaram a ser dominadas pela racionalidade (melhor seria dizer irracionalidade) financeira, num primeiro momento permitindo aos novos patrões elevar a produção dos diversos setores da empresa.

Logo depois, porém, o coletivo de patrão e colaboradores de cada unidade introduziu mudanças na organização do trabalho, com critérios próprios de contratação e regime operacionais, de modo a obter altos lucros financeiros, independentemente das normas produtivas. O que foi impondo uma desorganização produtiva e contábil ao conjunto da empresa, fazendo com que esta vivenciasse em seu interior, ao invés de seu tradicional planejamento microeconômico, a anarquia comum ao mercado.

No final dos anos 1990, muitas empresas começaram a dar marcha a ré nessas estratégias de reengenharia, de modo a articular o processo produtivo e evitar que a organização empresarial se tornasse caótica. O que colocou um basta à possível expansão da classe média empresarial através do que também ficou conhecido como minifábricas.

De qualquer modo, os exemplos acima ilustram como setores assalariados de alta renda podem, eventualmente, tornar-se micros e pequenos empresários. Às vezes, são empresários de tempo suplementar. Ou trabalhadores que são proprietários de meios de produção e os operam, sozinhos, com o auxílio da família, ou ainda com a participação de trabalhadores assalariados. Esses tipos de empresários-trabalhadores, ou de trabalhadores-empresários, em geral micros e pequenos, estão na agricultura, na indústria, no comércio e nos serviços.

Eles, por um lado, se ufanam de serem proprietários que trabalham, e de serem trabalhadores que se elevaram acima dos demais. Nesse sentido, eles exercem uma forte atração sobre o conjunto da classe dos trabalhadores assalariados, apontando para a possibilidade de ascensão social. Por outro lado, por toda parte eles enfrentam a concorrência das empresas capitalistas e, como no caso do Brasil, obstáculos de sobrevivência difíceis de superar. Por isso mesmo, sua perspectiva é

a de superar esse tipo de concorrência e elevar-se à condição burguesa, proprietária de meios de produção que lhes permitam enfrentar, de igual para igual, os demais concorrentes capitalistas.

Do ponto de vista objetivo é necessário, ainda, considerar a existência de trabalhadores assalariados, cuja qualificação profissional e cuja renda lhes permite um padrão relativamente elevado de vida, fazendo-os supor que pertencem realmente à pequena burguesia, embora prefiram a classificação de classe média. Sua consciência deixa de ser a do assalariado explorado e passa a ser a da pequena burguesia que aspira tornar-se burguesa. Segundo alguns autores, este é o caso dos trabalhadores que tornaram-se gestores de fundos de pensão, tema que merece um estudo muito detalhado, seja por seu impacto na economia nacional, seja por supostas ou reais repercussões no terreno das classes sociais.

No entanto, em termos econômicos, há uma diferença significativa entre a pequena burguesia proprietária de meios de produção e os setores assalariados que se colocam na posição de pequena burguesia. Uma pesquisa apropriada a dimensionar e a apreender as diversas características de classe da pequena burguesia proprietária de meios de produção deve, em princípio, seguir parâmetros idênticos à pesquisa sobre a burguesia, buscando saber suas formas societárias, sua participação nos diversos departamentos, ramos, setores e cadeias produtivas do capital, seu montante de capital constante e variável, sua produtividade e lucratividade, assim como outros indicadores que nos permitam um conhecimento mais aproximado dessa pequena burguesia como um todo, suas frações, e seus interesses.

Na atualidade, após sofrer um intenso processo de fragmentação e falência durante o período neoliberal, a pequena burguesia proprietária de meios de produção busca desesperadamente enfrentar sua baixa acumulação de capital, com maior acesso a fontes de crédito, redução da carga tributária, maior apoio jurídico, técnico e administrativo, e menores exigências burocráticas para seu funcionamento, de modo a enfrentar a concorrência dos setores capitalistas maiores, e o constante risco de expropriação por parte deles. Apesar dos governos Lula e Dilma terem adotado algumas medidas para atender a essas demandas, essas medidas custam a chegar na ponta e, muitas vezes, quando chegam, sofrem interpretações diversas daquelas estipuladas nos decretos, regulamentos e outros dispositivos governamentais. Em virtude desse descompasso, essa pequena burguesia proprietária oscila permanentemente entre o apoio e a oposição ao governo, ainda mais que sofre a influência constante dos ataques a respeito do anticapitalismo do PT.

Em certa medida, algo idêntico ocorre com os assalariados que se supõem integrantes da pequena burguesia. Boa parte deles se esforça por acumular capital e estabelecer seu próprio negócio, transformando o sonho em realidade. A pressão por maiores salários passa a constituir, então, a principal preocupação dessa pequena burguesia não proprietária de meios de produção, mesmo daquele segmento que não tem espírito empreendedor. Nessas condições, acicatada pela intensa propaganda em torno da emergência de uma *nova classe média*, essa potencial pequena burguesia, além de trazer à tona preconceitos de classe e de raça em relação aos *emergentes*, se joga na batalha por salários ainda mais altos, a exemplo do que vem acontecendo com setores minoritários do funcionalismo público.

Em termos gerais, nas condições econômicas e políticas brasileiras da atualidade, a pequena burguesia proprietária de meios de produção pode jogar um papel estratégico na disputa com os oligopólios, no sentido de intensificar a industrialização e o desenvolvimento em moldes

democráticos e concorrenciais, dependendo porém das ações efetivas de apoio que o governo e o Estado lhes propiciam.

Sozinha, por sua dispersão e fraqueza econômica, o máximo que essa pequena burguesia conseguirá será, com seus votos, derrotar a esquerda, se esta não conseguir estabelecer com ela uma aliança clara, que lhe permita desenvolver-se no sentido da burguesia. Quanto à potencial pequena burguesia não proprietária de meios de produção, o não atendimento de suas pretensões salariais e de outros privilégios, certamente jogará uma parte dela na oposição e deixará outra em vacilação, como historicamente tem ocorrido.

Exército industrial de reserva e lumpemproletariado

A palavra alemã *lumpen* significa, ao pé da letra, *homem trapo*. Marx a utilizou para cunhar o termo *lumpemproletariado* e classificar aquela parcela da população desprovida não apenas da propriedade de meios de produção, mas também das condições para vender sua força de trabalho e obter seus meios de subsistência. Assim, do ponto de vista social, ela está situada abaixo do *proletariado*.

Historicamente, os *lumpens* sempre estiveram presentes, de uma forma ou outra, nas diversas sociedades, em algumas sendo formalmente reconhecidas como tais, a exemplo dos parias indianos e japoneses. A condição de existência e sobrevivência dos parias firmou suas características humanas e sociais como vagabundos, farrapos, desprezíveis, miseráveis, fracos, pusilânimes e outros adjetivos similares, que a vida transformou em substantivos.

Em todos os tempos, por outro lado, foi possível detectar a existência de *lumpens* oriundos de diversas classes sociais, em geral vivendo no limbo entre elas, ou mesmo em seu interior, a pretexto de representar um estilo de vida diferente. A burguesia moderna, por exemplo, possui seus próprios *lumpens*, alguns vivendo de rendas, outros manejando as fortunas do submundo do contrabando, tráfico de drogas, tráfico de mulheres e crianças, jogatina, prostituição e diversos outros ramos da criminalidade e do banditismo.

À medida que o capitalismo criou o chamado *exército industrial de reserva*, como necessidade para intensificar a concorrência entre a força de trabalho desprovida de propriedade e para comprá-la a baixo preço, o *lumpemproletariado*, *lumpesinato* ou *subproletariado* ganhou contornos muito maiores do que o existente nas formações históricas anteriores. Camadas do exército industrial de reserva transformam-se em *soldados* de diferentes ramos da criminalidade e do banditismo, muitas vezes atraindo também setores do próprio proletariado e da pequena burguesia.

É por essa razão que vários pesquisadores afirmam que não existem profissões, classes e povos isentos de *lumpens*. E que os *lumpens*, além de serem destituídos de recursos econômicos provenientes do trabalho social, são também destituídos de consciência ideológica e política, portanto, de consciência de classe. O que os levou, em vários momentos da história, a servir aos interesses das classes dominantes.

O caso clássico do início da era capitalista foi a utilização do lumpemproletariado de Paris para perpetrar o golpe de Estado do dezoito brumário de Luis Bonaparte. Os fascistas e os nazistas dos

anos posteriores à Primeira Guerra Mundial utilizaram os lúmpens como suas tropas de choque para disseminar o terror e chegar ao poder.

Os lúmpens têm sido personagens clássicos da literatura e do cinema mundial, desde a antiguidade até os tempos modernos. Assim, ao contrário do que supõem alguns desavisados históricos, o capitalismo gerou as nações desenvolvidas e cultas, mas apenas em algumas poucas dessas nações os lúmpens estiveram ausentes. E todos os países capitalistas desenvolvidos, paradoxalmente, à medida que chegam ao ápice de suas forças produtivas, realimentam o lumpemproletariado com novas ondas de desempregados que perdem a esperança de vender sua força de trabalho.

No Brasil, o lumpesinato surgiu em diversas cidades em que o comércio se desenvolveu, paralelamente ao escravismo, tendo por base homens livres de trabalho incerto, vivendo mais do que a natureza lhes fornecia. Os diversos tipos de balaios e cabanos, do Norte e Nordeste do Brasil, são embriões históricos do lumpesinato urbano, que foi ampliado após o fim da escravidão legal através da formação de favelas, mocambos e outros tipos de aglomerações urbanas pobres e miseráveis. O banditismo rural, também surgido durante o escravismo e ampliado após o fim da escravidão legal, foi outra expressão do lumpesinato, sobrevivendo até o final dos anos 1930. Mas o crescimento exponencial do lumpesinato ocorreu a partir dos anos 1950, com a introdução da legislação trabalhista no campo, e especialmente nos anos 1960 e 1970, com a modernização dos latifúndios, a substituição, por máquinas, dos agregados, foreiros, rendeiros e outros camponeses que trabalhavam *de favor* nos latifúndios, e atração exercida pela oferta de empregos industriais nas cidades, que se mostrou incapaz de atender ao afluxo de algumas dezenas de milhões de migrantes rurais.

Nas artes brasileiras, os lúmpens têm presença constante. Jorge Amado chegou a declarar que tinha a honra de ser o escritor das prostitutas e dos vagabundos, enquanto Chico Buarque fez blague com a situação dos malandros do passado e da atualidade. E os noticiários policiais, nos últimos tempos, passaram a ocupar os principais espaços das televisões, rádios e de vários jornais da imprensa escrita, em grande parte expressando a forte presença do lumpesinato na sociedade brasileira. O lumpesinato mais conhecido é representado justamente por aqueles setores associados ao banditismo urbano (traficantes de drogas, assaltantes, sequestradores etc.), vivendo em favelas, misturados tanto a outras parcelas do lumpesinato que não descambaram para o banditismo, quanto com trabalhadores. Mais recentemente, grupos de lúmpens, constituídos por moradores de rua e usuários de drogas pesadas passaram a ocupar áreas urbanas centrais ou periféricas específicas, enquanto grupos ligados ao banditismo estão se deslocando para cidades médias do interior, seja pelo desenvolvimento econômico dessas cidades, seja pela adoção de novos métodos repressivos nas grandes cidades.

Embora no Brasil tenham sido raros os casos de uso do lumpesinato para ações provocadoras que justificassem repressões às mobilizações sociais, como foi o caso de *quebra-quebras* no Rio, São Paulo e outras capitais, no final dos anos 1940, essa possibilidade não pode ser descartada, tendo em conta a estimada existência de mais de 16 milhões de pessoas vivendo nessas condições. Em tese, supõe-se que ações de atração para atividades culturais e esportivas, realizadas por organizações não governamentais, elevação do nível de trabalho, organização e cooperação de algumas atividades consideradas *sujas*, como a de catadores de lixo, e programas de transferência de renda articulados à exigência de educação e saúde, podem minorar as tendências para o

banditismo. Mas parece fora de dúvida que a geração de acessos a trabalho e renda é a forma mais segura para reduzir o lumpesinato em suas diversas expressões.

De qualquer modo, um conhecimento mais profundo dessa camada ou classe social torna-se uma necessidade para definir com mais propriedade a estrutura de classes da sociedade brasileira.

Como o lumpesinato não possui propriedades formais, nem relações de trabalho legais, será necessário empregar instrumentos de pesquisa que combinem estatísticas policiais e judiciárias, notícias e reportagens jornalísticas, assim como enquetes com fontes primárias, para obter uma visão aproximada e mais consistente da extensão, das diversas características, e das formas de sobrevivência e de pensamento desse setor na sociedade brasileira.

Conclusões

Ao compreender com mais propriedade a estrutura de classes da sociedade brasileira é fundamental não perder de vista a necessidade de enxergá-la em movimento e transformação. Isto é, compreender que os elementos que compõem as diversas classes sociais se movimentam em todos os sentidos, seja dentro de sua classe, seja para fora dela e ingresso em outra. Em outras palavras, transformar o atual conceito de *mobilidade social* num conceito dinâmico, a ser empregado na análise das informações recolhidas pela investigação social.

Nesse sentido, é essencial distinguir a *mobilidade horizontal* da *mobilidade vertical*. Na mobilidade horizontal as alterações profissionais, educacionais e de renda não provocam mudança de classe, embora possam causar mudança de fração de classe.

Um assalariado ajudante de premissa, que se tornou ferramenteiro ou torneiro mecânico, não mudou de classe nem de fração de classe. Um assalariado operador de máquinas, que estudou e se tornou desenhista num escritório de projetos, continua pertencendo à classe assalariada, mas mudou de fração de classe, saindo da fração operária para a fração de serviços. Um assalariado, que ganhava um salário mínimo como ajudante de limpeza numa fábrica e, pelo esforço do estudo e aperfeiçoamento profissional, passou a ganhar quatro salários mínimos como mecânico de manutenção na mesma fábrica, não mudou de classe nem de fração.

Um micro-empresário que possuía uma fabriquetaria de produção de vasos e artefatos de barro e resolveu mudar de ramo, passando a ser apenas comerciante desses artefatos, se movimentou da pequena burguesia industrial para a pequena burguesia comercial. Portanto, mudou de fração de classe, mas não de classe. O mesmo ocorrerá com um capitalista que resolveu vender suas instalações comerciais, onde comercializava produtos diversos, e se tornar fabricante de bicicletas ou de outros produtos industriais. Ou com um ladrão que era especializado em furto de carros e resolveu trocar essa atividade pelo tráfico de drogas. Em todos esses exemplos, temos mobilidade horizontal.

A mobilidade vertical, ou transformação, por seu turno, relaciona-se às mudanças de uma classe para outra, seja por ascensão, seja por declínio. Um bandido que, por motivos religiosos, de estudo ou outro qualquer, consegue um emprego e passa a vender sua força de trabalho como a única condição de sua sobrevivência, ascendeu do lumpesinato para a classe dos trabalhadores assalariados. Em sentido inverso, um trabalhador que, por estar desempregado ou insatisfeito

com as condições de trabalho, decidiu se tornar ladrão, malandro ou outro tipo qualquer de lumpen, foi transformado de proletário em lumpen.

O mesmo ocorre com um pequeno burguês que possuía uma pequena oficina de manutenção de máquinas pesadas, com 5 mecânicos assalariados e, por mudanças favoráveis no mercado, conseguiu transformar sua oficina numa empresa combinada de fabricação de componentes e de manutenção mecânica, e passou a empregar mais de 200 trabalhadores, mesmo que isso tenha demorado alguns anos. Ele certamente ascendeu da pequena burguesia de serviços para a fração média da burguesia industrial. Por outro lado, se ele tivesse falido, como ocorre com muitos, e tivesse sido obrigado a ofertar sua força de trabalho no mercado, conseguindo um emprego de mecânico numa fábrica, ele certamente teria declinado da pequena burguesia para a fração operária da classe dos trabalhadores assalariados.

Exemplos de mobilidade vertical na burguesia, tanto ascendente quanto descendente, também são mais comuns do que se supõe. Por outro lado, a mobilidade, ou a transformação, para cima ou para baixo nem sempre é escalonada. Portanto, ao pesquisar a estrutura social, é necessário ter em conta essas mobilidades e transformações, descobrindo as tendências principais em curso, mesmo porque elas têm a capacidade de alterar profundamente as relações e as contradições sociais, muitas vezes transformando cooperação em conflito, ou vice versa.

Certamente, há muitas dificuldades para considerar e ordenar os materiais necessários para o estudo da estrutura de classes da sociedade brasileira e obter uma representação mais aproximada da realidade. Não se pode eliminar essas dificuldades a priori. As próprias premissas dessa eliminação só ficarão claras através do estudo do processo real da vida das classes sociais do Brasil, e dos indivíduos que as compõem na atualidade.

Wladimir Pomar é analista político e escritor. Integra o Grupo de Conjuntura da Fundação Perseu Abramo

O PT e as classes sociais no Brasil: reflexões após dez anos de “lulismo”

Josué Medeiros

Um novo Brasil surge após uma década de governo nacional petista. Tal afirmação é incontestável, independente do ponto de vista do analista. Novos processos sociais, culturais e políticos emergiram no país, a partir das mudanças operadas pelo Partido dos Trabalhadores e pela esquerda desde que o ex-presidente Lula assumiu a presidência da República em 2003, o que foi continuado pela presidenta Dilma partir de 2011.

Uma das principais transformações feitas a partir do governo do PT, na verdade a mais importante do ponto de vista estrutural, foi a nova configuração de classes sociais que se estabeleceu no Brasil. O virtuoso ciclo de crescimento econômico com distribuição de renda não apenas retirou milhões de brasileiros da miséria extrema como também constitui novas posições de classe e relações sociais no país. A sociedade brasileira viu sua estrutura classista se tornar mais complexa na medida em que enormes contingentes populacionais melhoravam sua situação objetiva de vida, com mais renda, com mais emprego formal, com mais acesso a direitos como saúde e educação.

Novos debates se estabeleceram entre os partidos, movimentos, intelectuais, na academia, nas mídias tradicionais e alternativas; novas polarizações políticas e sociais apareceram, com novos partidos nascendo, novas “redes” brotando. Nenhuma força social ou política se encontra em 2013 do modo igual ao que estava a uma década. Aquelas que tiveram dificuldade em entender as mudanças foram perdendo relevância na realidade concreta, se estreitando e se isolando. A grande mídia, os partidos da direita neoliberal e a extrema esquerda se enquadram nesse caso.

O PT não foi um desses agentes que fracassaram. Não que tenha vivido esse decênio sem derrotas e revezes. Ao contrário, muitas contradições e impasses atingem o partido e os atores que se referenciam nele, aglutinados no chamado “campo democrático e popular”, composto pela maioria dos movimentos sociais atuantes hoje no país. Novamente o tema das classes sociais e suas novas dinâmicas emerge como o principal desses dilemas, a qual os petistas devem dedicar uma urgente reflexão coletiva.

As polêmicas em torno deste tema são conhecidas¹. Uma linha de pensamento influente é ver essa ascensão social como expansão da classe média: a renda é a principal e única variável. Uma vez estabelecidos os cortes de rendimento que separam esta classe dos mais pobres e dos mais ricos, critérios esses demasiadamente largos, pode-se comemorar a construção de uma sociedade de classe média. Por motivos diferentes, tanto os agentes do mercado quanto as principais figuras públicas que estão no governo (inclusive petistas, por suposto) priorizam esse enfoque, de modo a colher dividendos pecuniários (mercado) e eleitorais (governo). Marcelo Neri (2012) é o principal intelectual desta visão, e que não por acaso mantém relações privilegiadas com o governo, pois é presidente do IPEA, e com o mercado, via FGV, onde é professor.

1 Wladimir Pomar e Jean Tible fazem excelentes reconstruções desse debate. Ver do primeiro “Debatendo Classes e Luta de classes no Brasil” disponível em <http://forodesaopaulo.org/?p=2072> e do segundo ver “¿Una nueva clase media en Brasil? El lulismo como fenómeno político-social” Disponível em www.nuso.org

Outra corrente interpretativa é aquela que atualiza a teoria do populismo, nascida e criada na USP, para explicar as classes e sua relação com o PT e com Lula. Através da teoria do populismo, parte substantiva dos intelectuais brasileiros condenava a esquerda anterior ao golpe militar de 1964 por ter participado de um projeto político hegemônico pelo nacionalismo, no qual o grande líder usava seu carisma para personificar o Estado e tutelar as classes trabalhadoras urbanas, recém formadas, ainda imaturas e, neste sentido, incapazes de ter uma intervenção essencialmente classista. Rudá Ricci (2010) é um expoente novo desta corrente, que conta com antigas figuras de peso, tais como Chico de Oliveira (2010). Ambos se encontram no diagnóstico de que o governo petista serviu para fortalecer o capitalismo e a dominação burguesa no Brasil.

Uma terceira entrada no tema é aquela típica do marxismo clássico, por vezes ortodoxo, pautado por uma relação direta entre estrutura e infraestrutura, entre produção das classes no processo produtivo e ideologia. Tal visão, defendida por Ricardo Antunes (2006), tende a obscurecer as transformações recentes do capitalismo, encarando toda e qualquer mudança do processo produtivo como reestruturação neoliberal, muitas vezes pregando a manutenção do padrão industrial fordista.

A última perspectiva é aquela da cultura política petista, construída com base na pluralidade de extratos sociais e concepções políticas que fazem parte do PT, e animada por esforços de renovação da tradição do marxismo revolucionário, inspirada nas formulações de Thompson e Gramsci, entre outros. Trata-se de entender a classe social como um processo, e não como coisa; de compreender que uma classe social só existe quando seus interesses estão em movimento na sociedade, em confronto contra os interesses de outra classe e/ou em aliança com uma terceira, a fim de compreender como as maiorias se formam, como se dão os processos de hegemonia que forjam dominações de classe que por mais duradouras que pareçam podem ser alteradas pela ação política.

Esta posição recusa noções como “falsa consciência”, bem como se nega a “ingenuamente perseguir apenas fins teleológicos, ‘como a conquista do poder de classe’”. Ao contrário, esta forma de entender as classes busca olhar “a história como história – homens situados em contextos reais (que eles não escolheram) e confrontados perante forças incontornáveis com uma urgência esmagadora de relações e deveres, dispondo, apenas, de uma oportunidade restrita para inserir sua própria ação – e não como um texto para fanfarrônicas do tipo assim deveria ter sido”. (Thompson, 2001:140). Em suma, o lugar da produção, sem valores, sem uma cultura política, sem uma experiência de lutas, não faz uma classe social.

Não por acaso intelectuais petistas como André Singer (2012) e Marcio Pochmann (2012) estão buscando entender a nova configuração de classes sociais de modo aberto, histórico, sem dogmatismos ou visões unilaterais. E nenhum dos dois parece aderir à noção de “nova classe média”. A ideia chave que orienta a cultura política petista mais crítica que se debruça sobre as transformações da estrutura de classes do Brasil é a de “nova classe trabalhadora”. Ao invés de celebrar o surgimento de uma nova classe intermediária medida apenas pela renda, esta corrente entende que o movimento realizado pelos dez anos de governo petista foi o de alargar o mercado de trabalho formal de modo a incluir parcelas significativas dos mais pobres, cujo contato anterior com o mundo do trabalho, quando existia, era sazonal ou precário.

Reivindicando e dialogando com o que de mais rico há nessa cultura política petista, que foi capaz de produzir, além de novas formas de governar, uma tradição teórica própria, o esforço aqui é tentar entender de que se trata essa classe trabalhadora recém-criada, quais são seus valores, suas experiências, sua relação com as demais classes, sua relação com o “lulismo” e com o PT.

O “lulismo”, o PT e estrutura de classes no Brasil

Nunca é demais reafirmar que a posição no lugar de produção por si não define uma classe, tampouco um conjunto da sociedade brasileira que soma milhões de cidadãs e cidadãos, espalhados pelas diversas regiões do país. Contingente esse que está sendo incorporado às relações de trabalho na base da pirâmide, o que realmente confere alguma unidade a esta nova classe trabalhadora, como afirma Pochmann (p. 7-11). Tal incorporação, contudo, ocorre das maneiras as mais variadas (Souza, 2010: 26), seja pela abertura de pequenos negócios próprios, muitas vezes familiares, através da expansão do setor de serviços que acompanha a explosão do consumo, seja a partir da reconstrução recente do Estado brasileiro, com o crescimento dos concursos públicos, enfim, por uma série de mecanismos e caminhos que conferem uma diversidade e pluralidade que não pode ser explicada somente pelo termo “nova classe trabalhadora”.

Não obstante, é possível entender esta nova configuração de classes relacionando esse tema com uma interpretação sobre os dez anos de governo petista. Um balanço sobre o “lulismo” é necessário, pois a novidade classista brasileira é seu resultado mais permanente, é sem dúvida seu filho dileto. O exercício é buscar relacionar as escolhas da esquerda no governo, suas ações, êxitos e impasses com o tema da nova configuração das classes sociais no Brasil.

A contradição fundamental a ser resolvida pelo governo Lula era superar os 20 anos de estagnação econômica vividos pelo país - que enfraqueceram em muito a capacidade de luta dos trabalhadores - introduzindo um modelo de desenvolvimento econômico e social que fizesse distribuição de renda, oferecendo ao país um tipo de crescimento econômico diferente daquele apresentado pela ditadura militar. Esse projeto se deparou com um aparelho estatal e instituições políticas reformados pelo neoliberalismo, ou seja, pouco preparados para qualquer processo de desenvolvimento e em meio a uma continuada hegemonia do capitalismo no mundo, tendo em vista que a esquerda internacional não conseguiu, passados 20 anos, se recuperar da queda do muro de Berlim e do fim da URSS. O desafio, em termos gerais, era retomar a agenda desenvolvimentista, só que agora com a centralidade da inclusão e distribuição de renda. A receita de Celso Furtado, baseada no incremento do mercado interno, surge então como “velha novidade”, que se impôs depois de três anos de uma disputa em relação aos rumos da política econômica dentro do governo com uma diretriz ortodoxa.

O saldo foi positivo, o governo Lula foi vitorioso na superação desta contradição, estabelecendo uma dinâmica econômica e social nova no país a partir de 2003². Mas esta dinâmica foi bastante contraditória, com recuos e avanços, ritmos diferentes, como, aliás, não poderia deixar de ser diante do quadro acima apresentado. O aumento do salário mínimo, a retomada do protagonismo econômico do Estado, o estabelecimento de políticas de proteção social e transferência de renda, a expansão e democratização do ensino superior e a política externa autônoma e independente,

2 Sobre o balanço econômico do governo Lula, ver Mineiro (2010); Barbosa e Pereira de Souza (2010).

com ênfase na integração latino-americana e nas relações com as demais nações do sul são o polo positivo mais visível e mais direto deste processo.

Os limites da experiência petista saltam aos olhos justamente na mesma proporção em que as políticas exitosas, pois evidenciam o quão mais poderia ser feito. O sistema político brasileiro completamente aberto ao poder econômico e um tanto quanto fechado à cidadania ativa, o sistema de mídia tradicional oligopolizado, o Estado despreparado para fornecer direitos universais e induzir de forma sustentável a economia e a ação predatória das grandes empresas brasileiras nos países da América Latina e África são constrangimentos que não podem ser ignorados ou menosprezados.

É preciso, neste ponto, buscar uma análise equilibrada entre escolhas políticas e determinações estruturais, de modo a não justificar todos os impasses e escolhas políticas, muitas delas equivocadas. Ademais, os méritos políticos dos atores podem vir a tona, refutando as interpretações que atribuem à economia internacional todas as conquistas do governo Lula. E entender a relação do PT com as classes sociais nesses mais de 30 anos de vida do partido é fundamental para atingir esse equilíbrio.

Como bem apontou André Singer (p. 13-16; 35; 59), quase todas as eleições presidenciais da redemocratização foram decididas pela adesão maciça dos mais pobres ao candidato vencedor. Foi assim com Collor em 1989 e com Fernando Henrique duas vezes. O mesmo ocorreu com Lula em 2006 e Dilma em 2010. A exceção foi 2002, quando esse enorme montante de pobres votou dividida nos quatro candidatos competitivos. Em suma, é preciso passear pela configuração das classes sociais brasileiras nos últimos 40 anos para entender esse alinhamento exposto por Singer.

O PT conquista a presidência da República em uma configuração de classes sociais bastante distinta daquela existente quando o partido nasceu: antes, no ocaso da ditadura, um proletariado industrial vigoroso – é possível dizer que a grande São Paulo formou a maior concentração de metalúrgicos do mundo - que convivia nas grandes cidades com uma massa de excluídos e com uma classe média cada vez mais numerosa, composta por bancários, professores, advogados, médicos e demais funcionários públicos em número crescente, conforme aumentavam as cidades e o Estado brasileiro.

Já no crepúsculo do neoliberalismo o operariado das indústrias e a classe média diminuíram substancialmente de tamanho, legado de duas décadas de estagnação econômica, reestruturação produtiva e privatização do Estado. A fatia dos mais pobres e miseráveis, sem acesso ao mercado de trabalho ou com relações de trabalho precárias e sazonais aumentou.

Em ambos os momentos o Brasil foi liderado por uma elite econômica e política altamente concentrada, ciosa do acesso aos artigos de luxo, apegada ao entendimento de que o Estado e os direitos seriam na verdade privilégios seus e refratária a qualquer perspectiva de mobilidade social que alterasse a altíssima desigualdade social brasileira. Desde os anos 1960 essa elite conseguiu hegemonizar conjuntos importantes das classes médias encantadas com a possibilidade de ingressar no mundo dos privilégios e do alto comércio de produtos luxuosos e temerosas de uma aproximação vinda dos de baixo, o que resultaria em um “empobrecimento”, ainda que essa aproximação ocorresse pela ascensão dos muito pobres e não pela sua própria queda.

A elite foi vitoriosa também em manter sob sua hegemonia os grandes contingentes de pobres e excluídos das cidades e do campo. A imagem da Questão Meridional - com a qual o revolucionário italiano Antônio Gramsci explicou a formação do consenso entre elites industriais do Norte e camponeses pobres do Sul - e retomada por Singer (p. 40) é precisa para descrever o processo de hegemonia das classes dominantes no Brasil.

O mundo agrário brasileiro vive, nesse período que vai da ditadura militar ao neoliberalismo, um aprofundamento das suas principais tendências históricas nacionais: o latifúndio se renova, se moderniza, mantendo seu vínculo estrutural com o Estado, abocanhando quantias relevantes dos fundos públicos para sustentar “a revolução verde” (como fazia antes, na primeira metade do século 20, financiando a lavoura do café independente dos preços internacionais) enquanto os direitos dos camponeses permaneceram como exceção, o que produz mais miséria e exclusão social no campo, mais dificuldades para os pequenos trabalhadores rurais e para a agricultura familiar em geral se sustentar e manutenção do êxodo rural. Na verdade, o golpe militar de 1964 possibilitou a continuação da política estatal de financiamento do latifúndio e criminalização dos movimentos sociais rurais, e, portanto não pode ser explicado sem que se compreenda o momento político do Brasil agrário nos anos 1950 e início da década de 1960, qual seja, um período de intensa radicalidade e enfrentamento de camponeses e trabalhadores agrários na luta por terra e direitos.

Sem embargo, este bloco histórico formado pelas elites e pelas populações empobrecidas, foi fissurado diversas vezes, sobretudo devido às crises econômicas que solapavam o consenso das classes, tais como o fim do milagre econômico nos anos 1970, o fracasso de Sarney e seu congelamento de preços nos anos 1980 e a quebra do Brasil pelo neoliberalismo de Fernando Henrique Cardoso depois da sua reeleição, em 1999. Essas fraturas foram provocadas - no sentido da ação política - e capitalizadas pela esquerda em geral e pelo PT em particular, nos dois últimos casos.

Isso explica que outra fração das classes médias tenha lutado contra o regime militar, compondo por um lado os movimentos de ação direta armada e por outro as vanguardas da aliança entre liberalismo e comunistas que pelo parlamento buscou solapar as bases da ditadura. O PT termina por galvanizar a maior parte deste setor. Inclusive entre as populações agrárias e urbanas excluídas nasceram e floresceram movimentos populares – com forte influência da ação das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica – em luta por moradia, transporte, reforma agrária, contra a carestia, na história tão bem contada por Eder Sader (1988). Além é claro do potente sindicalismo industrial que explode nas greves dos metalúrgicos da cidade de São Paulo e do ABC paulista em fins dos anos 1970, e que rapidamente se espalha pelo país e por outras categorias.

Com isso, em que pese os obstáculos políticos e sociais herdados pelas classes subalternas, foi possível, a partir dos momentos de crise da hegemonia das elites, quando a situação econômica negativa desorganizava o consenso dominante, estimular um processo de lutas por democracia e por direitos que acabou com a ditadura militar e que influenciou sobremaneira a Constituição de 1988. A fundação do PT, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE) são expressão mais popular e radical desse processo de lutas. Já a derrota do movimento “Diretas Já”, com a pactuação que gerou a “nova república” e a eleição de Collor em 1989 são exemplos da

solidez da coalizão entre elites, extratos da classe média e a maioria da massa dos excluídos, cimentada por planos econômicos que momentaneamente apresentavam soluções e melhorias na vida das pessoas.

Nos anos 1990 se estabeleceu uma nova configuração de classes sociais, e o PT, seu campo político e sua base social sentem o golpe. Desemprego estrutural e privatizações geram sindicalismo mais fraco, menos politizado, mais economicista. Recessão e diminuição do Estado produziram uma classe média menos solidária, menos disposta a entrar em debates universais, mais propensa ao discurso da ética como solução para seus problemas, como se a corrupção do Estado fosse a causa do seu empobrecimento. A miséria e a exclusão persistentes criaram um conjunto de pobres nas grandes cidades menos capaz de agir coletivamente, com o enfraquecimento das associações comunitárias em paralelo ao fortalecimento de novas formas de solidariedade coletiva, como as igrejas evangélicas e o pertencimento ao tráfico de drogas³.

Assim, a década de 1990 foi de resistência para as classes subalternas, de defesa de direitos e posições conquistadas. Tempos de resistência são marcados sempre por mais derrotas do que vitórias, e a derrota maior talvez tenha sido a aceitação da lógica neoliberal por frações expressivas destas classes, como ficou claro no fortalecimento do sindicalismo de resultados e do individualismo de classe média.

A luta das trabalhadoras e trabalhadores rurais foi a grande exceção desse período, pois os diversos movimentos sem terra e o sindicalismo rural lograram organizar os excluídos pela mobilização contra o latifúndio, ajudando a corroer a hegemonia do neoliberalismo ao apresentar a sua luta por terra e por direitos trabalhistas no campo como uma luta de toda a sociedade, universal, contra uma injustiça secular e uma estrutura fundiária autoritária e colonial. Não é à toa que mesmo hoje uma das maiores mobilizações de rua que acontece no país é a marcha das Margaridas, uma marcha de camponesas e que organiza em torno de 70 mil mulheres.

Às elites econômicas e políticas restou o aprofundamento do seu modo de pensar e agir, calcado em uma demofobia persistente e no aparelhamento do Estado pelos partidos tradicionais e pelos grupos empresariais e latifundiários, a privatização dos “ativos estatais” tais como a Vale do Rio Doce como exemplo máximo deste comportamento.

Novamente, as consequências sociais e econômicas desastrosas do neoliberalismo desgastaram o consenso neoliberal e por isso o PT, agente político hegemônico do campo democrático e popular e das lutas antineoliberais, consegue conquistar a presidência da República. Não obstante, tem que governar levando em conta os limites já falados, como o enfraquecimento da sua base social e do Estado e ultra hegemonia internacional do capitalismo e dos Estados Unidos.

Nesse contexto, convém não minimizar os feitos alcançados pelo governo Lula. O fato de que nas eleições de 2006 e 2010 nenhum candidato defendeu o programa neoliberal é bastante significativo da vitória da esquerda. Embora seja verdade que o pós-neoliberalismo segue por ser

3 Sobre o neoliberalismo e o Brasil, ver Guimarães (2004), em especial o artigo “A oposição pragmática de FHC ao governo Lula” (p.49 a 54) e os artigos que vão da página 79 a 96, a saber “Os caminhos da transição” e “Por que os economistas neoliberais erram tanto?”. Para um balanço latino-americano, com ênfase na classe trabalhadora, ver Cardoso (2008).

construído, que a revolução democrática segue carecendo de um programa mais claro e consistente, o fato é que a nova configuração de classes do Brasil criou condições qualitativamente superiores para a atuação das esquerdas e do PT.

A direita está cada vez mais enfraquecida e isolada politicamente, sem programa, sobrevivendo a partir de dinâmicas regionais (governos estaduais de São Paulo e Minas Gerais, por exemplo), no controle de certas instituições que permaneceram mais fechadas à nova configuração de classes, como é o caso do Poder Judiciário e no uso pesado da grande mídia a seu favor. E a extrema esquerda não conseguiu constituir projetos e caminhos políticos alternativos para os movimentos sociais e progressistas, salvo, talvez, em algumas exceções locais (Rio de Janeiro e Belém do Pará), muito mais pelos erros petistas. É nessa conjuntura que o governo Dilma se insere.

Lulismo 2.0: os desafios do governo Dilma ante a nova configuração de classes

A situação política e social no governo Dilma é qualitativamente diferente daquela existente no início do governo Lula. Trata-se de um patamar mais avançado para as lutas sociais, a partir do êxito dos oito anos de governo petista em devolver o Brasil à rota do desenvolvimento econômico, que pela primeira vez na história foi acompanhado de uma dinâmica social sustentável. Os recuos e derrotas do período não apagam o sucesso de Lula e do PT em resolver a contradição fundamental do seu governo.

O que se quer afirmar é que surge uma nova contradição fundamental a ser resolvida no governo Dilma, qual seja, a de dar continuidade a esse projeto, ao "lulismo", levando em conta a nova situação da estrutura de classes brasileira. Desta forma, tal continuidade se apresenta possível por dois cenários, uma verdadeira bifurcação: ela pode ocorrer apenas com a manutenção do caminho "lulista" ou pode significar um salto qualitativo nesse processo. Isso está em aberto até o momento.

O primeiro cenário implica em manter a rota da atual dinâmica de desenvolvimento econômico com distribuição de renda, sem organizar reformas estruturais no Estado ou nas instituições para que estas se adequem à nova configuração de classes sociais. Nesse caso, trata-se de manter as políticas de crescimento econômico que atendem aos interesses da classe trabalhadora organizada e dos empresários, em conjunto com os programas sociais que atingem as camadas mais pobres.

Ao contrário do que pregam os "especialistas" chamados a falar pela grande mídia, e também alguns intelectuais petistas, que afirmam que o atual modelo lulista de inclusão pelo crédito e consumo está esgotado, tal continuidade é completamente plausível. Um dado ilustrativo desta possibilidade é a proporção de crédito imobiliário correspondente ao PIB nacional. No Brasil o índice está em 6% do PIB, enquanto no México esta cifra atinge 11%. Isto quer dizer que aqui é possível dobrar o crédito imobiliário, ainda assim continuar longe dos países ricos, cujas taxas são de 80%. Outro exemplo é que 40% da força de trabalho brasileira está no mercado informal (com FHC eram 60%). Ou seja, é possível manter por algum tempo uma forte geração de empregos, incorporando os jovens que entram no mercado de trabalho e esta enorme parcela informal, o que por sua vez mantém o consumo aquecido.

O segundo cenário resulta em conduzir um processo de reformas estruturais e de ampliação de direitos, isto é, efetivar o programa político da revolução democrática e do pós-neoliberalismo. A

efetivação deste cenário exige a resolução de algumas tarefas. Uma primeira é não cair em uma posição fácil para quem é de esquerda, a saber, simplesmente defender transformações radicais e universalização de direitos, sem apontar um conteúdo factível e um caminho viável para atingi-las. Um setor importante dos movimentos sociais e intelectuais que são críticos ao governo do PT por conta das contradições e impasses se fixa nessa cômoda posição de exigir o fim dos dilemas sem dizer como isso será possível, e sem o ônus de ir para a oposição. É uma postura de “ombudsman” da esquerda, que contribui para a superação dos limites enfrentados pelo campo democrático e popular no governo federal do mesmo modo que aqueles militantes “governistas” que acham que não há nenhum problema a ser superado.

Indicar o caminho, dizer como será possível é na verdade fazer política, o que exige mobilizar os grupos sociais dinâmicos em torno de projetos concretos, a partir das suas experiências efetivas de luta. Em outras palavras, mobilizar classes e frações de classe em processos de luta, aglutinação dos seus interesses, coalizão e alianças com outros atores, para atingir determinado objetivo. Para isso, é preciso entender melhor a estrutura de classes sociais do Brasil, captar as divisões entre elas (por exemplo, é um erro classificar toda a classe média como base social da oposição aos governos petistas e a eleição do Haddad como prefeito de São Paulo, com expressiva adesão destes extratos sociais, é a prova desse erro) e, principalmente, entender a nova classe trabalhadora.

Não resta dúvida que a presidenta Dilma está movimentando os agentes políticos, buscando “fazer política”. E que vem trabalhando em uma dialética de manutenção dos êxitos do governo Lula com inovação, de modo a construir algo novo, qualitativamente superior, que dialogue com a nova estrutura de classes do Brasil. A questão é, então, investigar em que medida essas inovações estão tendo sucesso em pavimentar o segundo cenário, ou se na verdade são apenas melhoramentos do projeto lulista.

É possível identificar pelo menos um eixo estratégico do governo Dilma para cada uma das classes sociais, sempre de acordo com a dinâmica de partir do que foi feito no governo Lula e inovar, buscando um salto qualitativo para atender às novas demandas.

O caso do programa Bolsa Família é sintomático da relação com a massa de pobres e excluídos que segue existindo a despeito dos êxitos obtidos entre 2003 e 2010. Não basta mais forjar e manter uma rede de proteção social. Indo adiante, o governo Dilma estabelece uma meta de erradicar totalmente a pobreza extrema e cria o programa Brasil Sem Miséria, que amplia o Bolsa Família e em paralelo muda a sua tecnologia, pois agora se trata de atingir aquelas famílias pobres que escaparam do cadastro estatal e dos critérios do programa original. Trata-se de um passo, embora tímido e bastante inseguro, em direção à universalização e à quebra das condicionalidades.

Da política econômica saem as iniciativas que visam atingir as classes trabalhadoras (novas e clássicas) e também o empresariado. No que tange ao tema das infraestruturas, o governo Lula pensou os Planos de Aceleração do Crescimento (PACs), onde o Estado realizava grandes obras e pesados investimentos por todo o país, gerando empregos – beneficiando a classe trabalhadora – e ajudando a manter a economia aquecida com as melhorias das condições estruturais da economia, o que interessa aos industriais e aos latifundiários. Este processo teve seu auge na crise econômica internacional em 2009, e não por acaso já em 2010 o Brasil apresentou um crescimento de 7,5%.

Contudo, tal dinâmica se mostrou insustentável uma vez que a economia internacional seguiu enfraquecida pela crise nos países mais desenvolvidos e diante dos limites estruturais do Estado brasileiro. O balanço recente do PAC 2, divulgado em 22 de fevereiro, ilustra as dificuldades: menos de 50% das obras concluídas. Diante deste quadro Dilma se utilizou do instrumento da redução dos juros, que teve um duplo aspecto positivo: primeiro, os juros baixos ajudam a estimular o crédito e o consumo, e a vigorosa ação dos bancos estatais para esse fim orientou o mercado como um todo. Assim, a dinâmica de estímulo da economia pelo crédito e consumo, que mais uma vez interessa aos trabalhadores e aos mais pobres – que seguem consumindo – e aos burgueses, que continuam vendendo, pôde ganhar novo folego.

Em segundo lugar, juros menores geram economia para o Estado nos custos da dívida. Graças a isso maiores somas dos fundos sociais sobram para investir em políticas públicas voltadas para a maioria da população. Este aspecto é sem dúvida o mais decisivo, e constantemente ignorado pela oposição de direita e de extrema esquerda, pela mídia tradicional e por alguns dos intelectuais e movimentos críticos.

É esta sobra de recursos no Tesouro que, aliada a uma mudança da política fiscal que já fora operada pelo governo Lula (redução do superávit primário) permite que Dilma tome iniciativas como financiar a redução da conta de luz e implementar as desonerações de impostos de produtos industrializados e dos produtos da cesta básica, com influência direta na renda das classes mais baixas, da nova classe trabalhadora e dos trabalhadores “tradicionais”. O custo de tais medidas é de cerca de R\$ 100 bilhões.

Com relação ao problema da infraestrutura, Dilma tem buscado um novo tipo de relação entre os investimentos públicos e privados, tendo em vista que apenas a ação estatal não dá conta de resolver os problemas estruturais, como a dinâmica dos PACs já havia demonstrado, sobretudo no contexto de permanência da crise econômica internacional e de uma estrutura burocrática estatal paralisante, herança do período neoliberal. Os R\$ 225 bilhões de investimentos em portos, aeroportos, estradas e ferrovias são baseados no instrumento das Parcerias Público-Privadas e concessões à iniciativa privada (o que recoloca no debate político o tema das privatizações, acusação negada pelo PT e por Dilma, que criou quatro empresas estatais para gerenciar este processo) e vão ao encontro dos interesses das elites econômicas.

Por fim, a relação com a classe média. Uma vez mais recorrendo a Singer (p.42), que registrou o crescente distanciamento deste segmento para com o PT e com Lula, em especial a partir das eleições de 2006. O escândalo de corrupção conhecido “mensalão” foi o evento político que determinou essa ruptura. Todavia, o tema da ética, sozinho, não explica este fenômeno. É preciso buscar as “raízes sociais” desta relação entre corrupção e classes médias.

Estas, majoritariamente, percebem sua experiência objetiva da piora de alguns direitos públicos como fruto da sua universalização, da ampliação para os mais pobres, e não como consequência da privatização neoliberal, que encarece o custo destes direitos transformados em mercadoria, sem sequer melhorar a qualidade. As classes médias sentem diretamente as mazelas neoliberais, mas não conseguem fazer a ligação entre neoliberalismo e piora da qualidade de vida. Terminam por atribuir os problemas à ascensão dos mais pobres, que estariam “estragando” aquilo que antes era visto como privilégio. A corrupção aparece então como a solução social e política

aceitável para este grupos, tendo em vista que defender a restrição de direitos fundamentais aqueles e aquelas que estão no topo da pirâmide, é uma posição política insustentável.

Não há como contestar que tal postura é reacionária, na medida em que coloca enormes parcelas das classes médias contra o atual processo de desenvolvimento econômico com distribuição de renda que produziu uma ascensão social inédita na história do Brasil. Entretanto é um equívoco engessar a classe média nesta posição e menosprezar os elementos objetivos que provocam esse descontentamento.

Dilma procurou dialogar com esses segmentos se afastando da política institucional brasileira. Isto, aliás, não foi um sacrifício para ela, que teve como um dos seus predicados na eleição de 2010 o fato de ser uma “gestora competente” e não uma política profissional, e que não por acaso disputava ali sua primeira eleição. A chamada “faxina ética”, que gerou a saída de vários ministros, foi resultado dessa cisão operada pela presidenta com relação à forma de atuar do ex-presidente Lula, conhecido como conciliador e articulador.

Na prática, porém, Dilma se afastou de todos os segmentos organizados, e não apenas daqueles que institucionalmente fazem política, provocando um significativo retrocesso em uma das dimensões mais inovadoras do governo Lula, a saber, a abertura do Estado brasileiro para extratos sociais que sempre se viram excluídos da institucionalidade. Desde as centrais sindicais até os movimentos rurais, passando pelos movimentos culturais e pelas vanguardas da mídia independente, todos sem exceção identificam esse recuo na dinâmica participativa da experiência petista na administração federal. O comportamento do governo de não negociar com os funcionários públicos em greve lembrou os piores momentos da gestão Fernando Henrique Cardoso e contribuiu em muito para prolongar os efeitos da paralisação.

Salvo algumas exceções, esses setores organizados não chegam a romper com o governo ou com o campo democrático popular. A maior parte deles porém perde o ímpeto de se mobilizar em defesa do governo, demonstra sinais de esgotamento e de letargia, o que abre espaço para propostas alternativas, tais como o êxito do Psol no Rio de Janeiro ou a novíssima Rede Sustentável, da ex-ministra Marina Silva.

Enfim, as movimentações e iniciativas do governo Dilma não permitem desenhar em qual cenário seu governo vai se estabelecer. Muitos apostam que suas iniciativas configuram-se apenas como continuidade do “lulismo”. Esta visão fecha os olhos às mudanças em curso e à maior clareza estratégica do seu governo. A coesão da equipe econômica com o resto do governo, por exemplo, foi algo que demorou a se constituir com Lula, ocorrendo realmente apenas no segundo mandato.

De fato, os limites destas mudanças e inclusive alguns retrocessos em determinadas posturas não permitem afirmar com certeza que o PT e esquerda aproveitarão a nova situação qualitativa para abrir o novo cenário. A própria dificuldade que a presidenta tem em se relacionar com a política em todas as suas dimensões talvez seja o maior obstáculo da conformação de um cenário de aprofundamento do pós-neoliberalismo. Afinal, cabe perguntar até que ponto Dilma não estaria sendo afetada pela pauta conservadora da antipolítica, tipicamente neoliberal, que apresenta como alternativa à corrupção a gestão tecnocrática, tão adorada pela classe média em geral?

De todo modo, convém não se apressar nas análises e conclusões: muitos daqueles que apostaram no fracasso do governo Lula, diante das dificuldades dos dois primeiros anos de mandato, ficaram a ver navios na conjuntura política pós-escândalo do “mensalão”.

Nova classe, nova cidade, nova política

Se não é possível definir com clareza com qual das duas opções de continuidade do “lulismo” o governo Dilma vai se converter, é necessário pensar as bases de uma estratégia de esquerda voltada para a nova estrutura de classes brasileira, e em especial para a nova classe trabalhadora, de modo a fortalecer a hipótese do segundo cenário.

A prioridade de se compreender este novo ator social é dada porque sua formação, suas formas de sociabilidade e suas experiências de luta não são aquelas que marcaram a criação da classe trabalhadora dos anos 1970, que veio a criar o PT, a CUT, etc. Uma pequena mostra: embora o nível de formalização de emprego no Brasil não pare de crescer, o índice de sindicalização dos trabalhadores “aumentou levemente”⁴, em dimensões bem inferiores, subindo de 16,7% do total de ocupados para 17,2%. Esta nova classe trabalhadora, portanto, não está procurando o sindicato para agir coletivamente, o que implica em toda uma experiência de classe distinta.

Existe um acordo geral entre os que se dedicam a pensar e estudar esta nova classe quanto a sua diversidade. Ela é composta por milhões de novas mulheres e homens que saíram da pobreza e passaram a se relacionar com o mundo do trabalho e com o mercado de consumo por vários caminhos diferentes. Uns entraram pelo Bolsa Família, outros recebiam salário mínimo e com a ampliação do valor feita pelo governo Lula puderam consumir mais; um grande número foi incorporado pelo processo de criação de milhões de novos postos de trabalho, ao passo que outro contingente relevante ascendeu montando pequenos negócios próprios - algo que antes do governo Lula era improvável, pois novos empreendimentos deste tipo não se sustentam em tempos de recessão: mercearias, cabeleireiros, confecções, lojas de informática, restaurantes, bares, muitas vezes contando só com o trabalho familiar, sem contratar nenhum trabalhador, ou empregando poucas pessoas.

Neste sentido, o primeiro equívoco pode ser justamente o de definir a priori características gerais para este segmento. Esta é a principal discordância com relação às elaborações de André Singer. Em suas reflexões sobre os sentidos do “lulismo” ele afirma que o subproletariado (fração de classe de onde sai esta nova classe trabalhadora) é portador de um “conservadorismo popular”: possuem valores políticos que agregam o desejo de ascensão social via ação do Estado e ao mesmo tempo repudiam qualquer desestabilização da ordem. (p. 57-59). Por conta desse “conservadorismo popular” o PT e Lula teriam sido incapazes de atingir esse subproletariado nos tempos de radicalidade, só os conquistando depois da chegada ao poder, devido à ação do governo para reduzir a desigualdade e à moderação política do presidente e de seu partido.

Partindo de Gramsci, pode-se problematizar a ideia de conferir à nova classe trabalhadora um conjunto de valores definidos como “conservadorismo popular”. O revolucionário italiano se baseou nas formulações de Marx sobre *ideologia* e conferiu um tratamento diverso ao tema, ampliando a sua abrangência. O conceito de *ideologia* ganha uma concretude maior na noção de

4 Dados disponíveis em http://www.dmtemdebate.com.br/abre_noticia_colunista.php?id=20, elaborados por Walter Arno Pichler e consultados em 27/03/2013.

concepção de mundo. É por ela que fica claro o vínculo das pessoas com algum grupo social. “Somos conformistas de algum tipo de conformismo, somos sempre homem-massa ou homem coletivo” afirma Gramsci. (2006: 94) Pertencemos a algum grupo social que possui determinados valores e ideias que são distintas de outros grupos. A questão, então, seria para Gramsci “qual tipo histórico de conformismo, de homem-massa fazemos parte?” (idem) E segue o autor:

*quando a concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a **uma multiplicidade de homens-massa**, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. **Criticar a própria concepção de mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído** (Idem, grifo meu). ANDERSON, Perry. “Introdução”. In: ANDERSON, Perry e CAMILLER, Patrick (orgs). *Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996*

É possível que esta passagem, que contém uma definição mais fecunda do conceito de *concepção de mundo*, abra o caminho para desenvolvimentos mais virtuosos para a análise do momento atual em nosso país, do que aquilo que André Singer chamou de “conservadorismo popular” típico do “subproletariado”. Ademais, o conceito de hegemonia do revolucionário italiano pode ajudar sobremaneira estas reflexões, pois ajuda a entender que as classes dominantes exercem uma influência sobre as classes subalternas que vai além da dominação e da coerção, que é sobretudo consenso.

Seguindo as indicações de Gramsci, é totalmente compreensível que o tema da manutenção da ordem permaneça firme nas preferências políticas do “subproletariado”, uma vez que tal noção é mobilizada de forma central no Brasil desde a independência, quando o Império agiu para impedir agitações com o argumento de que isso levaria à fragmentação territorial; e que foi atualizada e massificada por Getúlio Vargas, que construiu sua liderança popular no processo de criação dos direitos trabalhistas sempre apelando para um ideal de sociedade ordenada e pacificada, onde todos colaborassem para o progresso comum. Não custa lembrar que o argumento central tanto do golpe militar de 1964 quanto da própria transição democrática pactuada por cima foi justamente esse.

Assim, concordando com o realinhamento eleitoral identificado por Singer, de que desde 1989 os pobres aderiram ao candidato vitorioso, é possível localizar melhor o tema da moderação política de Lula e do PT. Este processo de “desradicalização” do PT traçou seu curso decisivo a partir de 1995, com a eleição de José Dirceu para presidente do partido, após a derrota de Lula nas eleições de 1994. E ainda assim o PT permaneceu distante dos pobres nos pleitos de 1998 e 2002.

Em 2002 o processo de moderação atingiu seu ápice. O PT escolheu para ser candidato a vice presidente na chapa com Lula um grande empresário filiado a um partido de direita, José Alencar. E naquele ano a campanha de Lula lança a famigerada “Carta ao Povo Brasileiro”, na qual o candidato, se eleito, firmava seu compromisso com a manutenção dos contratos e com a estabilidade econômica.

Apesar de todo o esforço, novamente os pobres não vieram. Obviamente que, em um processo eleitoral, estas medidas que visavam mostrar um candidato equilibrado e um partido distante do radicalismo original visavam quebrar as possíveis resistências existentes em todas as classes sociais, de modo a angariar mais votos. Entretanto, estrategicamente a moderação “paz e amor” de Lula visava muito mais os agentes da elite econômica brasileira e internacional que possuem enorme capacidade de desestabilizar um pleito presidencial, podendo (na avaliação do campo majoritário petista na época) inviabilizar a vitória de Lula, assim como o próprio governo. As medidas econômicas conservadoras dos primeiros dois anos parecem confirmar esse raciocínio, e não é a toa que a própria popularidade do presidente cai bastante em 2004.

A “marcha para os pobres” liderada por Lula ganha substância com as medidas do seu governo que melhoraram a vida concreta dos brasileiros, tais como o estabelecimento da rede de proteção social ampla, com o Bolsa Família sendo o carro chefe e a valorização do salário mínimo. O escândalo do “mensalão” deu o impulso político que faltava a esse movimento, é a fortuna que virou virtude, o momento Maquiavel de Lula e do PT. Enfim, muito menos o conservadorismo e muito mais o popular cimentaram a exitosa relação entre Lula e a massa de pobres. E a transformação destes em nova classe trabalhadora foi o divisor de águas do projeto “lulista” com relação aos demais projetos econômicos que momentaneamente melhoraram a vida desse enorme contingente, sem, contudo provocar mobilidade social.

A cisão que o PT e Lula provocaram no bloco histórico liderado pelas classes dominantes, e que teria resolvido a “questão meridional” brasileira, como bem registrou Singer, foi na verdade mais positiva do que o conceito de “conservadorismo popular” deixa transparecer. Convém registrar mais uma vez que nas últimas eleições presidenciais simplesmente nenhum candidato se apresentou à população defendendo o programa neoliberal. Alckmin em 2006 e Serra em 2010, candidatos do PSDB, seguiram escondendo o ex-presidente FHC, as privatizações e a ortodoxia econômica. O fato do PT ter conseguido uma vitória eleitoral, pela primeira vez sem ter o Lula como candidato, apresentando uma candidata mulher e sem experiência anterior com um mandato eleito, é outro indício positivo das potencialidades da esquerda brasileira.

Em suma, se esta nova classe trabalhadora não pode ter suas concepções e valores cristalizados em uma dimensão apenas, pode-se intuir certas direções e caminhos que ajudam a pensar o cenário da continuidade do “lulismo” com uma mudança qualitativa do projeto. E isso pode ser operado sem ignorar a análise sobre a correlação de forças desfavorável à aprovação de reformas estruturais no Congresso brasileiro, que segue dominado majoritariamente por parlamentares conservadores.

Essa mudança qualitativa pode ser feita por outras vias, a partir dos valores típicos de um projeto “popular” já presentes na nova classe, somando com outros dois elementos: primeiro, o fato de que um número expressivo dessa nova classe segue se reconhecendo como trabalhadores e trabalhadoras, e não como “classe média”. Segundo, o fato de que essas pessoas, na sua quase totalidade, não mudam de lugar uma vez em processo de mobilidade social. Seus vínculos com o bairro pobre onde nasceram e/ou cresceram permanecem, com um sentimento comunitário de pertencimento, o que produz mobilizações pela melhoria dos problemas locais sem depender do poder público⁵.

⁵ Jessé de Souza (2010) é provavelmente quem melhor chama atenção a estes dois fatos.

Essas três dimensões se encontram na geografia, no lugar em que mora a nova classe trabalhadora, e é nela que podem adquirir uma dimensão política qualitativamente diferente. Afinal, a nova classe trabalhadora habita majoritariamente as grandes e médias cidades do Brasil, seja naquelas que já eram enormes concentrações urbanas ao final da ditadura militar, seja naquelas que se dinamizaram e cresceram com o desenvolvimento econômico e social do governo Lula.

E não há como negar que a vida nas cidades piorou muito nesses dez anos de desenvolvimento. O aumento da quantidade de carros em circulação congestionou as ruas das cidades; os novos postos de emprego continuam sendo gerados nos locais mais distantes dos bairros populares, levando a nova classe trabalhadora a fazer deslocamentos enormes em um transporte público de péssima qualidade; as periferias, favelas, “comunidades”, bairros populares, seguem carentes de opções de lazer e cultura, enquanto esta nova classe trabalhadora tem cada vez mais condições sociais e financeiras de desfrutar desse direito outrora restrito aos mais ricos; as melhores opções de ensino superior também estão distantes da juventude dessa nova classe, que entra nas universidades pelo Prouni e precisa fazer um esforço gigantesco para estudar, saltando de um lado a outro da cidade, em uma tripla jornada diária.

Este descompasso entre a mobilidade social da nova classe trabalhadora e uma estagnação no que tange ao direito de morar, de ir e vir, de viver bem, de se divertir, já foi inclusive identificada por frações do PT, como ficou claro no programa e na campanha de Haddad à prefeitura de São Paulo. As eleições municipais de 2012, aliás, mostraram a urgência dessa questão. As forças da situação tiveram muita dificuldade em ganhar as eleições, com as oposições vencendo em importantes centros, entre outros, São Paulo, Curitiba, Salvador e Belém do Pará. Em outras capitais a base de sustentação da prefeitura se dividiu, e com derrota do candidato do prefeito, como em Recife e Fortaleza. E mesmo onde os prefeitos se reelegeram, no Rio de Janeiro e Belo Horizonte, enfrentaram pesadas oposições, que quase provocaram um segundo turno na capital mineira.

Por suposto que diversos outros fatores influenciaram esses resultados, tais como o poder econômico (Fortaleza), erros do partido que tem a prefeitura (Recife), papel do ex-presidente Lula e da presidenta Dilma (São Paulo) formação de uma grande coalizão de partidos (Rio de Janeiro), entre outros. No entanto, é inegável que a insatisfação da cidadania com as grandes e médias cidades não para de crescer, e que a nova classe trabalhadora, que é quem mais sofre com os problemas urbanos, pode ser a base social das transformações estruturais que o modo de vida do brasileiro precisa sofrer.

Não obstante esta possibilidade, tornar essa nova classe trabalhadora em base social de transformações profundas é algo que gera novos desafios. Como já foi dito, essa nova classe não busca os processos de solidariedade da classe trabalhadora “tradicional”, como o sindicato por exemplo. Isto implica em criar novas formas de mobilização para esta nova classe, isto é, criar uma nova política para a nova configuração de classes.

O tema da nova política está na moda, na Europa em crise e no Brasil em desenvolvimento. No velho mundo a crise econômica que tem devastado empregos e direitos aprofundou uma crise de representação que já se anunciava em algumas décadas, desde que a social democracia passou a

se confundir com o neoliberalismo. O próprio crescimento da extrema direita deriva disso⁶. Parcelas cada vez maiores das cidadãs e cidadãos ou se abstém das eleições ou engrossam o coro dos “insatisfeitos”, migrando em profusão para movimentos e partidos não tradicionais, como Partido Pirata na Alemanha, o Partido do Futuro na Espanha e o Movimento Cinco Estrelas na Itália.

Aqui no Brasil, todavia, este processo é limitado às frações da classe média que romperam com o PT depois do “mensalão”. Vale registrar que a própria adesão deste extrato social ao projeto petista se deu pelo debate da ética, bandeira levantada à exaustão pelo partido nos anos 1990. Ou seja, não foi uma relação programática com o PT e com o campo democrático e popular, e sim uma expressão histórica da incapacidade de parte da classe média em perceber a piora da sua condição de vida como fruto do neoliberalismo, atribuindo os problemas à corrupção, que de fato existia. Em verdade, os êxitos eleitorais expressivos do Psol no Rio de Janeiro em 2012 e da Marina Silva nas grandes cidades em 2010 são concentrados na classe média, e o mapa eleitoral desses pleitos coincide bastante com aqueles do PT ao longo dos anos 1990.

Mas é igualmente correto perceber que esses agentes ainda podem ser mobilizados pelo “lulismo”, como ocorreu na eleição do Haddad. E que, portanto é possível estabelecer uma nova política a partir do PT e não por fora dele, renovando as formas de mobilização coletiva, mobilizando o que há de melhor na tradição da cultura política petista no que tange aos processos de participação popular e de organização de base.

As soluções estruturais para os problemas desta nova classe trabalhadora estão sim ao alcance da ação política do PT e da sua base social por dentro do Estado, e embora constrangimentos institucionais existam - crise econômica e despreparo do aparelho estatal - eles são menores do que enfrentar o parlamento conservador por reformas. E tais constrangimentos serão mais facilmente superados na medida em que o PT e seu campo se conectarem de forma orgânica com as forças vivas que fazem política por fora do Estado, o que aconteceu com sucesso em São Paulo nas eleições municipais de 2012.

Finalmente, a partir de uma nova política o PT pode mobilizar essa nova classe trabalhadora - que na sua maioria já se referencia no seu projeto, tanto que votou majoritariamente em Lula e Dilma - para construir uma nova cidade, agregando assim qualidade cidadã, de direitos, política e cultural, autonomia para as mulheres, liberdades para a juventude ao processo de mobilidade social em curso.

A história do Brasil é um elemento extra para apostar no sucesso dessa hipótese. Todos os processos de mobilidade social da nossa história, que terminaram por produzir novas configurações de classe, foram mobilizados por movimentos de esquerda, progressistas, nacionalistas, contestatórios, a fim de produzir mudanças estruturais na sociedade como um todo. Foi assim nos anos 1910 e 1920, quando a urbanização e industrialização incipientes começaram a formar uma classe média crítica e um proletariado organizado. Crescimento do sindicalismo, surgimento do comunismo, do modernismo, do tenentismo são todas expressões políticas da nova estrutura de classes que estava sendo forjada naquele período, em um processo que acabou capturado e dirigido por Vargas.

6 Sobre social democracia e neoliberalismo, ver Anderson (1996: 9-33) e Bensaid (2008).

Situação igual ocorreu nos anos 1950 e 1960, com o projeto da industrialização massiva e as ondas de migração rural produzindo uma nova classe trabalhadora. Novamente o crescimento do sindicalismo, a força do comunismo, as correntes do desenvolvimentismo, nas manifestações culturais do nacional-popular, como cinema novo e CPC da UNE, são as formas políticas da nova configuração de classes daquele momento, dinâmica essa que foi interrompida e resignificada pela ditadura militar.

A criação mais recente (1970/1980) de uma nova estrutura de classes foi justamente aquela que gerou o PT, a CUT, o MST, quando o projeto de modernização do capitalismo levado a cabo pelos militares se completou. A nova classe trabalhadora, altamente concentrada e qualificada se organizou para criar uma nova política, tendo em vista que as velhas expressões da esquerda haviam parado nos modelos do pré-1964. Nos anos 1990 o neoliberalismo solapou as bases desta configuração de classes, e em paralelo gerou crise no consenso dominante, o que foi aproveitado pelo PT para chegar à presidência da República.

Cabe ao PT agora entender esta nova configuração de classes e propor uma nova política que se adeque ao novo Brasil. É preciso preparar um terreno onde possa brotar imaginação política que tenha sensibilidade para ser afetada pelos novos tempos. As vantagens do petismo nesse processo são imensas, uma vez que foi o seu projeto que gerou tal novidade política e social, e que tem mais condições de dar a esta nova classe uma consequência estrutural correspondente, produzindo novas cidades e novas cidadanias para as trabalhadoras e trabalhadores.

Josué Medeiros é doutorando em Ciência Política pelo IESP/UERJ, pesquisador do Observatório Político Sul-Americano e professor substituto de Interpretações do Brasil e de Geopolítica na UFRJ.

Bibliografia:

ANDERSON, Perry. "Introdução". In: ANDERSON, Perry e CAMILLER, Patrick (orgs). Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANTUNES, Ricardo. Uma esquerda fora do lugar. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006.

BENSAID, Daniel. Os Irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo, 2008.

CARDOSO, Adalberto. "Sindicatos e Pós-Neoliberalismo na América Latina". In:

SOARES de Lima, Maria Regina (org). Desempenho de Governos Progressistas no Cone Sul: Agendas alternativas ao Neoliberalismo. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere Volume 1: Introdução ao Estudo da Filosofia; A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GUIMARÃES, Juarez. A Esperança Equilibrada. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

MINEIRO, Adhemar S. "Comentários sobre a política econômica brasileira entre 2003 e 2008". In: BUSTOS, Pablo (org). Consenso Progressista: Política Económica de los Gobiernos Del Cono Sur. Elementos Comunes, Diferencias y Aprendizajes. Buenos Aires: 2010.

NERI, Marcelo. A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.

OLIVEIRA, Francisco. "Hegemonia às Avessas". In: OLIVEIRA, Francisco, BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele (orgs). Hegemonia às Avessas. São Paulo: Boitempo, 2010.

POCHMANN, Marcio. Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POMAR, Wladimir. Debatendo classes e luta de classes no Brasil. Publicação Interna do PT. 2013.

RICCI, Rudá. Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2010.

SINGER, André. Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. Os Batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

TIBLE, Jean. "¿Uma nueva classe media em Brasil? El lulismo como fenómeno político-social". In: Nueva Sociedad, nº 243, enero-febrero 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. "As peculiaridades dos ingleses". In: NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (Orgs). E. P. Thompson: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001.

_____. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

O fenômeno político do lulismo e a construção de uma nova classe social

Jean Tible

Para Márcio Ricardo de Carvalho, *in memoriam*

O Brasil, outrora o campeão mundial da desigualdade a está diminuindo. Uma forte ascensão social se produziu na última década e tem suscitado um amplo debate político e acadêmico que interessa aos movimentos, universidades, governos, organizações internacionais e empresas. Sem dúvida, algo forte ocorreu no Brasil nos últimos dez anos, o que alguns chamam de “orkutização” do país. Em 2005, um ano após sua criação, o Orkut é traduzido para o Português e, a partir daí, esta rede torna-se tão popular no Brasil que o Google passa seu controle para a filial brasileira, pois os brasileiros representavam metade do público total. Se esta palavra é usada com conteúdo pejorativo por alguns, que lamentam a (surpreendente) apropriação popular e “invasão” de ferramentas antes restritas e exclusivas de uma elite principalmente branca e universitária, ela expressa, sobretudo, uma popularização em amplos setores que veio para ficar¹.

A “orkutização” é usada como metáfora para a ascensão social de milhões de brasileiros – e a chegada em universidades, aeroportos e outros espaços sociais antes fechados – ocorrida durante os governos dos últimos dez anos. Este artigo busca apresentar e discutir algumas questões sobre o chamado lulismo. Nesse sentido, após apresentar alguns números acerca da redução da desigualdade no Brasil e uma breve caracterização deste fenômeno político, alguns pontos são problematizados: trata-se de uma nova classe média ou trabalhadora? Qual é a leitura que fazem desse fenômeno o governo brasileiro e o Partido dos Trabalhadores (PT)? Quais as visões políticas e acadêmicas desta ascensão social? Quais perspectivas esta abre?

A década da queda da desigualdade

Na contramão dos países desenvolvidos – a desigualdade aumentou em todos os países da OCDE desde 1985 (salvo na França e Bélgica) –, no Brasil tem diminuído. Se seu crescimento econômico é mais modesto que o dos demais Brics, acompanha-se, no entanto, de redução das disparidades. Nesses, impera um crescimento “tradicional”, com aumento das desigualdades: na Rússia, o Índice de Gini passa de 0,22, em 1992, para 0,44, em 2008; e na China, Índia e África do Sul, a renda dos 10% mais ricos têm crescido mais que a dos 10% mais pobres².

Os números da PNAD/IBGE³ indicam que entre 2001 e 2009, a renda dos 10% mais ricos aumentou 16% e a dos 10% mais pobres quase dobrou (91%). Em 2011, o país atingiu o menor nível de desigualdade desde os primeiros registros nos anos 1960 (embora permaneça altíssimo). Surge, segundo o economista Marcelo Neri, a nova classe média: mais de 39 milhões entram na classe C entre 2003 e 2011, considerando uma renda entre 1.200 e 5.174 reais mensais. Em 2011, representam 105,5 milhões de brasileiros⁴.

¹ VIANNA, Hermano et alii, “Orkutização do cotidiano brasileiro” em Vozes da Classe Média, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Presidência da República, Brasil, 2012.

² NERI, Marcelo, A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide, São Paulo, Saraiva, 2012, p. 23;56.

³ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁴ NERI, Marcelo, p. 27.

Esse dinamismo social se manifesta diferencialmente em termos regionais, espaciais e sociais, pois a renda sobe 41,8% no Nordeste contra 15,8% no Sudeste, mais na periferia do que no centro de São Paulo e é mais forte nas regiões rurais do que nas urbanas. É também observado um mais contundente crescimento da renda das mulheres (38% contra 16% dos homens) e dos negros (a dos pretos sobe 43,1% e dos pardos 48,5% contra 20,1% dos brancos)⁵. Em suma, grupos tradicionalmente mais pobres viram sua renda crescer mais do que a dos demais segmentos da população, ainda mais significativos se considerarmos o racismo e patriarcado brasileiros.

Tem-se a “década da redução da desigualdade” (2003-2012), o que se reflete no chamado Ranking da Felicidade (Gallup World Poll), que indica um aumento do índice de satisfação com a vida. Se, em 2001, o Brasil estava no 44º lugar, em 2006, passou a ocupar o 23º e, em 2011, alcança a liderança entre 132 países⁶. Isto se reforça no levantamento do Boston Consulting Group (BCG), que mostra que o Brasil teve o maior ganho de bem estar em cinco anos, a partir de um Índice de Desenvolvimento Econômico Sustentável, tendo por base 51 indicadores, obtidos de fontes do Banco Mundial, FMI, ONU e abrangendo 150 países. O desempenho brasileiro deve-se, sobretudo, à melhora na distribuição de renda e ao aumento da escolaridade⁷.

Lulismo

Ganha corpo, nesse sentido, o lulismo como fenômeno político. O governo Lula e suas políticas sociais de combate à pobreza e à miséria, o aumento do salário mínimo, da proteção social e dos créditos para o andar de baixo geraram um grande dinamismo econômico e uma ativação do mercado interno e isto sem ruptura de contratos, como já o apregoara a *Carta aos Brasileiros*, escrita durante a campanha eleitoral de 2002. Estas políticas – incluindo a universalização da eletricidade, o acesso à universidade via cotas sociais e raciais, a grande criação de empregos – deslocam o apoio dos mais pobres, que antes temiam Lula e não apoiavam o Partido dos Trabalhadores (PT), cuja base se concentrava nos trabalhadores organizados e setores médios. Seus efeitos, somados ao contexto da crise do dito mensalão, provocam um “realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006, surgindo o lulismo”⁸, tendo em vista que este escândalo não afeta o apoio dos mais pobres, mas sim o dos mais abastados.

Para o cientista político e ex-porta-voz da Presidência da República, tal realinhamento diz respeito à uma mudança-chave do eleitorado abre um ciclo político longo, fazendo um paralelo com o ocorrido nos Estados Unidos com o governo Franklin Delano Roosevelt. Um novo ciclo marcado por uma agenda de combate à pobreza. O lulismo seria, assim, o “encontro de Lula como liderança com uma fração de classe, o subproletariado”⁹. Por meio do emprego formal, o subproletariado chega à condição proletária e, desse modo, “o lulismo constitui a ruptura *real* da articulação anterior, ao *descolar* o subproletariado da burguesia, abrindo possibilidades inéditas a partir dessa *novidade histórica*”, criando “um bloco de poder novo”¹⁰. De acordo com Singer, o subproletariado, fração de classe, apesar de majoritário, enfrenta dificuldades para criar suas

⁵ NERI, Marcelo, p. 33.

⁶ NERI, Marcelo, p. 46.

⁷ *Valor*, 27 de novembro de 2012, p. A8

⁸ SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Cia das Letras, 2012, p. 13.

⁹ SINGER, André, p. 29.

¹⁰ SINGER, André, p. 44-45.

próprias organizações. Dessa forma, surge com força na política com o governo Lula, sendo por seu tamanho decisivo nas eleições, sobretudo no Nordeste.

A ação do governo Lula acabou sendo a concretização de um programa dessa fração de classe, isto é, crescimento com estabilidade – sem confronto com a ordem – e ajuda aos mais pobres. Nesse mesmo espírito, Neri coloca que “a volta do crescimento, desde 2004, torna o processo redistributivo num jogo de somas positivas, no qual o ganho de maiores fatias do bolo pelos mais pobres não implica em perdas absolutas dos mais ricos”¹¹. Tal estratégia lulista ataca o que era, na visão de alguns intérpretes do Brasil – como Caio Prado Jr. e Celso Furtado –, um nó no desenvolvimento brasileiro, já que um “aspecto interessante da contradição brasileira é que a 'grande massa' empobrecida *abria e fechava simultaneamente as perspectivas de desenvolvimento autônomo do país*”¹².

A miséria limitava de forma decisiva o potencial de mercado interno, reforçado por heranças sociais como a escravidão. O distribuir para crescer parece estar desatando esse nó. Trata-se, no entanto, de um fenômeno contraditório; “conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento”. E nesse equilíbrio entre reformas e concessões, vislumbra-se uma redução paulatina das gritantes desigualdades brasileiras, em processos vagarosos, como os da abolição da escravidão, do declínio das oligarquias no período republicano e do coronelismo¹³.

Que “nova classe”?

Melhoras significativas no padrão de vida do andar de baixo, fruto de mobilizações sociais e políticas públicas. Como pensar estas transformações? Uma clivagem: à existência de uma nova classe média, outros autores propõem a compreensão de uma nova classe trabalhadora. O economista Marcelo Neri foca sua análise em “estratos de renda, econômicos”, isto é no “bolso, a parte mais sensível da anatomia humana”. A nova classe média, para ele, tem como sonho subir na vida e é percebida no sentido estatístico, pois “compreendida entre aqueles acima da metade mais pobre e um pouco abaixo dos 10% mais ricos”¹⁴. Já o sociólogo Jessé de Souza, a partir de uma pesquisa teórica e empírica (com trabalhadores do telemarketing, feira de Caruaru, mercado Ver-o-Peso de Belém e rurais), questiona contundentemente esta compreensão. Ao pensar em termos de uma “nova classe média”, existe uma tentativa de encobrir as classes e seus conflitos. Para o autor, “os indivíduos são produzidos 'diferencialmente' por uma 'cultura de classe' específica” e, assim, isso escapa tanto ao “economicismo liberal” quanto ao “marxismo tradicional”. São tornados invisíveis fatores não econômicos que dão origem e reproduzem a desigualdade social na forma de transferência de valores e reprodução de privilégios, abrindo ou reduzindo possibilidades (casamentos, amizades, relações...) ¹⁵.

¹¹ NERI, Marcelo, p. 45.

¹² SINGER, André, p. 17.

¹³ SINGER, André, p. 9;17.

¹⁴ NERI, Marcelo, p. 17-20.

¹⁵ SOUZA, Jessé de. *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012, p. 22.

As classes médias não possuem tanto o capital econômico e mais um capital cultural, na forma de conhecimentos, qualidades e disposições valorizados para a reprodução do Estado e do mercado, havendo um privilégio de classe. Por outro lado, forma-se uma nova classe trabalhadora, que conseguiu, a duras penas e esforços conquistar uma condição social melhor. Superexplorada, efetuando longas jornadas, conciliando trabalho e escola e contando, em geral, com a ajuda de um capital familiar e valores de trabalho duro e continuado, surge esta nova classe. Pensar em termos de uma “nova classe média” impede de perceber essa superexploração. Nova, pois Jessé de Souza a insere no contexto de um capitalismo flexível, que poupa gastos com controle e supervisão ao fazer crer que o trabalhador é autônomo e livre; um fábrica generalizada a céu aberto, num novo regime de trabalho.

A ênfase no termo “nova classe média” e seu suposto peso na população (metade da população faria parte desta) olvida a desigualdade como traço estrutural do capitalismo brasileiro, que continua um dos mais desiguais (17º do mundo, 4º da América Latina): seu Índice de Gini é de 0.508, enquanto é de 0.290 na Alemanha, 0.308 na França e 0.244 na Suécia¹⁶. Os 20% mais ricos ficam com quase 60% dos rendimentos e “os 10% mais ricos recebem uma renda média quarenta vezes superior aos 10% mais pobres”, sem esquecer da profunda desigualdade na estrutura fundiária, na qual 40 mil proprietários concentram 50% das áreas agricultáveis¹⁷. Um país no qual 30% dos domicílios não têm simultaneamente as “condições mínimas: água tratada, coleta de esgoto por rede ou fossa séptica, recolhimento de lixo e eletricidade”. E onde vemos a continuação de um racismo institucional robusto: apesar da considerável melhoria na renda dos negros, a taxa de homicídio dos negros aumentou ligeiramente, enquanto a dos brancos diminuiu nos últimos dez anos¹⁸. Ademais, “nove em cada dez postos de trabalho criados no setor formal têm remuneração inferior a três salários mínimos (R\$ 1.635,00)”, concentrando-se no setor de serviços, e “o rendimento médio real trimestral dos assalariados, volta a crescer depois do desastroso resultado da década de 1990, não acompanha a velocidade dos ganhos de produtividade”¹⁹.

Haveria queda na desigualdade da renda, mas não da riqueza? Uma dificuldade se situa no fato das rendas do capital estarem subestimadas na PNAD/IBGE. Assim, o economista Fernando da Costa propõe cruzar seus dados com o do Imposto de Renda, o que está nos planos do novo presidente do IPEA, Marcelo Neri²⁰. Contra-argumentaria Wladimir Pomar que os ricos jamais declaram suas rendas reais, nem para o Imposto de Renda²¹... A economista Leda Paulani insiste no fato de 80% da dívida pública estar nas mãos de 20 mil pessoas²² e tal argumento reforça-se com a explosão do mercado de luxo no país. Nesse debate, ainda em aberto, Marcio Pochmann e Singer responderiam, no entanto, com o aumento da participação do rendimento dos

¹⁶ *O Estado de São Paulo*, 29 de novembro de 2012, p. A27.

¹⁷ BARBOSA, Alexandre de Freitas (org.). *O Brasil Real: a desigualdade para além dos indicadores*. São Paulo, Outras Expressões, 2012, p. 139.

¹⁸ WAISELFSZ, Julio Jacobo. *O Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro, CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPIR/PR, 2012.

¹⁹ BARBOSA, Alexandre de Freitas, p. 42-43.

²⁰ NERI, Marcelo. “Pretendo estudar a renda dos mais ricos”, *Revista Época*, Outubro de 2012.

²¹ POMAR, Wladimir. *Debatendo classes e luta de classes no Brasil*. São Paulo, SRI-PT, 2012, p. 12.

²² PAULANI, Leda. “Lula: governo amigo do capital financeiro”. *IHU On-Line*, 8 de outubro de 2007.

trabalhadores na renda nacional (de cerca de 15% desde 2004, contrariando a tendência inversa que vinha desde a década de 1960)²³.

Debates no PT e no governo

Esse debate (nova classe média ou trabalhadora) aparece no seio do governo federal e do principal partido de esquerda. A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), chefiada por um ministro do PMDB, define a classe média como renda per capita entre R\$ 291 e R\$ 1.019. 54% da população brasileira seria classe média e 30 milhões (15% da população) na última década passaram de um rendimento per capita abaixo de R\$ 250 para um rendimento maior, afirmam o ministro Moreira Franco e seu secretário Ricardo Paes de Barros²⁴. Isto é reiterado em estudo da SAE, “Vozes da Classe Média”, em parceria com a Caixa Econômica Federal e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o apoio da Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

A presidenta Dilma Rousseff refere-se constantemente ao objetivo de tornar o Brasil um país de população de classe média²⁵. Isto se liga ao empenho declarado durante a campanha em 2010 de acabar com a miséria no Brasil, que no início do seu mandato correspondia a 17 milhões de pessoas e se concretizou, com o lançamento dos programas Brasil Sem Miséria e Brasil Carinhoso. O governo calcula que, com a primeira fase deste programa – beneficiando famílias extremamente pobres com filhos de até seis anos – o número tenha baixado para pouco menos de dez milhões e na segunda – chegando igualmente a famílias com crianças e jovens de sete a quinze anos – deve diminuir para menos de três milhões²⁶. No início de 2013, o benefício foi estendido para todas as famílias cadastradas no Bolsa Família, ainda na faixa de renda de extrema pobreza, e o governo calcula a permanência de 700 mil famílias nesta situação, colocando-se como desafio encontrá-las. Cabe lembrar que o lema do seu governo é “país rico é país sem pobreza”.

No entanto, parece haver certa distância entre o discurso do governo federal e o do Partido dos Trabalhadores. A mudança na presidência do Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (IPEA) liga-se a esse ponto. Enquanto o presidente atual, Marcelo Neri, lançou o livro *A Nova Classe Média*, a partir de estudos que coordenou no âmbito do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV), Marcio Pochmann defendeu posição distinta, ao publicar o livro *Nova Classe Média?*, antes de deixar a presidência do IPEA para disputar a prefeitura de Campinas. E Pochmann acaba de assumir a presidência da Fundação Perseu Abramo, que deve divulgar nas próximas semanas uma ampla pesquisa sobre esse tema da “nova classe”.

Haveria um curto circuito dos discursos entre partido e governo neste debate ou tratar-se-ia de ângulos distintos? Os quadros petistas insistem em pensar esta ascensão social em termos de uma classe trabalhadora, em detrimento de uma classe média em ascensão, que seria o discurso governamental (embora com matizes dentro do governo). Por exemplo, o dirigente nacional do PT José Dirceu afirma, ao entrevistar Marcio Pochmann para o seu site, que a ascensão foi de

²³ POCHMANN, Marcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2012. SINGER, André.

²⁴ MOREIRA FRANCO e PAES DE BARROS, Ricardo. “O que define a classe média”, *Valor*, 09 de julho de 2012.

²⁵ Ver, por exemplo, *Financial Times*, 2 de outubro de 2012 e *El País*, 18 de novembro de 2012

²⁶ Secretaria de Comunicação Social da Presidência, “Brasil Carinhoso é ampliado para tirar mais 7,3 milhões de brasileiros da pobreza extrema”, Boletim 1668, 30 de novembro de 2012.

trabalhadores e lhe pergunta se estes teriam virado classe média. Pochmann reconhece a mudança em curso e a mobilidade social no Brasil contemporâneo, mas defende – junto com André Singer e Jessé de Souza, como vimos acima – que “a classe média não se percebe exatamente pela renda. Classe média é um padrão de consumo, de estudo, de futuro”. E coloca que “a agenda de políticas nas quais o Estado deve atuar difere quando se fala de classe média ou de classe trabalhadora. A classe média não necessariamente está preocupada com políticas universais”. Ademais, coloca uma preocupação constante de muitos quadros petistas, a saber, a politização dessa “nova classe”; pensa Pochmann ser “importante que os sindicatos, as associações de bairros, os partidos políticos identifiquem como construí-la para este novo segmento, porque ele poderá, inclusive, liderar a maioria política da organização do país nos próximos anos”²⁷. Isso é reiterado por Artur Henrique, ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), compreendendo-a como nova classe trabalhadora e a pensando em disputa entre valores individualistas e consumistas neoliberais, por um lado, e valores coletivos, de solidariedade, por outro. O desafio da esquerda, assim, seria de “elevar a consciência crítica desses trabalhadores”²⁸.

Politização

Alguns autores defendem – à direita (Bolívar Lamounier e Amaury de Souza) e à esquerda (Rudá Ricci) – que ocorreu uma inclusão via consumo e que esta é – ou será – conservadora. Um aumento do padrão de consumo, ascensão social e presente/porvir conservador. Os primeiros defendem (e esperam) que se tornem uma classe média “clássica”, isto é, conservadora, tentando situar seus méritos mais num triunfo do mercado (e das políticas de Fernando Henrique Cardoso) e enfatizando a corrupção como um problema decisivo no Brasil²⁹. A maior tolerância para com a corrupção por parte do andar de baixo se deveria à falta de capital social como o da classe média tradicional. Numa ausência de visão “crítica”, pensariam só com o estômago. Daí a volta à tona do termo populismo.

E o segundo lamenta a alienação dos setores ascendentes. O sociólogo Rudá Ricci defende se tratar de uma nova classe média por ser menos “politizada” e “ideologizada”, possuindo pouco interesse público e sendo mais “pragmática”, pois “o lulismo opera a partir da integração, pela tutela do Estado, das massas urbanas e rurais ao mercado de consumo de classe média, que historicamente formaram linhagens de pobres e marginalizados, formando uma árvore genealógica do ressentimento, cinismo e desconfiança em relação à política e à institucionalidade pública vigente. A inclusão pelo consumo define sua relação com sua base social e dá o tom do conservadorismo lulista”³⁰.

Recente pesquisa, “Valores e Estrutura Social no Brasil”, feita pelo IPEA em parceria com a SAE e SG/PR, busca apresentar alguns posicionamentos da população brasileira acerca de diversos temas, como participação política, direitos das minorias, aborto, pobreza e papel redistributivo do Estado, em um contexto em que de 2001 a 2011, a renda dos 10% mais pobres cresceu 550% mais

²⁷ POCHMANN, Marcio. “O Brasil pode ousar mais”. Entrevista a Zé Dirceu, Site Zé Dirceu, 12 de fevereiro de 2012.

²⁸ SILVA, Artur Henrique. “Aprofundar mudanças rumo a um modelo de desenvolvimento sustentável”. Nueva Sociedad, Junho de 2012.

²⁹ LAMOUNIER, Bolívar e SOUZA, Amaury. A Classe Média Brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro, Elsevier; Brasília, Confederação Nacional das Indústrias, 2010.

³⁰ RICCI, Rudá. “Lulismo: mais que um governo”, Revista Espaço Acadêmico, n.115, novembro de 2010

que a dos 10% mais ricos³¹. A surpresa talvez se dê com as posições predominantemente progressistas. Por exemplo, sobre direitos das mulheres, maioria expressiva discorda das frases “o homem ter a 'última palavra' nas decisões de um casal”, “maior capacidade de liderança dos homens no trabalho em relação às mulheres” ou ainda “mulher ter de tolerar violência em ambiente doméstico em nome da união da família”. Isso também ocorre em perguntas sobre preconceito e discriminação contra os negros. Sobre a apreciação das lutas das minorias, o “positivo” e “muito positivo” predomina. Uma exceção se situa no direito ao aborto, sendo que os brasileiros que se declaram evangélicos têm menor propensão a aceitar os direitos das minorias e ao aborto.

Por outro lado, o apoio à ação redistributiva do Estado diminui conforme aumenta a escolaridade: é de 56% para os analfabetos, 49% para os que possuem ensino fundamental e de 38% para os que têm diploma de ensino superior. As conclusões provisórias desta pesquisa indicam que as opiniões não mudam tanto com renda e mais de acordo com a religião, escolaridade, idade e região. Um ponto a destacar: quanto maior a escolaridade, maior a proporção de respostas progressistas (a respeito dos direitos das mulheres e minorias), mas também individualistas (acerca da ação redistributiva do Estado).

Os autores citados acima (Lamounier, Souza e Ricci) não percebem que “o realinhamento provocou uma repolarização e uma repolitização da disputa partidária”³². Ademais, “o lulismo e a divisão do eleitorado entre 'ricos e pobres' pode ser um indício, ao contrário do que se prega, de um processo de 'esclarecimento' das massas populares batalhadoras”. Para Jessé de Souza, isso quebra dois tabus: um que percebe “as massas” como passivas e alienadas e outro “que apenas um movimento organizado segundo os moldes intelectualistas da esfera pública burguesa faz política, e, sobretudo, política de esquerda”. Nem alienação, nem venda do voto por conta dos programas sociais, mas “motivações morais e democráticas” dos batalhadores³³. Surpreendentemente para alguns, o lulismo acirraria a luta de classes; de acordo com Jessé de Souza, tal fenômeno “constitui a expressão mais evidente de uma acirrada luta de classes pela definição mesma do que é política – objeto por excelência das lutas de classe e da violência simbólica que nega autojustificação aos dominados”³⁴. O autor enfatiza, neste contexto, a gritante desigualdade como o verdadeiro escândalo brasileiro: ter um terço de sua população fora do mercado e da política (ausência de defesa de seus interesses na esfera pública).

Outro autor percebe uma mudança profunda, ainda que gradual. Segundo o historiador Daniel Aarão Reis, manifesta-se um crescente interesse das “pessoas comuns”, a partir dos anos 1980, pelas instituições e pelas lutas institucionais; a “política, assunto de brancos ricos, começou a ser também de pardos, negros, índios e brancos pobres”. O autor faz, ademais, um paralelo com a situação pré-golpe de 1964, mas, nesse momento, os “movimentos populares queriam muito e muito rápido. Não deu. Veio o golpe, paralisou e reverteu o processo. Agora, não. A multidão come pelas bordas, com paciência e moderação, devagar e sempre, mas a fome destas gentes é insaciável”. Destaca, dessa forma, os elos entre democracia e diminuição da desigualdade, afirmando estar em curso “uma grande inversão” no jogo político e que “não vai ser tão fácil deter

³¹ IPEA, SAE e SG/PR. Valores e Estrutura Social no Brasil, 2012.

³² SINGER, André, p. 28-29.

³³ SOUZA, Jessé de, p. 250-251

³⁴ SOUZA, Jessé de, p. 254.

esta onda”³⁵. Os cientistas políticos Sebastião Velasco e Regis Moraes argumentam nesse sentido, ao colocar que as políticas sociais e micro econômicas liberam não somente o corpo, mas também a alma do sujeito que se converte em cidadão²⁶.

Perspectivas

Tal politização traz do ponto de vista ideológico novamente “à tona a gramática varguista, que opunha o 'povo' ao 'antipovo’”. No curso do seu governo, ocorre uma aproximação de Lula e do PT do varguismo, do nacional-popular, do desenvolvimentismo. E, por sua representação do subproletariado ascendente e sendo “enunciado por um nordestino saído das entranhas do subproletariado, o discurso popular ganha uma legitimidade que talvez não tenha tido na boca de estancieiros gaúchos”³⁷. Uma mutação curiosa e intrigante, pois o PT nasce combatendo, dentro da esquerda, tanto o trabalhismo quanto os partidos comunistas, sendo que estes eram os tradicionais defensores de um projeto nacional e popular. Pode-se dizer que o desenvolvimentismo era predominante na esquerda (trabalhadores urbanos e rurais, setores médios como estudantes, artistas e intelectuais) nos anos 1950 e 1960. Este se enfraquece com o golpe civil-militar e seu posterior desenvolvimentismo pela direita (com segurança). Nos anos posteriores, ganha força a crítica ao desenvolvimentismo, “acusado de silenciar sobre as lutas de classes e de ter uma concepção de Estado acima delas”³⁸. O PT nasce nesse contexto de fortes críticas a esse modelo desenvolvimentista.

Entretanto, nos anos 1990, outros setores críticos ao desenvolvimentismo vão governar. Basta lembrar o discurso de Fernando Henrique Cardoso no Senado, em dezembro de 1994, entre sua vitória e a posse, onde dizia ser necessário enterrar a chamada Era Vargas. Neste caso, a crítica ao desenvolvimentismo se convertia em uma quase apologia aos mecanismos do mercado. Por sua vez, com os óbvios limites desses governos e suas políticas (venda do patrimônio público e aumento da dívida e da vulnerabilidade do Brasil, alto desemprego), retoma com força o discurso desenvolvimentista, desta vez contra as políticas neoliberais. Os resultados destas políticas, somados à ausência de alternativas mais radicais, “trouxeram de novo propostas diferenciadas de atuação do Estado para a retomada do desenvolvimento nos marcos do capitalismo. No caso brasileiro, a experiência acumulada nessa área é a do desenvolvimentismo”³⁹.

O PT foi, assim, se aproximando da tradição desenvolvimentista. O sociólogo Marcelo Ridenti lembra de um debate, em 1998, onde se comemoravam os trinta anos do Maio de 1968. O autor dividia a mesa com o então presidente do PT, José Dirceu, e ao ouvi-lo defender o projeto de retomar o desenvolvimento, do papel do empresariado nacional, da defesa da cultura nacional e omitir qualquer referência classista – clássica do petismo –, Ridenti perguntou se, deste modo, não estava ocorrendo uma volta das teses pecebistas desenvolvimentistas, que ele criticara em 1968. Dirceu, ao responder, confirmou, colocando que desta vez haveria condições, anteriormente inexistentes, para um “desenvolvimento nacional policlassista”, de certa forma atualizando o

³⁵ AARÃO REIS, Daniel. “Uma grande inversão”. *O Globo*, 7 de setembro de 2010.

²⁶ VELASCO, Sebastião e MORAES, Reginaldo C. “A construção retomada: desafios políticos e perspectivas internacionais para o Brasil”. *Nueva Sociedad*, outubro de 2008.

³⁷ SINGER, André, p. 16;83.

³⁸ RIDENTI, Marcelo. “Vinte anos após a queda do muro: a reencarnação do desenvolvimentismo no Brasil”, *Revista USP*, São Paulo, n.84, dezembro/fevereiro 2009-2010, p. 53.

³⁹ RIDENTI, Marcelo, p. 56.

“projeto desenvolvimentista de revolução nacional-democrática dentro da ordem institucional, formulado pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) no final dos anos 1950”⁴⁰.

Porém, o desenvolvimentismo não pode ser o mesmo. Além das críticas político-econômicas dos anos 1960-1980, temos os limites – ecológicos – do planeta. O PT, partido que tanto inovou, tanto no programa – ao abrir uma brecha entre o trabalhismo e os partidos comunistas – quanto em suas formas políticas, por sua democracia interna – que, nos momentos difíceis, o salvou – e sua ênfase na participação popular nos governos, está devendo uma reflexão e formulação sobre estas questões. E isto nas palavras mesmo de seu presidente, Rui Falcão: “seja como for, desde o início do governo Lula o PT deixou de examinar com mais atenção o desenho das classes sociais, sua estrutura e contradições – algo que fizera anteriormente, embora de forma superficial, em alguns encontros e congressos. Urge, agora, quando o PT vai completar 33 anos, e o modo petista de governar, dez anos presidindo o país, atualizar o nosso conhecimento da realidade brasileira, aí incluída a estrutura de classes – até para deixar mais nítido quem o PT representa e a quem se opõe, tendo em vista a consecução do nosso projeto”⁴¹.

Se a classe trabalhadora é “nova”, deve-se qualificar em quê e, também, de quê capitalismo e classes se está falando... O PT nasce no fim dos anos 1970 (sendo fundado oficialmente em 1980). Estes anos representam para o Brasil um período bastante particular, momento em que “novos personagens entraram em cena”, título de um dos relatos mais conhecidos dos movimentos de resistência daquela década⁴². Uma novidade na história brasileira: trabalhadores em movimento e em grande número, criando suas práticas de luta em um processo de autoconstrução. E como o destacou o historiador e dirigente nacional do PT Marco Aurélio Garcia, “foi a prática da luta social que levou os trabalhadores a avanços inigualáveis em termos de consciência e organização”. Assim, “inverteu-se a expectativa de que um dia a teoria chegasse à classe operária, para melhor guiá-la: foi a classe que chegou à teoria”⁴³. A classe não como uma abstração, mas sim em termos de uma autoconstituição; a classe existe porque luta⁴⁴. Está em curso o processo de fazer-se da nova classe, formando-se no Brasil os produtores em sua diferença (negros, índios, operários, camponeses, pobres, ativistas digitais, trabalhadores da cultura) neste que seria o terceiro momento de grandes transformações na história da República, após os anos 1930 e os anos 1950-1960⁴⁵.

O lulismo altera a composição do PT e transforma-o num “partido dos pobres”, com a “mudança de base social a partir de 2006” e a diminuição da renda familiar média do simpatizante do PT, da

⁴⁰ RIDENTI, Marcelo, p. 55.

⁴¹ FALCÃO, Rui. “Apresentação” in POMAR, Wladimir. Debatendo classes e luta de classes no Brasil. São Paulo, SRI-PT, 2012, p. 5-6.

⁴² SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

⁴³ GARCIA, Marco Aurélio. “São Bernardo: A (auto) construção de um movimento operário”. Desvios n.1, novembro de 1982, p.10-27.

⁴⁴ THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

⁴⁵ GARCIA, Marco Aurélio. Em SADER, Emir e GARCIA, M. A. Brasil: Entre o Passado e Futuro. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2010. Para uma tentativa de trabalhar as transformações lulistas numa leitura desde o Brasil e das lutas e capitalismo contemporâneos, ver COCCO, Giuseppe. MundoBraz : o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo. Rio de Janeiro, Editora Record, 2009.

proporção dos que têm acesso à universidade e da participação do Sudeste”⁴⁶. No entanto, trata-se mais de uma representação (voto) do que participação mais efetiva. Os pobres (em particular, negros e mulheres) são o motor desse crescimento recente, que, por sua vez, é decisivo na projeção internacional do Brasil. Como vimos, o PT defende a “politização” e “organização” dos que estão ascendendo socialmente. Conseguirão, no entanto, PT, CUT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros movimentos do ciclo político aberto no fim dos anos 1970 dialogar com esses novos setores? Dialogar significa, também, mudar, incorporar e se transformar. Disso depende o lulismo ir mais para a esquerda ou mais para a direita, de lograr certas reformas “estruturais” como a política, agrária e a tributária, de aprofundar as mudanças em curso... Quem vem lá?

Jean Tible é doutor em Sociologia (Unicamp), professor de relações internacionais (Fundação Santo André) e diretor de projetos da FES Brasil.

⁴⁶ SINGER, André, p.103.

A política da cultura e a cultura com política – notas sobre novos atores e o debate acerca do “vazio da cultura”ⁱ –

Paulo Ramos

As mobilizações recentes têm feito alguns reconhecerem a confusão na qual outros há muito já se encontrava. Pudera. Afinal, muitas algumas coisas importantes mudaram, novas configurações de classe, “novos atores entrando em cena”, novas organizações. há uma rearticulação de valores, com negação de uns e emersão de outros. Bem como ocorre com renda, o crescimento da classe trabalhadora e uma nova configuração desta. Mas a confusão não começou aí, é um tiquinho mais antiga.

Para ilustrar o que falo, convido o leitor a revisitar e refletir sobre os debates sobre cultura e política que ainda neste ano ocupava revistas, jornais e blogosfera. Já havia um tanto de coisa velha recalitrando e outras coisas novas a despontar.

* * *

O que faz apegarem-se um marxista da Universidade de São Paulo e um Nobel de literatura defensor de Margareth Thatcher? As cenas atuais do debate acerca de cultura e política, suas formas elitizadas de pensar a produção artística e suas relações com a sociedade e com a política.

Recentemente houve um debate suscitado pela revista Carta Capital a respeito do cenário de produção e criação artístico-cultural no Brasil. De um lado, temos os críticos do momento atual, dizendo que existe um “vazio” cultural e que as coisas vão de mal a pior. De outro, há os menos catastrofistas que dizem que existem tantas coisas boas que é impossível acompanhá-las, ou que as coisas boas podem ser vistas hoje como puderam ser vistas no passado; basta procurá-las.

Do lado dos que desprezam a atualidade, eu diria que vemos há o namoro com os grandes cânones, o flerte com as linhas consagradas, o reconhecimento de uma alta cultura – que não necessariamente “de elite” – e necessidade de uma releitura clássica. Já entre os meramente satisfeitos com o dia de hoje haveria os que estão atentos aos movimentos ligados a uma certa cultura popular, às novidades de mercado, ou a adesão à produção underground.

De minha parte, eu reconheço que há muita coisa hoje que podem dar aversão, desgosto ou desesperança no futuro – por exemplo, a canção Camaro Amarelo ser premiada como a melhor música do Ano pela Rede Globo de Televisão. Mas a década de transformação pela qual o Brasil passou deve levar-nos além dessa instintividade pelo pessimismo. Então, maior estranheza me causa ler um discurso catastrófico como se nada que é produzido hoje em dia prestasse; como se nada do que está posto no rádio, na TV, nos jornais, na internet etc. carregasse uma nesga de fertilidade inteligente.

Um dos argumentos colocados na discussão é uma réplica de Vladimir Safatle¹, professor de filosofia da USP e colunista da Carta Capital, em que ele procura politizar a questão da cultura relacionando-a com a luta de classes. Como uma emenda ao soneto que não fora compreendido, ele levou um novo elemento à discussão, qual seja, a do uso mercadológico da ideia de “popular”

ⁱ Uma versão preliminar deste ensio foi publicado no Blog Vi o Mundo, em 17 de março de 2013:

<http://www.viomundo.com.br/politica/paulo-ramos-olhar-para-brixton-bronx-e-baixada.html>

¹ <http://www.cartacapital.com.br/cultura/a-luta-de-classes-na-cultura> Escolho neste ensaio Vladimir Safatle por interlocutor pelo respeito as suas argumentações e pela sua representatividade.

pela indústria cultura. O que, sempre isso houve, desde Noel Rosa, pelo menos.

Mas ele não descarta o centro de sua argumentação. "É fato, porém, que a cultura brasileira há tempos não consegue criar continuidades, sequências de trabalhos que fazem a linguagem artística avançar e que fornecem aos novos artistas um horizonte de exploração."

* * *

Safatle, como acadêmico que é, não deve ter esquecido que linearidade, continuidade, sequências e coisas do gênero, não são palavras que interessam ao processo criativo. Muito menos ao gosto ou ao belo. Linearidade, coerência são coisa que importam ao especialista. Poderíamos perguntar até quem é que precisa de linearidade?

Por outro lado, ainda, quem está dizendo que tais coisas não existem hoje em dia? Que linearidade e coerência são essas? Não foram os tropicalistas que se deram este nome para demonstrar ordenamento interno; foi um jornalista que os reuniu e fez o "bem bolado".

Eu diria que dois elementos de sua argumentação correm grandes riscos de estarem equivocados: o central e o residual. Seja o de que não há linearidade (coerência etc), seja a relação estabelecida entre o que é produzido culturalmente e a política dos dias atuais. Ainda que estejamos passando por grandes transformações na sociedade brasileira, uma compreensão atual dos problemas políticos atuais não pode fazer uma alusão tão direta e empobrecida à Rússia Revolucionária.

Talvez valha a pena tentarmos uma busca por relações e diálogos criativos na cultura brasileira, pois as rimas tão precisas quanto previstas e coerentes de um verso alexandrino não são realmente a tônica de nossos dias. A *haute culture* não anda fazendo escola por aqui. Não foi um balé Clássico que fez de 2 Filhos de Francisco um belo filme, mas o Cisne Negro pode inspirar um B.Boy do Hip Hop. Mario Quintana pode inspirar um M.C. e uma orquestra sinfônica pode tornar um pagode mais bonito.

Se buscarmos uma linearidade, que tal pensarmos em Tropicália - Jorge Ben Jor - Racionais MC's - O Rappa - Paulo Lins - Ferrez - Emicida - Criolo - Caetano Veloso. Não vêm da Europa ou falam alemão, e ainda falam de coisas sujas, o crime, macumba... Além de falarem de amor, cotidiano, problemas sociais etc. As conexões não são mais com a Europa, a não ser que seja com o Rap das periferias de Paris ou com o Punk das periferias de Londres, com o Caribe, com a África.

Outra emenda de Safatle pode ser "O problema não é a universidade que não ouve hip-hop (o que está longe de ser verdade), mas a periferia que não tem o direito de conhecer John Cage". Quem disse que não? Como sabe-se que não conhece? Aliás, quem e que conhece? Dito assim, parece como um fato consumado e ponto. Será que ele sabe o que já leu o Emicida (cuja principal referência, segundo o próprio, é o Mario Quintana)? E os caras do O Rappa, será que ele tem a vaga ideia de onde eles vão buscar elementos pra tanta sonoridade da poesia cantada. E o que estudam os criadores dos afrescos modernos do grafite que embelezam as ruas da cidade e espalham arte pelo espaço público? E os saraus que ocorrem nas periferias de São Paulo, estão a vista destes "analistas"? Argumentos como os que circulam entre Mario Vargas Llosa só fazem reincidir na invisibilidade de setores desprestigiados e pauperizados.

É preciso saber que "a poesia não se perde, ela apenas se converte pelas mãos no tambor", como canta O Rappa². As novidades, mesmo as da cultura, não precisam estar incrustadas no passado de

² Regina Novaes desenvolve uma ótima análise sobre O Rappa e Juventude em JUVENTUDE, RELIGIÃO E ESPAÇO PÚBLICO: EXEMPLOS "BONS PARA PENSAR" TEMPOS E SINAIS, na Revista Religião e Sociedade no. 32 (1).

cânones dos teatros municipais. Mas anterior a esta compreensão, é preciso da atitude de olhar para Brixton, Bronx para a Baixada Fluminense e reconhecer que há algo que se ver lá. Caso contrário, anterior a esta compressão e à superação desta inviabilidade, qualquer soneto produzido por uma compreensão colonizada sempre precisará de emenda, e todo *pas de deux* será um tropeço.

O que alguns críticos-críticos precisam fazer é perguntarem-se a respeito de suas próprias referências. Até mesmo porque a ideia de cultura tem sido reelaborada³, não é mais um conjunto de regras e padrões e estruturas fixas e rigidamente ordenas; mas cultura passa a ser entendida como a capacidade de criticidade, de escolha e de criatividade.

O problema do “vazio” não está na cultura. O vazio é da crítica que, soberba, eurocentrada e colonizada, não consegue sair do dilema da luta de classes ancorada na institucionalidade do Estado ou nos modos de produção. Azar dos críticos, eles não verão a noção de espacialidade renovada que eles apresentam, não saberão das conexões com a África que percorrem desde o Ilê Aiyê – Jorge Ben Jor – Hip hop que edificam uma identidade diaspórica que é construída há tempos.

Existe um diálogo entre diversos níveis, entre Criolo e Chico Buarque, entre o Rap e o Jorge Ben Jor. Entre a chamada cultura clássica e o que há de mais atual e subalternizado. Este diálogo produz formas e conteúdos, é complexo na forma e inovador na ética. Está presente no cotidiano e se manifesta na política.

Mas os padrões dos analistas que se nos dispõem não conseguem chegar neste nível do “funcionamento” da sociedade. Eles precisam descolonizar seus olhares para verem que a cultura está preenchida por manifestações que não se enquadram nos seus modelos de análises. Transformações na realidade exigem revisão de parâmetros conceituais.

Tal perspectiva não dá visibilidade a todos os eventos, por mais próximos que sejam fisicamente. Por exemplo, em fins 2011 Emicida foi premiado na MTV e para receber seu prêmio ao vivo levou consigo uma bandeira do MST e fez questão de envolver-se nela. Na mesma ocasião, solidarizou-se com os moradores do bairro do Pinheirinho, que estavam em processo de expulsão pelo Governador Geraldo Alckmin. Da mesma época, outra artista, Gabi Amarantos, defensora da região Norte, fez questão de assinalar sua representatividade com o desenvolvimento promovido pelo Governo Lula. Ainda, a última premiada pela Rede Globo de Televisão no seu Reality Show para cantores premiou uma mulher negra lésbica, feminista engajada, conhecida e reconhecida em Brasília e do “povo do Rap”, ex-backing vocal do Rapper GOG.

É preciso reconhecer, portanto, que há mais matizes geradoras de significado e de política além daquelas ligadas aos meios de produção e as estruturas institucionais. E que isso não é uma coisa nova, pois mesmo os chamado novos movimentos sociais já adiantaram este corte fundamental, trazendo fatores identitários e territoriais para a produção de política.

Mas os analistas atuais não veem isso. Por isso, por enquanto, um filósofo da Universidade de São Paulo seguirá prostrado ante o vazio da (sua) cultura. Ele foi até a “realidade” da Rússia da Revolução Socialista para justificar sua leitura, justamente porque a realidade de Moscou de 1917

³ Claude Levi-Strauss já o fez emblematicamente há mais de meio século, demandado pela Organização das Nações Unidas, no artigo Raça e História.

é mais próxima dele do que o Grajaú paulistano de 2013. Da mesma forma Wall Street (que tem por sua equivalente a Avenida Paulista) chega-lhe facilmente aos olhos, mas as manifestações engajadas das conexões entre maracatu e música pop não comporão seu cenário.

* * *

O debate circulou, poderia dizer, entre as publicações de esquerda. Mas este descontentamento aparece na outra ponta do espectro. O ganhador do prêmio Nobel de literatura Mario Vargas Llosa esteve passando entre alguns canais nacionais e destilou sua desesperança. Cerca de dois anos atrás, setores conservadores pareciam estar indignados com a falta de indignação do povo brasileiro em relação à impunidade e à corrupção. Perguntavam: Por que o povo brasileiro não vai para as ruas protestar?

Sim, pois, vejam: Em outros países, violência policial, ausência de direitos e necessidade de políticas sociais causam revoltas, segundo notícia a imprensa brasileira: os tumultos na periferia parisiense em decorrência da morte de dois jovens⁴, em 2005; uma greve estudantil de 120 dias que derrubou um primeiro ministro na província do Quebec⁵, em 2012; a série de protestos em Londres, em 2011, pela morte de um homem negro de 29 anos⁶. Isso sem contar a chamada Primavera Árabe que provocou uma onda de virada nos regimes políticos no norte da África, os Indignados da Espanha e no *Occupy Wall Street*.

Muitos jornalistas tentaram responder a esta questão capciosa em vão. O grande problema que une os dois “inconformados” é o campo ao qual seus olhares estão dedicados: os problemas que inflamam as pessoas e as fazem ir para as ruas não estão conectados com Madrid, Nova Iorque, Paris.

A cada nova divulgação das estatísticas sobre homicídios no Brasil a mesma informação é dada: morrem por homicídio, proporcionalmente, mais jovens negros do que jovens brancos no país⁷. De cada 3 jovens assassinados por arma de fogo, dois são negros. Além disso, vem se confirmando que a tendência é um crescimento desta desigualdade nas mortes por homicídios, que a sociedade civil organizada (o movimento negro, em especial o movimento de juventude negra) vem a classificar como “extermínio” ou “genocídio”.

Existem hoje no Brasil, dezenas de Coletivos, Grupos, Comitês contra o Genocídio da “População Negra”, “Juventude” e/ou “Juventude Negra”. Tais coletivos estão conectados pelas organizações que compõem tais agrupamentos, pelos problemas que procuram enfrentar e ainda mais: por um linguagem própria que conecta-se a um imaginário forjado não necessariamente onde encontrar-se-ia a Alta Cultura.

“60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial, a cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras; nas universidades brasileiras apenas 2% dos alunos são negros; a cada 4 horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo”. Este texto não é uma resenha de pesquisa publicada na Folha de São Paulo nem em uma revista semanal. É uma

⁴ Folha de São Paulo On line Onda de violência na França levanta questões sobre política social <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u89356.shtml>

⁵ Greve estudantil no Quebec - A luta continua <http://www.brasildefato.com.br/node/9793>

⁶ Tumultos em Londres: entre a violência juvenil e a revolta social.

<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/atualidades/tumultos-em-londres-entre-a-violencia-juvenil-e-revolta-social.htm>

⁷ Mapa da Violência 2012, organizado por Julio Jacobo Waiselfisz, publicado pelo Instituto Sangari.

epígrafe do Rap “Capítulo 4, Versículo 3” dos Racionais MC’s, do ano de 1998 (“Um nove nove sete, depois de Cristo”), mas os dados poderiam ser usados para descrever dos dias de hoje e mesmo aqueles que conhecem as pesquisas não questionariam. Os dados que surgem na troca urbana acompanhada de graves e scratches poderiam ostentar alguma manifestação frente à Secretaria de Segurança Pública de qualquer Unidade Federativa brasileira.

Tempos antes, no disco Escolha seu Caminho⁸, eles diziam:

Se acomoda então, não se incomoda em ver/ Mesmo sabendo que é foda/ Prefere não se envolver/ Finge não ser você / E eu pergunto por quê ?/ Você prefere que o outro vá se foder./ Não quero ser o Mandela/ Apenas dar um exemplo/ Não sei se você me entende/ Mas eu lamento que/ Irmãos convivam com isso naturalmente/ Não proponho ódio, porém/ Acho incrível que o nosso conformismo/ Já esteja nesse nível/ Mas Racionais, diferentes, nunca iguais/ Afrodinamicamente manter a nossa honra viva/ Sabedoria de rua / O RAP mais expressiva/ A juventude negra agora tem a voz ativa”

Sem pretensão de estabelecer a tão procurada relação de causa e efeito, coerência ou linearidade, vinte e poucos anos depois, a chamada juventude negra evocada nos versos acima e que precisava de uma “voz ativa”, possuiu diversas organizações Brasil afora, é tema em Conselhos Nacionais de participação Social e é até objeto e sujeito das políticas públicas, nomeando mesmo um plano nacional da Secretaria Nacional de Juventude, o Juventude Viva – Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra.

Racionais MC’s não falam por todos, mas está arraigado no imaginário juvenil de mais uma geração até⁹. Não apenas pela sua origem social, mas pela capacidade de traduzir e ecoar cotidianos, expectativas e outros sentimentos. O grupo está na esteira por onde corre as maiorias das pessoas do Brasil e as minorias dos direitos políticos e sociais, mesmo que os dias atuais sejam de maior esperança para estes. Crescimento da renda per capita dos brasileiros pode ser interpretado como o centro da problemática dos estratos sociais ascendentes. O rap tem acompanhado isso. Mas, outras questões tomam maior espaço. Tanto na produção artística quanto na realidade dos números e pesquisas oficiais.

Entre 1995 e 2005 a população carcerária do Brasil saltou de pouco mais de 148 mil presos para 361.402, o que representou um crescimento de 143,91% em uma década. A taxa anual de crescimento oscilava entre 10 e 12%. O panorama de crescente aumento do encarceramento tem tido espaço na reflexão do grupo Racionais MC’s. No disco de 1998, a canção “Diário de um detento” era uma das principais canções. “São Paulo, dia 1º de outubro de 1992, 8h da manhã./ Aqui estou, mais um dia/ Sob o olhar sanguinário do vigia./ Você não sabe como é caminhar com a cabeça na mira de uma HK” iniciava a letra escrita por um ex-detento e que descreve uma das tragédias ocorridas no Brasil e protagonizadas pela Polícia Militar de São Paulo no penitenciária do Carandiru da capital paulista.

Enquanto isso, nas ruas, os dilemas dos trabalhadores que estão fora da formalidade, entre diversas formas de opressão, seus traumas gerados pelos desafios cotidianos, produto das

⁸ O artigo SOBRE ANJOS E IRMÃOS - cinquenta anos de expressão política do “crime” numa tradição musical das periferias, do professor Gabriel Feltran (UFSCar) traz uma interpretação aprofundada sobre o grupo Racionais MCs, publicado na Revista dos Instituto de Estudos Brasileiros no. 56.

⁹ Poderíamos estender os argumentos para grupos e/ou estilos musicais de Recife, de Salvador, para indígenas fazendo Rap no Mato Grosso do Sul. Mas escolher este grupo é decorrência de preferências pessoais e acúmulo de trabalhos de pesquisas anteriores.

desigualdades raciais, pelo sistema de justiça ou pela precariedade dos trabalhos. “Quatro minutos se passaram e ninguém viu/ O monstro que nasceu em algum lugar do Brasil/ Talvez o mano que trampa de baixo de um carro sujo de óleo/ Que enquadra o carro forte na febre com sangue nos olhos/ O mano que entrega envelope o dia inteiro no sol/ Ou o que vende chocolate de farol em farol/ Talvez o cara que defende o pobre no tribunal/ Ou que procura vida nova na condicional/ Alguém num quarto de madeira lendo à luz de vela/ Ouvindo um rádio velho no fundo de uma cela/ Ou da família real de negro como eu sou/ Um príncipe guerreiro que defende o gol”.

E como seriam encaradas as relações advindas do consumismo, da possibilidade de se ser integrado à sociedade por meio das relações de mercado, com uma certa estabilidade financeira, também estão lá: “Não é questão de luxo/ não é questão de cor/ É questão que fartura alegra o sofredor/ Não é questão de preza, nego/ A idéia é essa: miséria traz tristeza e vice-versa/ Inconscientemente, vem na minha mente/ a loja de tênis e o olhar do parceiro feliz/ de poder comprar o azul, o vermelho, o balcão, o espelho, o estoque, a modelo”¹⁰.

As dimensões de classe são muito marcadas nas palavras destes artistas, tão bem quanto às dimensões de raça; diriam alguns que estão conectadas as demandas por e distribuição e reconhecimento de setores subalternizados das sociedades contemporâneas. Seja de modo deliberado ou ocasional, a conexão com a luta política acaba por ser demonstrada em alguma ocasião ou outra.

Repetimos que é necessária voltar os olhos para outros pontos, ou se me permitem o trocadilho, se orientar pelo Cruzeiro do Sul, e compreender o papel destes produtores de arte, de ética e de estética, bem como o poder que exercem sobre atores sociais que optam pela fazer política, como é o Hip Hop, por exemplo. Vale a pena ressaltar que o ano de 2012 foi marcado pelo ano de retorno do Grupo Racionais MCs. O seu principal *hit* é a canção-manifesto “Mil faces de um homem leal”, um biografia de Carlos Marighela, o mesmo que batizou a ação. A postos para o seu general/ Mil faces de um homem leal/ Protetor das multidões/ Encarnações de célebres malandros/ De cérebros brilhantes/ Reuniram-se no céu/ O destino de um fiel, se é o céu o que Deus quer/ (...) Maldito sonhador/ Bandido da minha cor/ Um novo messias/ Se o povo domina ou não/ Se poucos sabiam ler/ E se eu morrer em vão?/ Leso e louco sem saber/ Coisas do Brasil, super-herói, mulato/ Defensor dos fracos, assaltante nato/ Ouçam, é foto e é fato a planos cruéis/ Tramam 30 fariseus contra Moisés, morô?/(...) Que ousou lutar, honrou a raça/ Honrou a causa que adotou/ Aplauso é pra poucos/ Revolução no Brasil tem um nome/ Vejam o homem (...)/Indigesto [como](#) o sequestro do embaixador/ (...).

Pois bem, não bastasse Mano Brown fazer campanha para o PT, rappers disputarem eleições parlamentares (e serem eleitos como o vereador Anderson “4P” Silva, de Francisco Morato-SP, reeleito pela segunda vez em 2012), não bastasse Criolo fazer a defesa escancarada do Quilombo Rio dos Macacos e da população de Pinheirinho de São José dos Campos, Emicida ainda deu-se a reunir com dirigentes do MST e mostrando a todos sua cumplicidade com o movimento.

¹⁰ Algumas dimensões da produção dos Racionais mereceria “capítulos a parte”, como o machismo ou a relação com a polícia militar, por exemplo.



Algumas dessas análises catastrofistas entre cultura e política podem, portanto ter problemas em dois aspectos: no conceito de cultura e na leitura de contexto. Coerência, linearidade ou o que o valha talvez seja algo que falta num determinado com o qual um determinado tipo de conhecimento e saber esteja vocacionado a lidar. Mas os tempos são outros, os campos são outros, os atores e atrizes, idem.

Pensar a atualidade da relação entre a cultura, sociedade e política, passa por reconhecer as diversas formas de ação e de criação, passa pelo entendimento de que a construção do conhecimento subalterno importa incorporar mais vetores, variados vetores inscritos em uma gama de sociabilidades e vociferações.

Paulo Ramos é mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos, pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros desta Universidade, da Coordenação Nacional de Entidades Negras e membro do coletivo de Combate ao Racismo do PT-SP.

Nova classe trabalhadora: enigmas?

Marilena Chauí

O propósito das várias perguntas aqui formuladas é suscitar uma análise futura (que espero seja feita pela FPA) que refute com dados empíricos e teóricos a afirmação do IPEA e do Ministério do Desenvolvimento Social (portanto, do governo Dilma), de vários cientistas sociais e dos meios de comunicação de que há no Brasil uma nova classe média.

Sugerimos aqui que há no Brasil *uma nova classe trabalhadora* cuja composição, forma de expressão pública e de consciência permanecem ainda muito difíceis de apreender e compreender, mesmo usando o conceito de Paul Singer de *subproletariado* ou o de *precariado*, proposto por alguns cientistas sociais.

Propomos também, como um ponto de partida plausível, uma breve referência ao que aconteceu com a classe trabalhadora em seu conjunto (e não apenas no Brasil) sob os efeitos do neoliberalismo e suas possíveis conseqüências para o que estamos chamando de nova classe trabalhadora brasileira.

O que segue, portanto, não é uma análise nem uma interpretação da sociedade brasileira contemporânea, mas uma interrogação para provocá-las.

Como sabemos, a social-democracia e a economia keynesiana propuseram como modelo econômico-político o Estado do Bem-Estar Social, fundado em dois grandes princípios: 1. direção da maior parte do fundo público ao salário indireto (seguro desemprego, salário família, aposentadoria, férias, moradia, serviços gratuitos de saúde, educação, cultura e lazer, etc); 2. regulação estatal do mercado, seja diretamente por meio de empresas estatais, seja indiretamente por meio da legislação sobre as empresas privadas. Sabemos também que, nos meados dos anos 1970, esse modelo desembocou no chamado déficit fiscal do Estado e, com a crise das fontes de energia (particularmente o petróleo), ensejou a estagflação. Esses dois elementos abriram uma crise no capitalismo para a qual os ideólogos conservadores pretenderam oferecer a suposta explicação: a crise teria sido causada pelo poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários, que haviam pressionado por aumentos salariais e exigido o aumento dos encargos sociais do Estado, destruindo os níveis de lucro requeridos pelas empresas e, com isso, desencadeado processos inflacionários incontroláveis e o aumento colossal da dívida pública.

Feito o diagnóstico, também ofereceram o remédio: um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos populares, controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia, tendo como meta principal a estabilidade monetária por meio da contenção dos gastos sociais, do aumento da taxa de desemprego para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio das organizações trabalhadoras, e de uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados reduzindo os impostos sobre o capital e as fortunas e aumentando os impostos sobre a renda individual, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio. Traduzindo em miúdos: abolição dos investimentos estatais na produção, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e vasto programa de privatização não só das empresas, mas também dos encargos sociais como saúde, educação e moradia.

Com o encolhimento do espaço público dos direitos e a ampliação do espaço privado dos interesses de mercado, nascia o neoliberalismo, cujos traços principais podem ser assim resumidos:

1. desativação do modelo industrial de tipo fordista, baseado no planejamento, na funcionalidade e no longo prazo do trabalho industrial, com a centralização e verticalização das plantas industriais, grandes linhas de montagens concentradas num único espaço, formação de grandes estoques orientados pelas ideias de qualidade e durabilidade dos produtos, e numa política salarial articulada ao Estado (o salário direto articulado ao salário indireto, isto é, aos benefícios sociais assegurados pelo Estado). Agora, a produção opera por fragmentação e dispersão de todas as esferas e etapas do trabalho produtivo, com a compra e venda de serviços no mundo inteiro, isto é, com a terceirização e precarização do trabalho. Desarticulam-se as formas consolidadas de negociação salarial e se desfazem os referenciais que permitiam à classe trabalhadora perceber-se como classe e lutar como classe social, enfraquecendo-se ao se dispersar nas pequenas unidades terceirizadas, de prestação de serviços, no trabalho precarizado e na informalidade, que se espalharam pelo planeta. Desponta uma nova classe trabalhadora cuja composição e definição ainda estão longe de ser compreendidas.

2. o desemprego torna-se estrutural, deixando de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo, ao contrário de sua forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão, que se realiza não só pela introdução ilimitada de tecnologias de automação, mas também pela velocidade da rotatividade da mão de obra, que se torna desqualificada e obsoleta muito rapidamente em decorrência da velocidade das mudanças tecnológicas. Como consequência, tem-se a perda de poder dos sindicatos, das organizações e movimentos populares e o aumento da pobreza absoluta. A distinção entre países de Primeiro e Terceiro Mundo tende a ser acrescida com a existência, em cada país, de uma divisão entre bolsões de riqueza absoluta e de miséria absoluta, isto é, a polarização de classes surge como polarização entre a opulência absoluta e a indigência absoluta.

3. deslocamento do poder de decisão do capital industrial para o capital financeiro, que se torna o coração e o centro nervoso do capitalismo, ampliando a desvalorização do trabalho produtivo e privilegiando a mais abstrata e *fetichizada* das mercadorias, o dinheiro, porém não como mercadoria equivalente para todas as mercadorias, mas como moeda ou expressão monetária da relação entre credores e devedores, provocando, assim, a passagem da economia ao monetarismo. Essa abstração transforma a economia no movimento fantasmagórico das bolsas de valores, dos bancos e financeiras – fantasmagórico porque não operam com a materialidade produtiva e sim com signos, sinais e imagens do movimento vertiginoso das moedas.

4. a transnacionalização da economia sob os imperativos financeiros ou monetários torna pouco importante a figura do Estado nacional como enclave territorial para o capital e dispensa as formas clássicas do imperialismo – colonialismo político-militar, geopolítica de áreas de influência, etc. –, de sorte que o centro econômico, jurídico e político planetário encontra-se no FMI e no Banco Mundial, que operam com um único dogma: estabilidade monetária e corte do déficit público.

5. no Estado do Bem-Estar Social, a presença do fundo público sob a forma do salário indireto (os direitos econômicos e sociais) desatou o laço que prendia o capital à força de trabalho (ou ao salário direto). Esse laço era o que, tradicionalmente, forçava a inovação técnica pelo capital ser

uma reação ao aumento real de salário¹ e, ao ser desatado, três conseqüências se impuseram: a) o impulso à inovação tecnológica tornou-se praticamente ilimitado, provocando expansão dos investimentos e agigantamento das forças produtivas cuja liquidez é impressionante, mas cujo lucro não é suficiente para concretizar todas as possibilidades tecnológicas, exigindo o financiamento estatal; b) o desemprego torna-se estrutural não só pela introdução ilimitada de tecnologias de automação, mas também pela velocidade da rotatividade da mão de obra, que se torna desqualificada e obsoleta muito rapidamente em decorrência da velocidade das mudanças tecnológicas, ampliando a fragmentação da classe trabalhadora e diminuindo o poder de suas organizações; c) o aumento do setor de serviços também se torna estrutural, deixando de ser um suplemento à produção visto que, agora, sob a designação de *tecnociência*, a ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converter em agentes de sua acumulação; com isso, mudou o modo de inserção social do conhecimento científico e técnico, de maneira que cientistas e técnicos se tornaram agentes econômicos diretos. A força e o poder capitalistas encontram-se no monopólio dos conhecimentos, entendidos como *informação* e esta, como operações de signos ou sinais. A mudança do lugar social dos cientistas e técnicos determinada pela economia (isto é, pela base material da sociedade) vem exprimir-se teoricamente (isto é, no plano das idéias) no novo paradigma das ciências duras (matemática, física, química), naturais (biologia) e humanas (ciências sociais), qual seja, o da *informação*, que suplanta tanto o paradigma clássico da *organização* quanto o paradigma do século XX, a *estrutura* (esses dois paradigmas lidam com totalidades; a informação lida com a fragmentação e dispersão de sinais).

6. politicamente, as novas tecnologias de informação estruturam um *novo poder planetário de vigilância e de controle* que suplanta os Estados nacionais e as particularidades sociais. Trata-se da *Internet* e da *multimídia*. A Internet é um ponto de convergência entre uma arquitetura industrial, múltiplas linguagens informáticas e um grande número de práticas intelectuais e cognitivas, econômicas, sociais, políticas, artísticas e de lazer. É uma organização de informações, um enxame de redes privadas e públicas, institucionais, comerciais, governamentais, associativas conectadas em inúmeros « nós » que formam uma « nebulosa informacional amplamente insondável, diversamente organizada, às vezes aberta e disponível, mas frequentemente fechada e secreta » (Paul Mathias) e que aparece como uma comunicação tecnológica e universal. Embora o uso das redes possa envolver usos técnicos diversos, entretanto, nossa experiência reticular está circunscrita a um número restrito de programas aplicativos que permitem as múltiplas operações desejadas em um número limitado de gestos previstos e uniformes em todo o planeta, sem que tenhamos a menor idéia do que são e significam os protocolos informáticos que empregamos. O usuário é transformado em mercadoria porque a estratégia de venda não consiste mais em vender um produto para o maior número de clientes, mas em vender no ciberespaço o maior número de produtos para um usuário cujo perfil é traçado pelos “provedores de acesso” para servir de base de cálculo para o valor de tempo de vida em termos de sua virtualidade de acesso e consumo – em suma, controle e vigilância dos indivíduos. Por sua vez, as *multimídia*, sistema de comunicação que integra diferentes veículos de comunicação e seu potencial interativo, e que nenhum Estado nacional sozinho tem condições para, sozinho, implantar, levando por isso à formação de consórcios empresariais regionais/globais (empresas de armamentos, empresas financeiras, empresas de comunicação de massa, operadoras de comunicação, provedores de serviços de

¹ Cf. Francisco de Oliveira “O surgimento do anti-valor. Capital, força de trabalho e fundo público”, in *Os direitos do anti-valor. A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, Vozes, 1998.

Internet e empresas de computadores) que controlam todo o sistema em escala planetária – em suma, vigilância e controle sobre os Estados nacionais e as classes sociais.

No caso do Brasil, o modelo neoliberal se implantou nos governos de Fernando Henrique Cardoso com a chamada Reforma do Estado ou, como diziam os tucanos, uma “engenharia política” dita racionalizadora e modernizadora tendo como objetivo redistribuir as atividades estatais em quatro campos: Núcleo Estratégico do Estado (os três poderes; o poder executivo presente através dos ministérios) para definição do exercício do poder; Atividades Exclusivas do Estado, definidas pelo Núcleo Estratégico e que não podem ser delegadas a instituições não estatais; Serviços Não-Exclusivos do Estado, isto é, aqueles que podem ser realizados por instituições não estatais, na qualidade de prestadoras de serviços que incluem educação, saúde, cultura, utilidades públicas; Setor de Produção para o mercado, isto é, as empresas estatais. O fundamento ideológico da reforma foi cristalino: todos os problemas e malefícios econômicos, sociais e políticos do país decorreriam da presença do Estado não só no Setor de Produção para o mercado, mas também nos Serviços Não-Exclusivos, donde se conclui que todas as soluções e todos os benefícios econômicos, sociais e políticos devem vir da substituição do Estado pelas empresas privadas no Setor de Produção e no dos Serviços Não-Exclusivos. Em outras palavras, o mercado é portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem-estar da república. Isto significa a saída do Estado não apenas do Setor de Produção para o Mercado (como seria de se esperar numa ideologia da “desregulação” econômica), mas sobretudo do setor de serviços públicos (educação, saúde, moradia, transporte, cultura, etc). Em outras palavras, a reforma excluiu as exigências democráticas dos cidadãos ao Estado e aceitou apenas as exigências feitas pelo capital ao **seu** Estado, isto é, excluiu todas as conquistas econômicas, sociais e políticas, vindas de lutas populares no interior da luta de classes. Essa identificação entre o Estado e o capital em sua forma neoliberal apareceu de maneira nítida na substituição do conceito de *direitos* pelo de *serviços*, que levou a colocar *direitos* (como transporte, saúde, educação, moradia, cultura) no setor de *serviços* destinados a se tornar não-estatais e definidos pelos interesses de mercado. A reforma, portanto, em consonância com o neoliberalismo, encolheu o espaço público dos direitos e ampliou o espaço privado não só ali onde isso seria previsível - nas atividades ligadas à produção econômica -, mas também onde não é admissível - no campo dos direitos sociais conquistados, desfazendo, assim, a articulação democrática entre poder e direito.

Com todos os problemas, equívocos, idas e vindas, coalizões pouco recomendáveis (fruto do sistema político-partidário e eleitoral legado pelo General Golbery com o “Pacote de Abril”), foi contra o modelo implantado pela reforma tucana que se ergueram os governos Lula e Dilma, ou o que André Singer designa como *lulismo*, e eu designo como construção da cidadania ou a conquista da democracia como criação e consolidação de direitos.

Estudos, pesquisas e análises mostram que houve uma mudança profunda na composição da sociedade brasileira, graças aos programas governamentais de transferência da renda, inclusão social e erradicação da pobreza, à política econômica de pleno emprego e elevação do salário mínimo, à recuperação de parte dos direitos sociais das classes populares (sobretudo alimentação, saúde, educação e moradia), à articulação entre esses programas e o princípio do desenvolvimento sustentável e aos primeiros passos de uma reforma agrária que permita às populações do campo não recorrer à migração forçada em direção aos centros urbanos.

De modo geral, utilizando a classificação dos institutos de pesquisa de mercado e da sociologia, o IPEA segue o costume de organizar a sociedade numa pirâmide seccionada em classes designadas como A, B, C, D e E, tomando como critério a renda, a propriedade de bens imóveis e móveis, a escolaridade e a ocupação ou profissão. Por esse critério, chegou-se à conclusão de que, entre 2003 e 2011, as classes D e E diminuíram consideravelmente, passando de 96,2 milhões de pessoas a 63,5 milhões; também no topo da pirâmide houve crescimento das classes A e B, que passaram de 13,3 milhões de pessoas a 22,5 milhões; mas a expansão verdadeiramente espetacular ocorreu na classe C, que passou de 65,8 milhões de pessoas a 105,4 milhões. Essa expansão levou à afirmação de que cresceu a classe média brasileira, ou melhor, que teria surgido uma nova classe média no país.

Como sabemos, há outra maneira de analisar a divisão social das classes tomando como critério a *forma da propriedade*. Dizendo o óbvio ululante: no modo de produção capitalista, a classe dominante é proprietária privada dos meios sociais de produção (capital produtivo e capital financeiro); a classe trabalhadora, excluída desses meios de produção e neles incluída como força produtiva, é “proprietária” da força de trabalho, vendida e comprada sob a forma de salário. Marx falava em pequena burguesia para indicar uma classe social que não se situava nos dois pólos da divisão social constituinte do modo de produção capitalista. A escolha dessa designação decorria de dois motivos principais: em primeiro lugar, para afastar-se da noção inglesa de *middle class*, que indicava exatamente a burguesia, situada entre a nobreza e a massa trabalhadora; em segundo, para indicar, por um lado, sua proximidade social e ideológica com a burguesia e não com os trabalhadores, e, por outro, indicar que, embora não fosse proprietária privada dos meios sociais de produção, entretanto poderia ser proprietária privada de bens móveis e imóveis. Numa palavra, encontrava-se fora do núcleo central do capitalismo: não era detentora do capital e dos meios sociais de produção e não era a força de trabalho que produz capital; situava-se nas chamadas profissões liberais, na burocracia estatal (ou nos serviços públicos) e empresarial (ou na administração e gerência), na pequena propriedade fundiária e no pequeno comércio.

É a sociologia, sobretudo de inspiração estadunidense, que introduz a noção de *classe média* para designar esse setor sócio-econômico, empregando, como dissemos acima, os critérios de renda, escolaridade, profissão e consumo, a pirâmide das classes A, B, C, D e E, e a célebre idéia de mobilidade social para descrever a passagem de um indivíduo de uma classe para outra².

As refutações mais contundentes desse tipo de descrição encontram-se nas pesquisas de Jessé de Souza (apresentadas em dois livros e em seminário na Fundação) e nas de Celi Scalon e André Salta (mencionadas por Carlos Henrique Pissardo no artigo publicado na Carta Maior de 19 de julho). Como são do conhecimento de todos, não vou repeti-las aqui. Em todas elas, o que se vê é o crescimento da classe trabalhadora e não o surgimento de uma suposta nova classe média. O artigo de Pissardo é particularmente importante porque, com esses dados, ele se volta para a análise das manifestações de junho de 2013 para mostrar que foram majoritariamente de classe média, no sentido clássico deste conceito, porque, de fato, essa classe foi menos favorecida do

² Essa noção, vinda da ideologia liberal, tem como referência os indivíduos e não as classes sociais; desconsidera, portanto, o fato de que a divisão das classes permanece sem qualquer mudança, embora os indivíduos possam passar de uma classe a outra sem que se altere a *forma* da sociedade. Se o que determina a *forma* de uma sociedade é a *forma* da propriedade dos meios sociais de produção, responsável pela divisão social das classes, então o fato de indivíduos mudarem de classe social não altera em nada a *forma* da sociedade. Em suma: a idéia de mobilidade social permanece no plano do *aparecer* social e não alcança o *ser* da sociedade.

que a classe trabalhadora com os programas sociais do governo Lula e manteve padrões tradicionais de vida e consumo (por exemplo, continuou com a educação privada, os planos de saúde privados, o uso de empréstimos bancários para a aquisição de imóveis em condomínios e de veículos etc) .

Se abandonarmos a descrição sociológica, se ficarmos com a constituição das classes sociais no modo de produção capitalista (ainda que adotemos a expressão “classe média”), se, no caso do Brasil, considerarmos as pesquisas que mencionamos acima e os números que elas apresentam relativos à diminuição e ao aumento do contingente demográfico nas três classes sociais, e se, por outro lado, no caso do modo de produção capitalista em geral, levarmos em conta as mudanças sociais acarretadas pelo surgimento da tecnociência e pela passagem das antigas profissões liberais à condição assalariada, poderemos chegar a algumas *conclusões provisórias*:

1. os projetos e programas de transferência de renda e garantia de direitos sociais (educação, saúde, moradia, alimentação) e econômicos (aumento do salário mínimo; políticas de pleno emprego; salário desemprego; reforma agrária; cooperativas da economia solidária, etc.) indicam que o que cresceu no Brasil foi a classe trabalhadora, cuja composição é complexa, heterogênea e não se limita aos operários industriais e agrícolas “tradicionais”;

2. o critério dos serviços como definidor da classe média não se mantém na forma atual do capitalismo por dois motivos:

- a) a maioria dos serviços fazia parte da planta industrial fordista e, simplesmente, com a desativação desse modelo da produção, houve a terceirização dos serviços que, entretanto, estão articulados à produção industrial e são um ramo dela;
- b) a ciência e as técnicas (a chamada tecnociência) *se tornaram forças produtivas* e os serviços por elas realizados ou delas dependentes estão diretamente articulados à acumulação e reprodução do capital; em outras palavras, o crescimento de assalariados no setor de serviços não é crescimento da classe média e sim de uma nova classe trabalhadora heterogênea, definida pelas diferenças de escolaridade e pelas habilidades e competências determinadas pela tecnociência. De fato, no capitalismo industrial, as ciências, ainda que algumas delas fossem financiadas pelo capital, se realizavam, em sua maioria, em pesquisas autônomas cujos resultados poderiam levar a tecnologias aplicadas pelo capital na produção econômica. Essa situação significava que cientistas e técnicos pertenciam à classe média. Hoje, porém, as ciências e as técnicas tornaram-se parte essencial das forças produtivas e por isso cientistas e técnicos passaram da classe média à classe trabalhadora como produtores de bens e serviços articulados à relação entre capital e tecnociência. Dessa maneira, renda, propriedades e escolaridade não são critérios para distinguir entre os membros da classe trabalhadora e os da classe média.

3. o critério da profissão liberal também se tornou problemático para definir a classe média, uma vez que a nova forma do capital levou à formação de empresas de saúde, advocacia, educação, comunicação, alimentação, etc., de maneira que seus componentes se dividem entre proprietários privados e assalariados e estes devem ser colocados na classe trabalhadora.

4. a figura da pequena propriedade familiar também não é critério para definir a classe média porque a economia neoliberal, ao desmontar o modelo fordista, fragmentar e terceirizar o

trabalho produtivo em milhares de micro-empresas (grande parte delas, familiares) dependentes do capital transnacional, *transformou esses pequenos empresários em força produtiva* que, juntamente com os prestadores individuais de serviços (seja na condição de trabalhadores precários seja na condição de trabalhadores informais), é dirigida e dominada pelos oligopólios multinacionais, em suma, os transformou numa parte da nova classe trabalhadora mundial.

Restaram, portanto, as burocracias estatal e empresarial, os serviços públicos, a pequena propriedade fundiária, o pequeno comércio não filiado às grandes redes de oligopólios transnacionais e os profissionais liberais ainda não assalariados como espaços para alocar a classe média. No Brasil, esta se beneficiou com as políticas econômicas dos últimos dez anos, cresceu e prosperou, mas (conforme Scalón e Salata) não no mesmo grau nem na mesma intensidade que a classe trabalhadora.

Assim, quando dizemos que se trata de uma *nova* classe trabalhadora, consideramos que a novidade não se encontra apenas nos efeitos das políticas sociais e econômicas, mas também nos dois elementos trazidos pelo neoliberalismo, quais sejam, de um lado, a fragmentação, terceirização e precarização do trabalho e, de outro, a incorporação à classe trabalhadora de segmentos sociais que, nas formas anteriores do capitalismo, teriam pertencido à classe média. A pergunta que fica é: o que sabemos efetivamente dessa nova classe trabalhadora?

Uma classe social não é um *dado* fixo, definido apenas pelas determinações econômicas, mas um *sujeito* social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesma e se transforma por meio da luta de classes. Ela é uma *práxis*, ou como escreveu E.P.Thompson, um fazer-se histórico. Se é nisso que reside a possibilidade transformadora da classe trabalhadora, é nisso também que reside a possibilidade do ocultamento de seu ser e o risco de sua absorção ideológica pela classe dominante, sendo o primeiro sinal desse risco justamente a difusão de que há uma nova classe média no Brasil. E é exatamente por isso também que a classe média coloca uma questão política de enorme relevância para nós.

Estando fora do núcleo econômico definidor do capitalismo, a classe média encontra-se também fora do núcleo do poder político: ela não detém o poder do Estado nem o poder social da classe trabalhadora organizada. Isso a coloca numa posição que a define menos por sua posição econômico-política e muito mais por *seu lugar ideológico* e este tende a ser contraditório.

Por sua posição no sistema social, a classe média tende a ser fragmentada, raramente encontrando um interesse comum que a unifique. Todavia, certos setores, como é o caso, por exemplo, dos estudantes, dos funcionários públicos, dos intelectuais, de lideranças religiosas tendem a ser organizar e a se opor à classe dominante em nome da justiça social, colocando-se na defesa dos interesses e direitos dos excluídos, dos espoliados, dos oprimidos; numa palavra, tendem para a esquerda e, via de regra, para a extrema esquerda e o voluntarismo. No entanto, essa configuração é contrabalançada por outra, exatamente oposta. Fragmentada, perpassada pelo individualismo competitivo, desprovida de um referencial social e econômico sólido e claro, a classe média tende a alimentar o imaginário da ordem e da segurança porque, em decorrência de sua fragmentação e de sua instabilidade, seu imaginário é povoado por um sonho e por um pesadelo: seu sonho é tornar-se parte da classe dominante; seu pesadelo é tornar-se proletária; para que o sonho se realize e o pesadelo não se concretize, é preciso ordem e segurança. Isso torna a classe média ideologicamente conservadora e reacionária e seu papel social e político é o de *assegurar* a hegemonia ideológica da classe dominante. É sob esta perspectiva que se pode dizer que a classe média é a formadora da opinião social e política conservadora e reacionária.

Cabe ainda particularizar a classe média brasileira, que, além dos traços anteriores, é também determinada pela estrutura autoritária da sociedade brasileira, marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público e fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece; as diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência, e as desigualdades são naturalizadas. As relações com que se julgam iguais, são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade; e com os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação, e, quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma da opressão, de sorte que a divisão social das classes é sobre-determinada pela polarização entre a carência (das classes populares) e o privilégio (da classe dominante). A classe média não só incorpora e propaga ideologicamente as formas autoritárias das relações sociais, como também incorpora e propaga a naturalização e valorização positiva da fragmentação e dispersão sócio-econômica, trazidas pela economia neoliberal e defendidas ideologicamente pelo estímulo ao individualismo competitivo agressivo e ao sucesso a qualquer preço por meio da astúcia para operar com os procedimentos do mercado.

E é nisto que reside o problema da absorção ideológica da nova classe trabalhadora brasileira pelo imaginário de classe média, absorção que atualmente, no Brasil, se manifesta na disputa entre duas formulações ideológicas que enfatizam a individualidade bem-sucedida: a “teologia da prosperidade”, do pentecostalismo, e a “ideologia do empreendedorismo” da classe média neoliberal (o sonho de virar burguesia). Em outras palavras, visto que a nova classe trabalhadora brasileira se constituiu no interior do momento neoliberal do capitalismo, nada impede que, não tendo ainda criado formas de organização e de expressão pública, ela se torne propensa a aderir ao individualismo competitivo e agressivo difundido pela classe média. Ou seja, que ela possa aderir ao *modo de aparecer do social* como conjunto heterogêneo de indivíduos e interesses particulares em competição. E ela própria é levada a acreditar que faz parte de uma nova classe média brasileira.

Essa crença é reforçada por sua entrada no consumo de massa.

De fato, do ponto de vista simbólico, a classe média substitui a falta de poder econômico e de poder político seja pela guinada ao voluntarismo de esquerda, seja, à direita, pela busca do prestígio e dos signos de prestígio, como por exemplo, os diplomas e os títulos vindos das profissões liberais, e pelo consumo de serviços e objetos indicadores de autoridade, riqueza, abundância, ascensão social – a casa no “bairro nobre” com 4 suites, o carro importado, a roupa de marca, o número de serviços, etc.. Em outras palavras, o consumo lhe aparece como ascensão social em direção à classe dominante e como distância intransponível entre ela e a classe trabalhadora. Esta, por sua vez, ao ter acesso ao consumo de massa tende a tomar esse imaginário por realidade e a aderir a ele.

Donde uma nova pergunta: se, pelas condições atuais de sua formação, a nova classe trabalhadora brasileira está cercada por todos os lados pelos valores e símbolos neoliberais difundidos pela classe média, como desatar esse nó?

Perspectivas?

Se a política democrática corresponde a uma *sociedade democrática* (fundada na idéia de criação e consolidação de direitos, portanto, contra carências e privilégios) e se no Brasil a sociedade é

autoritária, hierárquica, vertical, oligárquica, polarizada entre a carência e o privilégio, só será possível dar continuidade a uma política democrática enfrentando essa estrutura social. A idéia de inclusão social não é suficiente para derrubar essa polarização. Esta só pode ser enfrentada se o privilégio for enfrentado e este só será enfrentado por meio de quatro grandes ações políticas: a reforma tributária, que opere sobre a vergonhosa concentração da renda e faça o Estado passar da política de transferência de renda para a da distribuição e redistribuição da renda; a reforma política, que dê uma dimensão republicana às instituições públicas; a reforma social, que consolide o Estado do Bem-Estar Social como política do Estado e não apenas como programa de governo; e uma política de cidadania cultural capaz de desmontar o imaginário autoritário, quebrando o monopólio da classe dominante sobre a esfera dos bens simbólicos e sua difusão e conservação por meio da classe média.

Mas a ação do Estado só pode ir até esse ponto. O restante para construção de uma sociedade democrática só pode ser a práxis da classe trabalhadora e por isso é fundamental que ela própria, como já o fez tantas outras vezes na história e tão claramente no Brasil, nos anos 1970-1990, encontre, em meio às adversidades impostas pelo modo de produção capitalista, caminhos novos de organização, crie suas formas de luta e de expressão autônoma, seja o sujeito de seu fazer.

E, pelas primeiras análises sobre as manifestações de junho de 2013, isso ainda não é o caso.

Marilena Chaui é filósofa, professora aposentada de Filosofia Política e História da Filosofia Moderna da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), é escritora e foi secretária de Cultura de São Paulo, na gestão do PT entre 1989 e 1992.

Estudantes universitários e luta de classes no Brasil (1960-2012)

Carlos Henrique M. Menegozzo

Apresentação

Em estudo anterior apontei que pesquisas sobre o engajamento político estudantil no Brasil, apesar de numerosas nas últimas décadas, pouco têm contribuído para a compreensão do fenômeno. Diferentemente dos anos 1960, os estudos sociológicos e históricos apresentam abordagens demasiado recortadas ou descritivas. Isso tem dificultado uma leitura da presença dos jovens e dos estudantes na cena política brasileira, não apenas nos protestos de 2013 ou nos últimos anos, mas desde o final da década de 1970 pelo menos (Menegozzo, 2013a). Com isso há uma dificuldade para analisar os limites e potencial estratégico dos estudantes no contexto da luta de classes. No presente ensaio, pretendemos contribuir para superar tal defasagem.

Almejando aquele objetivo a partir da sistematização de estudos já disponíveis, propõe-se aqui um balanço das manifestações estudantis ocorridas no país entre os anos 1960 e 2000. Para isso, parirei de hipóteses detalhadas teoricamente em artigos anteriores (Menegozzo, 2012 e 2013b). Por meio delas, proponho que o movimento estudantil, sobretudo universitário, tende a manifestar as experiências de estratos médios da sociedade, podendo, desde esta localização social, sofrer polarizações à esquerda ou à direita, a depender da época e lugar; e que a viabilização estratégica das energias transformadoras que ele carrega, não pode prescindir – o que se deve em função de limitações próprias da experiência juvenil, que o condiciona – de reflexões e práticas propriamente partidárias, concretizadas num projeto globalmente articulado de luta pelo poder.

Anos 1930 aos 1960: conformação e radicalização política do movimento estudantil

A ascensão do movimento estudantil nos anos 1960 parece dever-se a uma série de fatores amadurecidos desde os anos 1930. A começar pelo avanço da industrialização e a ampliação das burocracias pública e privada, a demandar profissionais de qualificação técnico-científica e de funções gerenciais (Guerra et al, 2006, p. 20-40; Martins Filho, 1987, p. 34-35). Nesse processo, sob pressão das classes médias, que assim passam a predominar nos bancos universitários, ampliam-se a demanda na sociedade e a oferta de vagas no ensino superior – o que confere cada vez mais peso numérico e visibilidade aos estudantes, condição a qual se reduzia a experiência juvenil no período (Abramo, 1994, p. 22-24, Menegozzo, 2012). A ampliação do sistema de ensino, ocorrida entre meados dos anos 1940 e 1950, consolida, por sua vez, a predominância de estabelecimentos públicos e de tipo universitário – internamente melhor integrados, por meio das antigas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras – constituídos a partir da federalização e aglutinação de estabelecimentos isolados já existentes (Cunha, 1989, p. 73-107).

Em termos políticos, os anos 1960 foram fortemente marcados pelo debate sobre o desenvolvimento do país, e que acaba por incidir na experiência da classe média da época. Privilegiada pelos processos econômicos em curso, a classe média em geral, e os estudantes em particular, alimentam expectativas de ocupar postos-chave nos campos da política e da economia (Ribeiro Neto, 1985; Martins Filho, 1987), levando a bom termo aquele projeto de

desenvolvimento ou de modernização do país. Nesse impulso, se inspiram num estilo de participação “iluminista”, ou seja, pretendem falar em nome de setores não organizados na sociedade, enquanto setor “esclarecido” – uma situação resultante da concentração das oportunidades educacionais em sociedades marcadas por brutais desigualdades socioeconômicas (Abramo, 1994, p. 24; Foracchi, 1972, p. 140 e 157). Além disso, aquela expectativa de dirigir o desenvolvimento do país, no caso dos estudantes, acaba canalizada num movimento de caráter fortemente unitário, aproveitando estruturas de representação de viés corporativo introduzidas pelo Estatuto das Universidades Brasileira, decretado por Vargas em 1931 (Albuquerque, 1977, p. 70-71; Brasil, 1931, art. 102 a 108).

Ao longo dos anos 1960, todavia, a classe média experimenta a frustração daquelas expectativas, politizando-se (Foracchi, 1982, p. 33-34). Isto ocorre, primeiramente, em função da obstrução dos canais de ascensão social decorrentes da monopolização da economia – que deteriora as condições trabalho mediante o assalariamento, em detrimento do maior controle do profissional sobre os instrumentos e processos de sua atividade (C.f. Foracchi, 1965, p. 191-206; Foracchi, 1972, p. 45). Concorre para isso, a obstrução das oportunidades educacionais, com a impossibilidade de matrícula de aprovados no vestibular por falta de vagas, desencadeando a chamada crise dos excedentes, e com a deterioração das condições de formação acadêmica em função do processo de massificação (Martins Filho, p. 117-125; Foracchi, 1982, p. 58). Também determinante à frustração e politização das camadas médias neste período é o fechamento dos canais de ascensão e participação política mediante o recrudescimento da ditadura. Isso isolou os setores civis, inclusive estudantes, que de início haviam apoiado o golpe, polarizados conservadoramente sob o pretexto de contenção do avanço comunista (Martins Filho, 1987, p. 75-116; C.f. Foracchi, 1982, p. 34).

Este conjunto de fatores, determinantes à politização no meio estudantil, acabou encontrando no meio universitário um terreno fértil para sua radicalização. Primeiro, pelo fato de o momento de expansão econômica proporcionar, ao jovem da época, oportunidades de trabalho em tempo parcial que representavam a chance de relativa autonomização, não apenas econômica, mas também política, em relação à família (Foracchi, 1965, p. 17-122). Além disso, os estudantes da época, ainda que pertencentes a setores privilegiados, acabavam influenciados por uma perspectiva popular em função da ascensão da ala progressista da Igreja católica (Cunha, 1989, p. 67), da crescente introdução do marxismo nos currículos (Cunha, 1989, p. 67; Foracchi, 1972, p. 48 e 74). E porque era conduzida à realização vicária da experiência de oprimido em função do recrudescimento da repressão política (Foracchi, 1972, p. 40). Além disso, no intenso convívio, proporcionado pelo ambiente universitário de então, melhor integrado pela existência das antigas faculdades de filosofia e das turmas fechadas anteriores ao sistema de matrícula por crédito, essas experiências e frustrações diversas puderam se encontrar, se politizar e, assim, se radicalizar politicamente (Foracchi, 1972, p. 26-27 e 38).

Identificando nas classes dominantes a origem de suas frustrações, frações da classe média foram conduzidas ao que se poderia definir como uma “polarização revolucionária” (Foracchi, 1965, p. 221-22 e 239; Foracchi, 1982, p. 39) que, acrescente-se, não atingiu seu estrato mais privilegiado, a classe média alta, e que aderiu decisivamente ao regime (Saes *apud* Martins Filho, 1987, p. 37). Motivada pela crítica às condições de exercício profissional e à formação acadêmica, consideradas inadequadas ao desafio do desenvolvimento, a disposição do estudante voltou-se ao esforço por adequar a universidade às exigências de sua época, por meio da ampliação da participação

estudantil nas instâncias de decisão, orientada pela perspectiva de uma Reforma Universitária (C.f. Fávero, 2009). No curso das mobilizações, o que surgira como luta corporativa isolada converte-se numa luta setorial de uma campanha geral por mudanças estruturais – as chamadas Reformas de Base. Impossibilitados de elaborar e propor aquela campanha em razão das limitações próprias da juventude, os estudantes puderam se “encaixar” na campanha geral por mudanças estruturais, desempenhando papel progressista (C.f. Menegozzo, 2012; Albuquerque, 1977, p. 72; Rodrigues, 1993, p. 142-143).

Neste ponto – final dos anos 1960 – as lutas sociais atingiram uma escala maciça, além de um elevado grau de radicalização, eclodindo – no caso da juventude – uma verdadeira onda mundial de revoltas (Groppo, 2001; Martins Filho, 1998). Frente a isso, as autoridades recrudesceram o controle e a repressão sobre as entidades estudantis, desestruturando o movimento e suas representações, e marginalizando, assim, os estudantes (Foracchi, 1972, p. 154). Ao mesmo tempo, que a pauta da Reforma Universitária foi assimilada conservadoramente, o que desarmou politicamente o movimento.

Combinados, estes processos provocaram a “desinstitucionalização” do movimento estudantil, que acabou por lançar mão do recurso da luta armada (Foracchi, 1972, p. 100 e 150; Ridenti, 1993), somando-se à revolução pela esquerda. Ainda que de modo vanguardista, pois descolado dos trabalhadores e das frentes de massa, os estudantes vivenciaram neste processo uma experiência de “polarização revolucionária”.

A suposta “retomada” dos anos 1970: coescionamento transitório na luta contra a ditadura

Muitos dos fatores determinantes ao ascenso das lutas estudantis, nos anos 1960, sofreram mudanças na década seguinte, o que parece ter assentado as bases para a aparente crise do movimento estudantil. A primeira delas ocorreu com a reforma universitária de 1968. Ela implicou numa reconfiguração do sistema, envolvendo a tecnicização dos currículos e o reforço da autoridade professoral (Foracchi, 1972, p. 57-60), a centralização do poder, desestimulando a crítica, tão cara ao pensamento científico; além da diversificação dos tipos de estabelecimentos, a fragmentação das antigas faculdades de Filosofia e a diluição das turmas, com a implantação do sistema de matrícula por crédito (Ferreira, 1985; Romanelli, 2002, p. 232). Ao obstruir o convívio e esvaziar o aspecto crítico da formação superior, as mudanças ocorridas no ensino superior passaram a dificultar o encontro e a politização (Foracchi, 1972, p. 68), fragmentando internamente também o movimento estudantil (Ferreira, 1985, p. 73; *O campus está dividido...*, 1984). Algo que se pode verificar também em outros países da América Latina (Brunner, 1986; Pronko, 2002).

Sob este processo, tendências latentes à dispersão começaram a se manifestar, embora contidas nas universidades, traduziram-se numa embrionária diversificação institucional das representações estudantis. Nesse ponto é que ocorreu uma certa autonomização dos grupos de estudos, de pesquisa, das comissões relacionadas aos estágios, dos cineclubes e das atléticas, por exemplo, em relação ao espaço das entidades representativas estudantis. Exemplo disso pode ser observado num aspecto central dos protestos dos anos 1970: a produção cultural. Em torno dela organizaram-se diferentes setores, crescentemente diferenciados pela fragmentação, tais como os coletivos ditos “libertários”. Para estes, a produção cultural era vista como exercício da crítica e da liberdade. Já os grupos marxistas a viam como ferramenta de manifestação política sob a

clandestinidade. De modo geral, esse processo se manifestou num relativo esvaziamento das entidades gerais de representação com base local, como diretórios centrais e uniões estaduais de estudantes, compensadas pelo fortalecimento das executivas de curso, acolhendo aspectos de identidade coletiva que persistiram ante à fragmentação: as bases curriculares das carreiras e a legislação que regula o exercício da profissão (C.f. Menegozzo, 2003; Pellicciotta, 1997).

Aquela tendência de dispersão das representações e de esvaziamento das entidades até então existentes, potencializada pela fragmentação, não seria sentida com força ao longo dos anos 1970; a extrema polarização política instaurada não apenas no país, mas em escala internacional, e também o fechamento de outros canais de participação na sociedade contribuíram para manter acesa e articulada, a partir da universidade, a energia política existente no meio estudantil. Nessas condições, os estudantes se reorganizaram politicamente desde as bases, enquanto se esgotaram as energias remanescentes do impulso de 1966-68 (Santos, 1981). Este processo culminou na volta dos estudantes às ruas em 1977, numa luta por mais verbas para a universidade e em defesa das “liberdades democráticas”. Tal movimento, primeiramente interpretado como uma verdadeira “retomada” do movimento estudantil, encarnou o divórcio das classes médias – representadas aí pelos estudantes – com a ditadura, encaixados politicamente num quadro geral de redemocratização do país (Romagnoli e Gonçalves, 1979; Pellicciotta, 1997; Ribeiro Neto, 1985).

Avançando na luta, todavia, o movimento estudantil deparou-se com um impasse: não dispunha dos meios para provocar, diretamente, mudanças estruturais na sociedade – impondo seus anseios, por exemplo, mediante à paralisação da produção –, mas apenas de influenciar ideologicamente outros atores políticos. Não dispunha também – pelas condições próprias da juventude e de sua localização de classe – de condições para assumir para si a tarefa de elaborar um projeto político globalmente articulado, capaz de orientar a superação daquele impasse, o que implicaria no desempenho de uma função propriamente partidária (Soares et al, 1978, p. 49-50). Dessa maneira, o movimento estudantil alcançava o limite da correlação de forças da época (Centro de Estudos..., 1978, p. 71). Ainda sim, colocando-se em atividade, o movimento estudantil acabou exercendo influência estimuladora no meio popular, particularmente no meio operário. Solidários aos estudantes em luta por liberdades democráticas, os trabalhadores perceberam a possibilidade e necessidade de mobilizar-se (Abramo, 1999, p. 1989-191; Soares et al, 1978, 61-70).

Ainda que sofrendo resistência por parte dos trabalhadores, justificada pelo estilo “iluminista” de atuação da classe média, a partir do qual pretendiam dirigir os trabalhadores em sua luta (Silva, 1980; Morel, 1981), os estudantes contribuíram para potencializar o trabalho de articulação que vinha sendo empreendido clandestinamente nos bairros e nas fábricas, e para que as insatisfações latentes no meio popular se manifestassem de maneira aparentemente espontânea, mas evidentemente explosiva, no final dos anos 1970, na forma de greves deflagradas por tendências sindicais combativas. Tais tendências eram inicialmente hostis aos partidos políticos e à sua própria organização partidária – manifestando certa despolitização, decorrente do ambiente repressivo da ditadura militar. Entretanto, acabaram por se politizar na luta, resolvendo formar depois o seu próprio partido, o Partido dos Trabalhadores (Oliveira, 1988; Sader, 1988; Keck, 1991). As manifestações operárias permitiram elevar a pressão popular sobre o regime, acelerando o processo de abertura que, contraditoriamente, resultaria na dispersão do movimento estudantil.

A chamada “crise” do movimento estudantil nos anos 1980 e posteriores

Por essa razão, a aparente crise do movimento foi sentida apenas nos anos 1980. É que com a abertura, ocorreu a multiplicação de espaços de participação e a complexificação do cenário político. Isto parece ter dificultado o processo de politização e fez extravasar relações e interesses fragmentados até então contidos nas universidades, amplificando as expressões juvenis, além da estudantil (Abramo, 1994, p. 75-79; Fiuza, 2010; Mische, 1997, p. 142-143; Mische, 2008; Ribeiro Neto, 1985, p. 64-65). Ao mesmo tempo, a abertura alterou profundamente o papel político da classe média na sociedade brasileira, esvaziada em seu estilo de participação “iluminista” frente à auto-organização de amplos setores populares (C.f. Cancian, 2008, p. 282-283). A este cenário se soma a eclosão de uma crise econômica, concomitante à abertura e aprofundada com o neoliberalismo. Ao reduzir, em função do risco do desemprego e da proletarianização, o tempo livre e a margem de autonomia relativa do jovem de classe média em relação à família, a crise – embora tenha aproximado politicamente a classe média dos trabalhadores – contribuiu para o arrefecimento das lutas na universidade (Abramo, 1994, p. 77-78; Prandi, 1982; Guerra et al, 2006, p. 24-61; C.f. Foracchi, 1972, p. 87-88).

Sob o processo de abertura política, que efetivou a fragmentação da vida universitária, seu espraiamento pelo tecido social (latentes desde a reforma de 1968), sob a crise econômica que, acometeu os setores médios no final dos anos 1970, se fez sentir na restrição da disponibilidade do jovem para a política, houve o enfraquecimento e a fragmentação do movimento estudantil. Paralelamente, as manifestações juvenis se diversificaram, fomentadas pela ampliação da cobertura do sistema educacional, pelo desenvolvimento da indústria cultural e pela incorporação – sobretudo, no meio popular – de jovens e mulheres ao mercado de trabalho, como condição de sobrevivência ante a política de arrocho (Abramo, 1994, p. 59). Amparada por alguma margem de autonomia financeira, e identificada à condição juvenil pelo pertencimento ao aparelho escolar e pelo consumo associado ao lazer e ao tempo livre (música, vestuário, pontos de encontro voltados aos jovens etc.), tais energias acabaram por se manifestar politicamente, ainda que de modo difuso. No processo de abertura, os jovens se viram engajados em inúmeros movimentos, políticos e culturais, muitos não especificamente juvenis, manifestando suas angústias ou contribuindo para a reconstrução dos canais de manifestação da sociedade civil, obstruídos pela ditadura (C.f. Abramo, 1994; Mische, 2008).

Mal compreendida pelos setores politicamente organizados da sociedade, essa diversificação e dispersão das manifestações juvenis, bem como sua expressão não corporativa, fez prevalecer a impressão da juventude enquanto setor politicamente alienado, tematizado geralmente como um problema social, além de vitimizado pela deterioração das condições de vida e trabalho – particularmente pelas drogas e a criminalidade – agravada nos anos 1990, com o avanço do neoliberalismo (Abramo, 1997). Somente nos últimos anos é que essa perspectiva está sendo superada, levando a maior visibilidade das manifestações diversas da juventude e das suas necessidades específicas. Não apenas do ponto de vista de políticas públicas, mas também enquanto setor específico e politicamente organizado no âmbito de diferentes frentes de massa, essa visibilidade está expressa na formação de coordenações e secretarias dedicadas ao segmento – um processo que parece decorrer, em parte, do estímulo provocado por expectativas de

implantação de políticas públicas geradas com a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002 (C.f. Papa e Freitas, 2011; Campos, 2008).

Já com a eleição de Lula, ganharam força programas de expansão do acesso ao ensino superior, provocando uma mudança parcial do perfil dos ingressantes, entre os quais foi crescente a proporção de jovens oriundos da classe média baixa e de certos estratos da classe trabalhadora, que vislumbram, assim, a possibilidade real de ascensão social. Dois parecem ser os processos políticos desencadeados em função desta mudança na universidade em termos de engajamento político estudantil. O primeiro deles consiste na notória reação de estudantes provenientes das classes proprietárias e da alta classe média, que identificam na ascensão dos estratos inferiores da sociedade como uma ameaça à sua própria condição em termos de status e poder. Nesse sentido, a reação contra as políticas de cotas, por exemplo, se equivale à insatisfação quanto à possibilidade de consumo, por parte de setores desfavorecidos da sociedade, de serviços antes considerados privilégio das elites, como as viagens aéreas; ou então aos protestos contra a garantia de direitos trabalhistas no caso de serviços pessoais de cuja superexploração estes setores se beneficiam, como é o caso das trabalhadoras domésticas, por exemplo (Menegozzo, 2010; C.f. Guerra et al, 2006).

No extremo oposto, localizam-se os estudantes de mais baixa renda. Estes, ascendendo à universidade em condições socioeconômicas adversas, encontram menos tempo livre para o convívio universitário. Não apenas por conta do trabalho, mas também pelo esforço redobrado que lhe é exigido em função das deficiências da educação básica (C.f. Foracchi, 1965, p. 123-169; Foracchi, 1972, p. 36 e 40-44). Além disso, estes setores vivenciam a possibilidade real de ascensão pela educação, manifestando por vezes valores conservadores, tais como a ideologia da ascensão pelo esforço pessoal; e a valorização positiva e o respeito em relação às autoridades professoral e universitária (C.f. Saes, 2004; Foracchi, 1972, p. 41-42 e 87-88). Tais fatores reduzem sensivelmente a disponibilidade deste estudante à experiência universitária, para o engajamento estudantil (Foracchi, 1965, p. 123-169; Foracchi, 1972, p. 36 e 40-44). Assim, muito embora a mudança de perfil possa suscitar potenciais motivações de engajamento em torno de pautas como a assistência, por exemplo, ela tende a introduzir variáveis que reforçam o quadro há muito desfavorável ao engajamento político estudantil.

Dinâmica dos protestos no período da “crise”, dos anos 1980 aos dias atuais

Uma análise das conjunturas políticas nos anos 1980 e 1990 aponta para uma tendência geral de enfraquecimento e fragmentação das lutas estudantis em todo o ocidente. Quando os estudantes subsistiram como ator relevante, isso ocorreu em contextos de opressão ditatorial – situação que se assemelha a dos protestos estudantis no Brasil dos anos 1970. Apesar disso, em certos momentos o movimento emergiu com força, mesmo em sociedades formalmente democráticas. Na compreensão de tais eventos encontra-se a chave de interpretação da dinâmica do engajamento político estudantil nos dias de hoje, e um ponto de referência indispensável à reflexão sobre o real significado histórico das manifestações ocorridas neste ano de 2013. Os paralelos possíveis das ações recentes com protestos anteriores, na França (1986) e no Brasil (1992), com o *Fora Collor*, são muitos: contexto de relativa liberdade política, exposição à ampla influência dos meios de comunicação, reivindicações de conteúdo difuso que, uma vez conquistadas, não implicaram em salto organizativo expressivo; e relativa surpresa das forças

organizadas diante de eventos tão explosivos quanto efêmeros (Martins Filho, 1998, p. 23-25; Mische, 1997; Rodrigues, 1993).

Uma tentativa de interpretação do perfil e desenvolvimento destas ações conduz à hipótese, primeiramente, de que seu conteúdo aparentemente difuso revela uma composição política internamente diversificada, resultando na confluência – circunstancial, mais que orgânica, daí o baixo saldo organizativo – de motivações discrepantes geradas pela fragmentação da sociabilidade no meio universitário. Exemplo desse fenômeno encontra-se nos casos de reação à repressão policial, que converte ações de minorias, incapazes de influenciar grandes contingentes, em manifestações massivas em torno do próprio direito de manifestar – tal como ocorrido nos conflitos com Polícia Militar na USP em 2009, 2011 e 2012 (Menegozzo e Lima, 2009). Em outros casos, o que ocorre é a sincronização de tempos fragmentados pelos padrões também fragmentários de sociabilidade no meio universitário, estimulada geralmente por influência da mídia – dinâmica representada na participação estudantil nas *Diretas Já*, em 1984, e no *Fora Collor*, em 1992 (Rodrigues, 1993); além das ocupações de reitoria em 2007-2008, que se generalizam por meio da mídia enquanto método, provocando manifestações bastante distintas em termos de conteúdo por todo o país.

Descendo aos corredores universitários, podemos encontrar a expressão de tais mecanismos em escala concreta. Vejamos o caso da greve estudantil, em 2002, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), que teve certa repercussão à época. Lá, membros do Centro Acadêmico de Ciências Sociais (entre os quais, eu) tomaram ciência da greve somente alguns dias após o seu início no curso de Letras, instalado no prédio ao lado (um sintoma da fragmentação e uma surpresa ao movimento organizado). Uma ampla diversidade de opiniões (acentuadas pela fragmentação da sociabilidade) – como “acho um absurdo cair ventilador em cabeça de aluno”, “paguei imposto e tenho direito”, “vou garantir a formação pra arrumar um bom emprego”, “transformar a universidade para transformar a sociedade”, e “fazer da USP um *soviet*” – confluíram no curso (apenas em parte por um esforço consciente de costura) para um movimento de greve deflagrado antes mesmo da definição de uma pauta de reivindicações (manifestando assim uma insatisfação difusa); e sem que esta diversidade de expectativas fosse completamente percebida pela direção do movimento (por configurar uma rede relativamente isolada pela fragmentação, tanto quanto as atléticas e empresas jr., por exemplo). De alguns professores ouvia-se: “a primeira greve estudantil desde maio de 1968” (um estímulo externo, ainda que historicamente equivocado, sancionado pela autoridade professoral).

Passados meses de greve, o movimento, generalizado na FFLCH, se fortaleceu sob a cobertura da imprensa (papel da mídia foi decisivo). Mas foi incapaz de se ampliar em direção a outras faculdades, apesar da existência, também naquelas unidades, dos problemas que nos afligiam (tais como a falta de professores). Diante dessa dificuldade, as diferenças se acirraram e a floraram intensamente, aprofundando a divisão de um movimento iniciado dividido. Refluindo sob o desinteresse da mídia em atos de rua que aos poucos se esvaziavam, o movimento foi encerrado numa imensa, polarizada e dramática assembleia. Nas Ciências Sociais, o movimento logrou a conquista de parte dos cerca de 90 professores contratados (dos 259 reivindicados pelos cursos da FFLCH, pauta em torno da qual a diversidade acabou sendo dirigida) e a instalação de uma Comissão de Reestruturação do Curso, vagamente acompanhada pelo conjunto dos alunos, regressos que estavam em suas atividades cotidianas. O acompanhamento dos desdobramentos

da ação acabou restrito aos grupos já mobilizados antes da greve (resultando assim em nenhum saldo organizativo importante), tomados de surpresa pela velocidade e repercussão dos acontecimentos, bem como pelo marasmo que se seguiu ao seu encerramento.

Resignificando a “crise” do movimento: sintoma de normalidade sob a crise da esquerda

Se é verdade que as condições atuais desfavorecem a manifestação maciça dos movimentos estudantis, conforme ilustram os exemplos apontados, certas características próprias da vivência juvenil acabam por agravar a situação. A provisoriidade da condição estudantil, as pressões sociais - familiares, profissionais etc. -, que dilaceram o jovem entre múltiplos interesses e compromissos, além do processo de amadurecimento psicológico próprio deste momento da vida (Foracchi, 1965, p. 142; 1972, p. 78), são alguns dos elementos que contam para isso. Eles dificultam, nos movimentos estudantis, a elaboração de uma visão própria de mundo e a apreensão daqueles fatores que condicionam seu próprio arrefecimento, reduzindo sua capacidade de entender e superar os limites que lhes são impostos e, portanto, de viabilizar-se autonomamente em perspectiva estratégica. Isso torna tais movimentos, na exata medida de sua capacidade de inovação cultural, suscetíveis à influência de agentes externos (Foracchi, 1965, p. 236 e 240; 1972, p. 93; 1982, p. 59).

Nesses termos, aquilo que se tem percebido como crise do movimento estudantil pode ser interpretado, em caráter de hipótese e apenas em parte, como arrefecimento das lutas na universidade. Corresponde também à diversificação e dispersão do engajamento juvenil pelo tecido social (o que tem ocorrido desde a década de 1980), sentidas no movimento estudantil como sinal de desinteresse do estudante pela política; combinado à dificuldade das forças organizadas (e, conseqüentemente, da própria juventude) em interpretar e equacionar estrategicamente esta situação (Barros, 1986/1987, p. 91-92). Assim, deixado à sua própria sorte, o movimento organizado acaba muitas vezes em posição reativa frente aos picos de protesto que eclodem mediante a confluência ou sincronização das motivações e insatisfações fragmentadas no meio juvenil. Ao mesmo tempo acaba, sob o vácuo de memória coletiva, equivocando-se na recorrente interpretação de tais picos isolados de protesto como manifestação da “retomada do movimento” à luz das imagens mitificadas do ano de 1968 – fato ocorrido no Fora Collor, em 1992, e na onda de ocupação de reitorias em 2007-2008, por exemplo.

Em outras palavras, a “crise” dos movimentos de juventude corresponde, em verdade, à sua situação de normalidade, vivida sob incapacidades ou sob a crise de instrumentos externos a eles, dos quais dependem para superar as adversidades com que se defrontam, viabilizando-se estrategicamente (C.f. Foracchi, 1965, p. 236). Aquela situação instalada nos anos 1980, assim, do nosso ponto de vista, não corresponde a de uma crise dos movimentos de juventude em geral ou, particularmente, do movimento estudantil, mas da experimentação antecipada da relativa incapacidade da própria esquerda em entender e transformar a realidade com a qual se deparava, vivida depois – sob a queda do Muro de Berlim em 1989 e a dissolução da União Soviética em 1991 – mais intensamente como uma crise da esquerda. Em outras palavras, a dificuldade da esquerda, nos anos 1980, em lidar com as lutas da juventude em geral, e as estudantis em particular, pode ter refletido antecipadamente neste setor, por suas particulares características, uma crise mais ampla que se aprofundou depois (C.f. Pomar, 1991; Lyra, 1992).

O mecanismo responsável é complexo e não podemos resumi-lo em poucas páginas, mesmo se fosse completamente conhecido. Todavia, existem pistas a esse respeito e parecem remeter à dificuldade da esquerda em entender a realidade e atuar sobre ela adequadamente. Isso nos conduz – visando ao aprofundamento desta questão – a melhor compreensão da dinâmica do próprio processo de “conhecer”. Pressupõe, antes de tudo, uma capacidade de alcançar a realidade pelo contato direto. Temos neste caso, uma dimensão organizativa no processo de conhecer. Mas nesse processo, não se trata apenas de “poder” conhecer. É preciso também “querer” conhecer – o que nos remete a um aspecto cognitivo (Coutinho, 2007, p. 107-108). A questão é que nesse “querer” reside uma tensão latente entre a crítica exigida à análise científica da realidade, e as simplificações e certezas exigidas à ação política de massas (C.f. Gianetti, 2005, p. 137-146). Por razões pragmáticas (apego imediatista em detrimento dos princípios e metas) ou dogmáticas (apego a teorias que podem não explicar a realidade), aquela tensão se acentua em detrimento da capacidade crítica tão cara ao bom entendimento da realidade sobre a qual se quer atuar.

Nem sempre se atenta a isso, mas essa tensão latente a engessar a crítica, e que é tão nociva ao processo de “conhecer”, pode e deve ser equacionada também em termos organizativos. Para isso existem os institutos e fundações de apoio partidário, aos quais cabe a importante tarefa de manter acesa a chama da análise crítica, blindando relativamente a capacidade de elaboração política coletiva dos desvios pragmáticos e dogmáticos da luta política. Essa tarefa é das mais delicadas, pois envolve uma suspensão permanente das certezas que uma dada organização constrói para si e que são caras à sua unidade interna – o que equivale dizer que o papel de tais fundações e institutos é o da permanente crítica do mundo, pressuposta numa crítica de si mesmo, isto é, das forças políticas a que se vinculam (C.f. Gramsci, 2006a, p. 95; Gramsci, 2006b, p. 56). Pois um dos temas que cabe a tais institutos e fundações elaborar (enquanto expressão organizativa de um esforço de “poder” conhecer sob o calor da luta política) diz respeito a melhor forma organizativa para “poder” conhecer e agir sobre o mundo.

Em síntese, se os partidos desconhecem, no caso, a experiência juvenil e as dinâmicas dos protestos protagonizados por esse segmento da sociedade, sendo incapazes de orientar esse setor viabilizando-o estrategicamente, então este é um problema que, para ser pensado e superado concretamente, precisa ser traduzido em termos organizativos. Assim, pode-se dizer que o problema posto remete ao desafio de “poder” conhecer, pelo contato direto, a realidade que se quer transformar, remetendo à questão da melhor forma organizativa que deve ser assumida para isso. Ou então é um problema relacionado ao “querer” conhecer, e que remete à (d)eficiência cognitiva dos institutos e fundações de apoio partidário, entendidos – eles mesmos, neste caso – enquanto elemento organizativo a se trabalhar.

Eis um bom debate, ao qual penso estarem relacionados os desafios mais elementares da *práxis* transformadora, mas cujo aprofundamento deixo para outra ocasião. Por ora, basta constatarmos, concluindo este artigo, que é na incapacidade dos partidos de levar a bom termo este esforço em seu aspecto duplamente organizativo que residem, em última instância, as causas também da dificuldade de projeção estratégica dos movimentos estudantis e juvenis, que são incapazes de fazê-lo por conta própria.

O problema atual do movimento estudantil, para sintetizar numa frase, não corresponde à presença dos partidos como pensam alguns, mas à ausência de um pensamento e de uma prática efetivamente partidários, apesar da presença, no meio estudantil, de organizações que reivindicam formalmente esta caracterização. Esta ausência tem dificultado a adequada interpretação dos fluxos e refluxos do movimento estudantil, aproveitando-o assim como uma energia transformadora no contexto da luta de classes. A tentativa que empreendemos aqui se preencher esta lacuna sugere que, embora expresse privilegiadamente as expectativas e frustrações de extratos médios da sociedade, os estudantes podem sofrer, desde esta localização, polarizações progressistas e mesmo revolucionárias. Sem dúvida há ainda muitas dúvidas sobre o papel que podem os estudantes cumprir no contexto da luta de classes – notadamente naquilo que se refere à centralidade de sua localização social ante à mercantilização do ensino (Menegozzo, 2013b). Mas não resta dúvida, também, de que algum papel progressista podem desempenhar. Cabe às forças partidárias entender e saber canalizar esta energia.

Carlos Henrique M. Menegozzo é sociólogo e bibliotecário, especialista em arquivologia. Dedicase ao estudo da história da esquerda e dos movimentos de juventude no Brasil, e também ao tratamento de fontes documentais relacionadas a essa temática. Trabalha atualmente como documentalista no Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, e integra a Comissão da Verdade da UNE.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena. “Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil”. *Revista Brasileira de Educação: Anped*, nº 5/ 6, p .25-36, 1997.
- ABRAMO, Helena. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
- ABRAMO, Laís Wendel. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.
- ALBUQUERQUE, J. A. G. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- BARROS, I. “Reforma universitária e movimento estudantil”. *Humanidades*, Brasília, a. 3, n. 11, p. 87-90, nov./jan. 1986/1987.
- BRASIL. Decreto nº 19.851, 11 de abril 1931. *Diário Oficial*, 15 abr. 1931, p. 5.800. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 22 jun. 2013.
- BRUNNER, Joaquín. “El movimiento estudantil há muerto: nacen los movimientos estudiantiles”. In: TEDESCO, J. C.; BLUMENTHAL, H. (org). *Desafios y problemas de La educacion superior em America Latina*. Venezuela: CRESALC; ILDIS, 1987, p. 279-290.
- CAMPOS, Anderson. *Juventude e ação sindical: crítica ao trabalho indecente*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2010.
- CANCIAN, Renato. *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- CENTRO DE ESTUDOS EVERARDO DIAS. “CARA a Cara com o Movimento Estudantil”. *Cara a Cara*, Petrópolis, ano 1, n. 1, 1978.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, 3ª. ed., Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. *Universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 2. ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1989.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FERREIRA, M. U. “Movimento e movimentações estudantis na USP”. In. *Desvios*, São Paulo, n. 4, p. 72-75, jul. 1985.

FIUZA, Guilherme. *Bussunda: a vida do casseta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: EDUSP, 1972.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

FORACCHI, Marialice M. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.

GIANETTI, Eduardo. *Auto-engano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

GRAMSCI, Antônio. *Escritos políticos*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

GROPPO, L. A. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis nos anos 1960*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. 2 v.

GUERRA, Alexandre et al. *Classe média: desenvolvimento e crise*. São Paulo: Cortez, 2006.

IBOPE. *89% dos manifestantes não se sentem representados por partidos*. IBOPE, 25 jun. 2013b. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-n%C3%A3o-se-sentem-representados-por-partidos.aspx>>. Acesso em 27 jun. 2013.

KECK, Margareth. *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

LYRA, Rubens Pinto (Org.). *Socialismo: impasses e perspectivas*. São Paulo: Scritta, 1992.

MADEIRO, Carlos. *País teve protesto em 438 municípios de todos os Estados, diz Confederação Nacional de Municípios*. UOL, 23 jun. 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/23/pais-teve-protesto-em-438-municipios-de-todos-os-estados-diz-confederacao-nacional-de-municipios.htm>>. Acesso em 23 jun. 2013.

MARTINS FILHO, J. R. (Org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras; São Carlos: EDUFSCar, 1998.

MENEGOZZO, Carlos Henrique M. “Conservadorismo estudantil”. *Página 13: Edição Eletrônica*, n. 15, p. 9, 12 nov. 2010. Disponível em: <<http://pg13.org.br/2010/11/11/conservadorismo-estudantil/>>. Acesso em 04 ago. 2013.

MENEGOZZO, Carlos Henrique M. *Estudantes e política no Brasil: levantamento e análise da bibliografia (1821-2003)*. São Paulo, 2013a. mimeo.

MENEGOZZO, Carlos Henrique M. *Estudantes e transformação social*. São Paulo, 2013b. (mimeo).

MENEGOZZO, Carlos Henrique M. “Juventude e socialismo: questões fundamentais”. *Fundação Perseu Abramo*, 2012. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/juventude-e-socialismo-questoes-fundamentais-0>>. Acesso em 5 ago. 2013.

MENEGOZZO, Carlos Henrique M. *Juventude universitária e participação política: a experiência do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da USP (1957-1992)*. Relatório final (Iniciação Científica em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, 2003.

MENEGOZZO, Carlos Henrique M.; LIMA, Eduardo Sales de. “Em crise, estudantes só se articulam em pautas efêmeras”. *Brasil de Fato*, n. 334, 23-29 ago. 2009, p. 6. Disponível em:

<<http://uspcaf.files.wordpress.com/2011/06/entrevista-com-carlos-menegozzo.pdf>>. Acesso em 14 mai. 2013.

MISCHE, A. "De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política". *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5-6, p. 134-150, 1997.

MISCHE, Anne. *Partisan publics: communication and contention across brazilian youth activist networks*. Estados Unidos: Princeton University Press, 2008.

MOREL, Mário. *Lula, o metalúrgico: anatomia de uma liderança*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

NÚCLEO AMPLIADO DOS PROFESSORES DO PT/SP (ed). *Lula: Luís Inácio da Silva: entrevistas e discursos*. São Bernardo do Campo-SP: ABCD Sociedade Cultural, 1980.

"O CAMPUS está dividido em feudos". *Folha de São Paulo*, 24 jan. 1984.

OLIVEIRA, Isabel. *Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis, Vozes, 1988.

PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). *Juventudes em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Petrópolis, 2011.

PELLICCIOTTA, M. M. B. *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. 5. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Book Link, 2004.

PRANDI, Reginaldo. *Os favoritos degradados: ensino superior e profissões de nível universitário no Brasil de hoje*. São Paulo: Loyola, 1982.

PRONKO, Marcela A. "Procesos institucionales y estructuración Del movimiento estudiantil: Universidad de Luján (1979-1990)". In: MARSISKE, Renate (Coord.). *Movimientos estudiantiles en la história de América Latina*. v. 2. México: Centro de Estudios sobre La Universidad/Universidad Nacional Autónoma de México (CESU/UNAM); Plaza y Valdés, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de O. *História da educação no Brasil*. 27 ed. São Paulo: Vozes, 2002.

ROMAGNOLI, L. H.; GONÇALVES, T. *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. (Caderno História Imediata, n. 5).

RIBEIRO NETO, A. "Um laço que não UNE mais". *Desvios*, São Paulo, n. 4, p. 60-71, 1985.

RIDENTI, M. *O Fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

RODRIGUES, A. T. "Estudantes na política em tempos de mobilização e crise". *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 138-144, 1993.

SADER, Emir (Org.). *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, N. B. (Org.). *História da UNE*. São Paulo: Livramento, 1980. v. 1.

SOARES, A.; SAES, D.; BENEDETTI, L. R. et al. "O movimento estudantil visto de fora". *Cara a Cara*, Petrópolis, ano 1, n. 1, p. 42-70, mai. 1978.



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

<http://www.fpabramo.org.br>